

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Adília Jardim Silva

(RE)EXISTÊNCIA E PROTAGONISMO ETNOAMBIENTAL:

**Aspectos do processo de reterritorialização de comunidades Quilombolas de Virgem da
Lapa, no Médio Jequitinhonha**

Belo Horizonte – MG
Novembro/2020

Adília Jardim Silva

(RE)EXISTÊNCIA E PROTAGONISMO ETNOAMBIENTAL:

**Aspectos do processo de reterritorialização de comunidades Quilombolas de Virgem da
Lapa, no Médio Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.
Linha de Pesquisa: Cultura, ecologia, política e educação geográfica.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus

Coorientador: Prof. Dr. Weber Soares

Belo Horizonte

2020

S586r
2020

Silva, Adília Jardim.

(Re)existência e protagonismo etnoambiental [manuscrito] : aspectos do processo de reterritorialização de comunidades quilombolas de Virgem da Lapa, no Médio Jequitinhonha / Adília Jardim Silva. – 2020.

122 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.

Coorientador: Weber Soares.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2020.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Cultura, Ecologia, Política e Educação Geográfica.

Bibliografia: f. 112-119.

Inclui apêndice.

1. Geografia humana – Minas Gerais – Teses. 2. Fenomenologia – Teses. 3. Territorialidade humana – Teses. 4. Eucalipto – Cultivo – Teses. 5. Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Soares, Weber. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 911.3 (815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

(RE)EXISTÊNCIA E PROTAGONISMO ETNOAMBIENTAL: ASPECTOS DO PROCESSO DE RETERRITORIZAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE VIRGEM DA LAPA, NO MÉDIO JEQUITINHONHA

ADÍLIA JARDIM SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 25 de novembro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Weber Soares - Coorientador
UFMG

Prof. Dr. Alexandre Magno Alves Diniz
PUC - MG Belo Horizonte

Prof. Dra. Úrsula Ruchkys de Azevedo
UFMG

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Magno Alves Diniz, Usuário Externo**, em 01/12/2020, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antonio Souza de Deus, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ursula Ruchkys de Azevedo, Chefe de departamento**, em 01/12/2020, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0448282** e o código CRC **701ACA7E**.

Dedico este trabalho aos comunitários de Capim Puba e
Campinho, que me receberam com muito carinho. Aprendi
muito com vocês.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por Deus, que colocou pessoas tão especiais ao meu lado, sem as quais certamente não teria conseguido aqui chegar!

Aos meus pais, Antônio Jarbas e Maria Cleonice, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade. Obrigada pelo amor incondicional e incentivo! Amo vocês!

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Antônio, que foi e é fundamental na minha formação, com sua paciência e carinho. Obrigada pelos ensinamentos, sensibilidade e humildade até perante a indicação dos meus erros. Agradeço também pelos bons momentos compartilhados nas nossas reuniões, aulas e congressos.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Weber Soares, que foi fundamental para meu alinhamento metodológico, na indicação de um autor essencial para isso. Obrigada pela presteza!

Ao meu amigo de todas as horas, Luciano, obrigada pelo apoio incondicional, pelo amor e carinho! Gratidão eterna por tudo!

A todos os docentes do Programa de Pós-graduação em Geografia que participaram de minha formação. Muito obrigada pelo aprendizado!

Aos comunitários da Comunidade Campinho e Capim Puba, que me receberam com tanto carinho e atenção, principalmente Mauro e sua esposa, Leia. Obrigada por me inspirarem com a força e resistência de vocês!

A todos meus colegas do *GECES*, vocês foram fundamentais em todo este processo! Gratidão pelo acolhimento carinhoso.

Às minhas queridas irmãs Cau, Ritinha e Thais, por serem tão importantes na minha vida. Sempre ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Obrigada pela confiança!

Às minhas pequenas, Bianca e Íris, minhas sobrinhas amadas, que são os melhores acontecimentos dos últimos anos, que me inspiram amor e me dão força para eu querer ser mais que fui até hoje e continuar na luta por um mundo melhor! Obrigada por existir!

Aos meus amigos de sempre, os “Tangirus”, fizeram com que esta jornada fosse bem mais agradável e prazerosa. Obrigada pela amizade!

A todos os amigos que ganhei ao longo da vida, que de alguma forma contribuíram para que eu me tornasse uma pessoa melhor, “gosto especialmente” de cada um. Obrigada por me proporcionarem momentos únicos.

A *Capes* pelo apoio financeiro, fundamental para a conclusão deste trabalho.

*“Eu quase que nada não sei. Mas
desconfio de muita coisa.”*

Guimarães Rosa

RESUMO

O Vale do Jequitinhonha possui, entre suas tantas riquezas, uma “sociogeobiodiversidade” notável, tendo, a propósito, se constituído em grande medida, como uma região historicamente fundada por escravos fugidos, coesionados em seus núcleos de resistência. O Vale possui, hoje, dezenas de comunidades negras rurais que, muitas vezes, impulsionadas pela deflagração de conflitos ambientais, buscam o seu reconhecimento enquanto “remanescentes de quilombos” para a garantia de seus direitos territoriais, sociais e culturais. É este o contexto vivido pelas comunidades Campinho e Capim Puba, aqui analisadas, que foram expropriadas de suas terras de uso comum - os domínios de chapadas -, em processo iniciado na década de 1970, para o plantio generalizado de eucalipto, fonte de abastecimento da indústria siderúrgica. Vale ressaltar que os moradores aí domiciliados não possuíam os títulos de dominialidade, o que legalmente caracterizava tais terras como devolutas, ou seja, terras da União. No discurso oficial, a silvicultura nessas terras representaria o desenvolvimento para o Vale, considerado como o Vale da “miséria” e da “pobreza”. Porém, no processo de implementação de tais empreendimentos, desconsiderou-se a singularidade da população local e o manejo dos recursos naturais praticado tradicionalmente, sem degradação ambiental. Posto isso, este trabalho objetiva essencialmente compreender os processos de desterritorialização das comunidades de Campinho e Capim Puba diretamente associados à implantação da monocultura do eucalipto e suas implicações socioambientais para problematizar, a seguir, sobre o contexto atual do processo de reterritorialização. Para tanto, pretendeu-se compreender como se deu a implementação desta atividade econômica, buscando em paralelo, elucidar os processos de desterritorialização e reterritorialização das comunidades, e, procurando ainda, melhor entender a relação entre os manejos agrícolas, sua relação com a biodiversidade e os efeitos da silvicultura nessas práticas. Para tanto, partiu-se do método fenomenológico, com a adoção da categoria de análise Território. Foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos como forma de operacionalização da investigação: levantamento bibliográfico; encontros e entrevistas semiestruturadas; observação de campo e caminhada transversal para melhor entender à visão, representações e relações estabelecidas, por tais comunidades, com o Território.

Palavras-chave: Monocultivo de eucalipto, desterritorialização, reterritorialização, território, conflitos.

ABSTRACT

The Jequitinhonha Valley has, among its communities, Campinho and Capim Puba, analyzed here, that were expropriated from their common land - the domains of plateaus -, in a process initiated in the 1970s, for the generalized planting of eucalyptus, a source supply chain for the steel industry. It is worth mentioning that the residents domiciled there did not have the titles of dominance, which legally characterized these lands as vacant, that is, Union lands. In the official discourse, forestry in these lands would represent the development for Vale, considered as Vale da "Misery" and "poverty". However, in the process of implementing such enterprises, the singularity of the local population and the management of natural resources traditionally practiced without environmental degradation were disregarded. That said, this work essentially aims to understand the processes of deterritorialization of the communities of Campinho and Capim Puba directly associated with the implementation of monoculture eucalyptus and their socio-environmental implications to discuss, next, the current context of the process of reterritorialization and "sociogeobiodiversidade". To this end, it was intended to understand how the implementation of this economic activity took place, seeking, in parallel, to elucidate the processes of deterritorialization and reterritorialization of communities, and, also seeking to better understand the relationship between agricultural management, its relationship with biodiversity and the effects of forestry on these practices. For that, we started from the phenomenological method, with the adoption of the category of analysis Territory. The following methodological procedures were adopted as a way of operationalizing the investigation: bibliographic survey; semi-structured meetings and interviews; participant observation and transversal walk to better understand the vision, representations and relationships established, by such communities, with the Territory.

Keywords: Eucalyptus monoculture, deterritorialization, reterritorialization, territory, conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização das Comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.	19
Figura 2- Registros fotográficos do trabalho de campo do Projeto de Mapeamento das comunidades quilombolas do Médio Vale, Virgem da Lapa - MG, 2018.....	22
Figura 3- Municípios com ocorrência de Comunidades Quilombolas no Vale do Jequitinhonha – MG.....	31
Figura 4- Mapa de Localização das Comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.	32
Figura 5- Representação gráfica da evolução demográfica do Município de Virgem da Lapa – MG.....	33
Figura 6- Representação gráfica do grau de urbanização do município de Virgem da Lapa - MG.....	34
Figura 7- Carta topográfica da região, elaborada pelo IBGE, 1982.....	50
Figura 8- Alto do Chapadão Virgem da Lapa, no entorno das comunidades de Capim Puba e Campinhos.....	59
Figura 9- Base Hidrográfica do município de Virgem da Lapa.	61
Figura 10- Mapa Biomas e áreas antropizadas no território do Vale do Jequitinhonha/MG – Brasil. Organizado por: KNEGT, L. M. P. (2011)	67
Figura 11- Mapa do trajeto da Linha de Transmissão Janaúba - Araçuaí em Virgem da Lapa-MG.....	78
Figura 12 - Linha de transmissão trecho no Chapadão Virgem da Lapa.	79
Figura 13- Cercamento de área de eucalipto.	82
Figura 14- Tronqueira para barrar a passagem.....	82
Figura 15- Erradicação dos eucaliptos no Alto do Chapadão	83
Figura 16 - Área limítrofe da vegetação.....	83
Figura 17- Empilhamento do material lenhoso.	83
Figura 18 - Construção de fornos para a produção do carvão vegetal.	83
Figura 19 - Maquinário na construção dos fornos.....	84
Figura 20 - Visão frontal dos fornos de carvão.	84
Figura 21 - Comunitários trabalhando na construção dos fornos.....	84
Figura 22 - Toras reservadas para a produção de carvão	84

Figura 23 - Organograma - Chapadão Virgem da Lapa: Manejo, geração de renda e Conservação Ambie.....	86
Figura 24 - Mapa de zoneamento do Projeto de Manejo Etnoambiental nas áreas degradadas pelo monocultivo de eucalipto no Chapadão Virgem da Lapa - MG.....	87
Figura 25 - Representação gráfica da participação da área plantada de abacaxi (ha) 2004 - 2018 em Virgem da Lapa – MG.....	88
Figura 26 - Representação gráfica da participação da área plantada de Mandioca(ha) 2004 - 2018 em Virgem da Lapa – MG.....	88
Figura 27 - Câmera que tem rotação de 360° e vigia um raio considerado do plantio de eucalipto.	89
Figura 28 - Reportagem no site da ALMG sobre a audiência.....	92
Figura 29 - Audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos da ALMG, com participação dos moradores das comunidades quilombolas de Virgem da Lapa.....	93
Figura 30 - Mapa da hidrografia do Chapadão Virgem da Lapa – MG.	96
Figura 31 - Mapa do percurso da Caminhada Transversal.....	97
Figura 32 - Mapa de localização das áreas susceptíveis de desertificação.....	99
Figura 33 - Frutos da Mangabeira no Alto do Chapadão.	100
Figura 34 - Diversidade vegetacional.....	100
Figura 35 - Abundância de frutos em pequena área com vegetação remanescente do Cerrado.	101
Figura 36 - Pequizeiro em plena produção no Alto do Chapadão Virgem da Lapa.....	101
Figura 37 - Vegetação de altura baixa.....	101
Figura 38 - Morador de Campinho colhendo Mangabas.....	101
Figura 39 - Planta medicinal conhecida	102
Figura 40 - Coleta de frutos durante a caminhada transversal.	102
Figura 41 - Vista do Alto do Chapadão Virgem da Lapa.....	102
Figura 42 - Frutos mangaba colhidos	102
Figura 43 - Localização do Chapadão Virgem da Lapa nas Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade – MMA.	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Implicações da monocultura de eucalipto de acordo com o meio ambiente físico, biológico e socioeconômico e cultural.	53
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação Percentual do “Reflorestamento” no Total Anual Plantado, em Minas Gerais, por Região. Períodos: antes de 1967, 1967-1982.....	52
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

CDB - Convenção Sobre a Diversidade Biológica.

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais.

DRP - Diagnóstico Rural/Rápido Participativo.

FAFICH - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBAMA - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IDENE – Instituto do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

IEPHA – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

MPF – Ministério Público Federal.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PIB – Produto Interno Bruto.

PROBIO – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO.

PT – Partido dos Trabalhadores.

UCs – Unidades de Conservação.

SUDENE - Superintendência do desenvolvimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Tema e justificativa.....	17
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2. Objetivos Específicos	21
1.3 Procedimentos metodológicos: contextualização do desenvolvimento da pesquisa .	21
1.4 Estrutura da dissertação	27
2. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA: DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUNICÍPIO DE VIRGEM DA LAPA - MG.....	29
3. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	37
3.1 Contribuições metodológicas da abordagem fenomenológica	37
3.2 Aspectos da ressemantização do termo Quilombo contemporaneamente	40
3.3 Contribuições teórico-metodológicas sobre o conceito de território	44
4. O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO INICIADO APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO NOS ALTOS DO CHAPADÃO VIRGEM DA LAPA	49
5. AS RELAÇÕES ENTRE A GEOBIODIVERSIDADE E A TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA DO TERRITÓRIO	61
5.1 Saberes tradicionais adquiridos com a experiência do espaço vivido <i>versus</i> os postulados da ciência moderna.....	73
6. PROTAGONISMO ETNOAMBIENTAL, (RE)EXISTÊNCIA E LUTA PELA RETERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA	76
6.1 Os desafios das ações de protagonismo social para implementação do projeto de manejo do território tradicional	89

6.2 Aspectos das potencialidades da Etnoconservação e da Etnoecologia na recuperação das áreas degradadas do Chapadão Virgem da Lapa..... 93

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 107

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 112

9. APÊNDICE 120

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e justificativa

O primeiro contato com as comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba deu-se em meados de junho de 2018 em uma incursão à minha cidade natal, Virgem da Lapa (Vale do Jequitinhonha), por meio de um trabalho de campo do programa Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG, cujo objetivo era o mapeamento das comunidades quilombolas do Médio Jequitinhonha.

Nesta ocasião, foi despertado o interesse pelos relatos dos seus moradores, que vivenciam um processo de “diáspora” (migração em massa) do seu território, devido a um fenômeno que se tornou recorrente na contemporaneidade no Vale do Jequitinhonha, a escassez hídrica, fenômeno associado, na percepção dos moradores locais, ao monocultivo de eucalipto nos altos dos domínios de chapadas do entorno das comunidades, domínios estes que foram expropriados de tais comunidades para a implantação desta atividade econômica.

Vale ressaltar que essas monoculturas foram introduzidas em grande parte do Vale, legitimadas pelo discurso da promoção do desenvolvimento econômico desta mesorregião (tida historicamente como atrasada e miserável). Contudo, o Vale que já carrega um histórico de exploração econômica desde a gênese da sua formação, com um histórico desmembrado entre dois períodos extremos: de um lado a corrida do ouro, e do outro a espetacularização da “miséria” em 1960, com notória visibilidade. Entre os períodos citados há uma lacuna não preenchida, não se conhecendo com profundidade os acontecimentos decorridos entre estes dois momentos, no que concerne principalmente ao estabelecimento das comunidades negras rurais, que na atualidade, mobilizadas politicamente por movimentos sociais, estão se descobrindo e se auto-identificando enquanto comunidades remanescentes de quilombo, considerando todo o contexto histórico de ocupação dos seus territórios.

Não obstante, é possível presumir que apesar das dificuldades naturais, a decadência da mineração contribuiu para a expansão da ocupação das demais áreas do Vale, muitas dessas que hoje conformam territórios quilombolas. Bem como a instalação de fazendas de criação de gado, oriundas das primeiras frentes de ocupação da região ao final do século XVII e início do século XVIII, em que associação ao gado bovino, a agricultura desenvolveu-se inicialmente no Médio Jequitinhonha, atividade que tornou-se fundamental no abastecimento da população

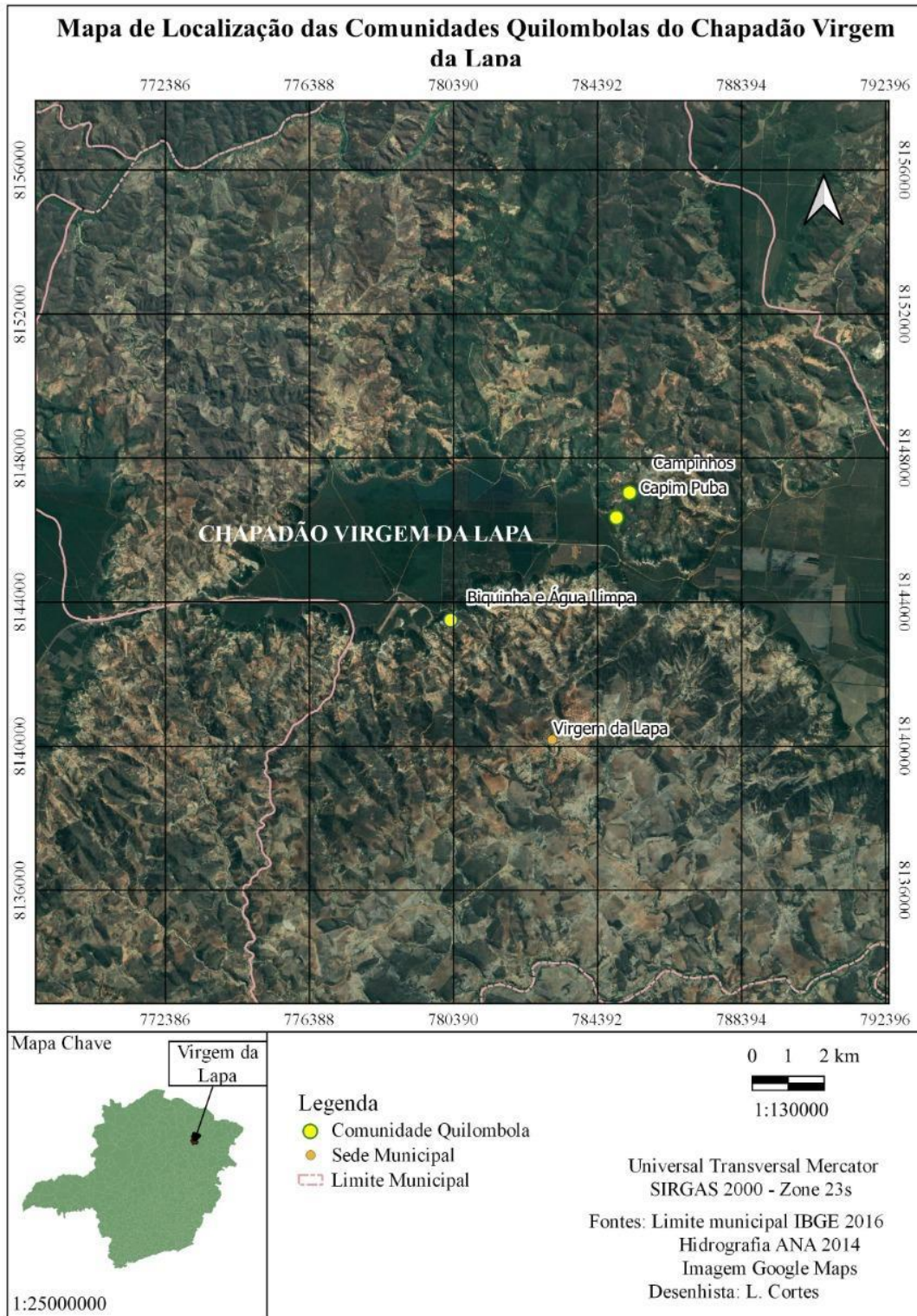
urbana que se consolidava em razão do intenso fluxo imigratório, expandindo-se para o Baixo Jequitinhonha na segunda metade do século XIX, período que coincide com o crescimento dos fluxos migratórios da população do Alto Jequitinhonha para as áreas cobertas pelas matas, principalmente em virtude do emergente centro econômico de Teófilo Otoni no Vale do Mucuri.

E a partir de 1960, com a miséria em foco no Vale do Jequitinhonha e a construção midiática de um discurso conivente e conveniente à implementação de empreendimentos agroindustriais com viés desenvolvimentista¹, ocorre a efetivação de monocultivos, principalmente nas regiões do Alto e Médio Jequitinhonha. Porém, como já mostraram alguns autores estudiosos do Vale, este discurso da pobreza e miséria, não se mostrou adequado, e não representa com fidelidade a realidade da região. Pois tais empreendimentos que eram tidos como a “tábua de salvação” do Vale, muito pelo contrário, geraram inúmeras consequências negativas, como conflitos fundiários, perda da biodiversidade, êxodo rural, escassez hídrica, entre outros. Enfim, observou-se no âmbito do desenvolvimento de tal processo, um desmantelamento do lugar e dos modos de vida, cuja manutenção é dependente do meio que vivem.

Como no caso das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba, em que estas coletividades sofreram um processo de desterritorialização ao perderem o acesso ao território de uso comum – os altos das chapadas –, domínios que dependiam para garantia da reprodução sociocultural. Território ocupado historicamente com múltiplas práticas, como o extrativismo e a soltura do gado, configurando na lógica de manejo tradicional a fim de evitar a degradação ambiental e a escassez de recursos. E ainda é relevante assinalar que, através do manejo tradicional retirava-se destes domínios, matérias-primas para a produção artesanal, raízes, plantas medicinais e frutos, produtos que complementavam a alimentação e geravam renda para os moradores. E com a implementação da monocultura de eucalipto, essas comunidades foram cerceadas de acessar os altos, do Chapadão Virgem da Lapa. A Figura a seguir mostra a localização das comunidades e dos domínios de chapadas.

¹ Modelo de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico, minimizando ou subestimando as questões social, ambiental, cultural; e contribuinte para a desigualdade social e deflagração, aí, de conflitos socioambientais (SACHS, 2000)

Figura 1- Mapa de localização das Comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.



E esta pesquisa justifica-se pela minha naturalidade virgolapense e, também, por já trabalhar com comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha desde a graduação, bem

como meu apreço e interesse em entender melhor a diversidade sociocultural/ambiental que compõe o meu “lugar” de origem, principalmente diante as tantas distorções perceptivas sobre a realidade do Vale, que encontrei nas minhas “andanças” fora de lá. Entendendo como importante, a compreensão de outra lógica do manejo dos recursos naturais a ser considerada na implementação de empreendimentos que possam causar danos socioambientais. E também, pela minha vivência pessoal, de convívio com a realidade local, pois a monocultura de eucalipto e a perda do acesso dos quilombolas aos domínios de chapadas trazem problemáticas socioambientais que se refletem em todo o município. Outra motivação vincula-se à relevância que atribuo à valorização do conhecimento tradicional, conhecimento este forjado pela vivência e experiência no território, estas pelas quais os comunitários de Campinho e Capim Puba, por exemplo, associam a escassez hídrica e à significativa redução da biodiversidade, acoplada, por sua vez, à perda do controle dos domínios de chapadas (e, conseqüentemente, o seu manejo) para as empresas “reflorestadoras” de eucalipto. É pertinente observar, aliás, que tais comunidades estão, há décadas, lutando para a reconquista do território (reterritorialização), que foi tido como terra devoluta (terras da União), cedido para exploração de tais empresas. E sabemos que com a crise ambiental, a questão da conservação da natureza e de sua biodiversidade assumiu centralidade na pauta ligada às dinâmicas local, regional e global. Técnicos e especialistas são vozes uníssonas - e privilegiadas -, quanto às estratégias a serem adotadas para a conservação/preservação. Mas as comunidades e povos tradicionais, por exemplo, não são ouvidos, nesse processo, embora pudessem contribuir para criação de estratégias de conservação, por meio da apropriação científica de suas experiências e vivências.

A pesquisa tem relevância também por imbricar-se com as linhas interpretativas das Geografias Cultural e da Percepção, campos do Conhecimento hoje em nítido processo de revalorização e revitalização.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o processo de reterritorialização forjado pelo protagonismo etnoambiental ativo por parte das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba, utilizando categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural.

1.2.2. Objetivos Específicos

a) Compreender os processos de desterritorialização através da historicidade da implementação dos monocultivos de eucalipto no território quilombola das comunidades Campinho e Capim Puba;

b) Relacionar a lógica de manejo da geobiodiversidade local pela perspectiva histórica da formação da territorialidade quilombola;

c) Compreender o processo de reterritorialização e de resgate dos conhecimentos tradicionais de manejo e suas relações com a biodiversidade, bem como sua aplicabilidade na reprodução socioeconômica desta localidade.

1.3 Procedimentos metodológicos: contextualização do desenvolvimento da pesquisa

Essa pesquisa tem caráter qualitativo, e vale ressaltar que Oliveira (2016, p.37) define a abordagem ou pesquisa qualitativa como "um processo de reflexão e análise, através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação".

Nossa investigação teve início, como já supracitado, com a realização de um trabalho de campo em junho de 2018, em um projeto cujo objetivo era o mapeamento das comunidades quilombolas da região do médio Vale do Jequitinhonha, entre elas as comunidades de Campinho e Capim Puba, e que apresentaram à equipe na ocasião, os seus conflitos e demandas em uma reunião na residência de um líder comunitário na comunidade de Campinho.

Figura 2– Registros fotográficos do trabalho de campo do Projeto de Mapeamento das comunidades quilombolas do Médio Vale, Virgem da Lapa - MG, 2018.



Fonte: Acervo próprio, 2018.

Após este contato prévio, comecei a dialogar com o líder comunitário (que reside em Campinho, mas representa politicamente as duas comunidades) sobre o interesse em pesquisar a questão principal relatada pelas comunidades, que diz respeito aos conflitos com o monocultivo de eucalipto, e a presumível associação do desenvolvimento dessa atividade econômica com a escassez hídrica e perda da geobiodiversidade local/ regional. Diante disso, recebi um convite para retornar à comunidade. Então, em setembro de 2018, retornei aí e apresentei os objetivos da pesquisa à liderança local, a qual me contextualizou acerca da historicidade das comunidades, subsidiou o levantamento do número de famílias e a indicação de pessoas que poderiam contribuir para o andamento da pesquisa. E em janeiro de 2019 retornei à comunidade, e nessa oportunidade, concretizaram-se conversas com outros

moradores das comunidades, guiadas pelo roteiro semiestruturado e foi possível, assim, se conhecer melhor as comunidades.

Neste intervalo de tempo, devido à distância e falta de recursos financeiros para retornar à comunidade com mais frequência, o contato era feito por telefone, meio este pelo qual fiquei inteirada das novidades e eventualidades locais. E no mês de janeiro de 2020, tive a oportunidade de retornar à comunidade, em momento que se configurou em transições na pesquisa.

A princípio, o desenvolvimento do trabalho se delineava em torno da tentativa de compreender as implicações do monocultivo de eucalipto à geobiodiversidade (associação dos termos geodiversidade e biodiversidade) do território quilombola das comunidades de Campinho e Capim Puba através da avaliação da percepção dos seus moradores, considerando suas experiências no espaço vivido. Mas com a dinamicidade do campo e do diálogo/interlocuções com a comunidade, entendeu-se, conjuntamente, a necessidade mais urgente e necessária de se compreender e se elucidar o processo de desterritorialização por elas sofrido historicamente na perspectiva de buscar entender o atual momento vivenciado pelas comunidades, que é o de construção de uma resistência a partir do enfrentamento direto, para a reterritorialização.

Posto isso, e entendendo que um trabalho do nível de dissertação, que envolve sujeitos de pesquisa deve ser construído de forma coletiva com estes pares, o presente trabalho pretende compreender esse processo de desterritorialização, ou seja, a restrição do acesso ao território com a privatização e mercantilização dos domínios de chapadas, e seus impactos negativos para as comunidades em questão, como a perda da biodiversidade, escassez hídrica e problemáticas sociais, para se entender, a seguir, o processo de reterritorialização gestado dialeticamente pelo protagonismo etnoambiental ativo, ou seja, movimento de reconquista do território, protagonizado pelas próprias comunidades, com a proposição de uma outra lógica de manejo, prezando pela diversificação, através de um projeto que se mostra inovador, como veremos mais à frente.

Os procedimentos metodológicos adotados como forma de desenvolvimento/operacionalização da pesquisa envolveram a pesquisa bibliográfica da temática abordada; pesquisa de campo para a coleta de dados; encontros e entrevistas de roteiro semiestruturado; caminhada transversal; e observação de campo. Anteriormente, com os outros objetivos de pesquisa pensou-se em trabalhar com mapas mentais, mas no desenvolver do trabalho isto não se mostrou possível, principalmente pela falta de adesão da comunidade que não se sentiu

confortável para tal, mas essas adaptações fazem parte do percurso de uma pesquisa, pois são caminhos, que podem se modificar ao longo da caminhada, pois como ressalta Hissa (2017, p.125), “as metodologias são criadas pelos sujeitos enquanto estes estão criando os seus objetos”, reiterando que as próprias questões da pesquisa é que incitam as alternativas metodológicas a serem desenvolvidas.

Os sujeitos de pesquisa são as populações das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba, populações rurais com histórias, culturas e ambientes específicos. A técnica usada para compreender suas histórias e relação com o seu ambiente, foi à realização de entrevistas através de um roteiro semiestruturado, que se transformaram em longas conversas, configurando as vantagens deste modelo de roteiro, que permite, concomitantemente, guiar a conversa através dos objetivos a serem alcançados. Observe-se que como afirma Duarte (2002), pesquisas com cunho qualitativo:

[...] exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (: 141).

Naturalmente, a eleição desses sujeitos da pesquisa pressupõe o reconhecimento do seu grau de representatividade e participação no grupo em estudo, no caso, as comunidades quilombola Campinho e Capim Puba, agenciadas por trocas de correspondências eletrônicas com lideranças para mapear estas possibilidades (de informantes, de localidades, etc.), definindo o escopo da pesquisa.

Optou-se por entrevistas semiestruturadas por permitirem uma maior abertura ao entrevistado, em que esse pode se aprofundar mais nas questões. Como afirmam Boni e Quaresma (2005), com esse procedimento metodológico, os informantes podem discorrer sobre o(s) tema(s) abordados, e o(a) pesquisador(a) tem, por sua vez, a possibilidade de direcionar e contextualizar suas perguntas, baseando-se nos objetivos dos estudos, evitando que o entrevistado fuja o assunto, e esclarecendo possíveis dúvidas.

Foram realizadas sete entrevistas, com pessoas elencadas pela liderança, tendo-se optado por se efetuar a maioria delas com as mulheres, pois há um histórico marcante de resistência e luta feminina na comunidade, sendo elas as pessoas que passam a maior parte das suas vidas na comunidade, já que os homens migram sazonalmente para trabalhar em outras cidades ou estados, para a colheita de cana ou café, por exemplo.

O número de entrevistas não foi previamente definido, mas foi fruto do próprio do processo metodológico, pois já não existem muitas famílias domiciliadas nas comunidades; morando efetivamente aí, apenas duas, em Campinho; e nenhuma, em Capim Puba; e verificando-se que as outras famílias ficam em um movimento pendular entre a cidade e a comunidade, pois não têm como permanecer no lugar, pela falta d'água, emprego e escola para os filhos. Mas mesmo assim foi possível realizar 07 entrevistas, que permitiram conhecer melhor a realidade local e o perfil dos comunitários. Mas como afirma Duarte (2002), não há necessidade de se estabelecer previamente um número fixo de sujeitos que virão a compor o quadro de entrevistados, em uma metodologia de base qualitativa:

[...] tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. (:143)

Um elemento que foi explorado no roteiro semiestruturado foi a memória, para que os entrevistados fizessem um exercício de relacionar o passado e presente, e para entendermos a dinâmica atual em que a comunidade se encontra, pois de acordo com Bosi (1987):

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (BOSI, 1987 *apud* LE VEN, 1997, p.215)

Assim, definir o objeto de estudo dessa pesquisa, a partir de uma perspectiva fenomenológica, exigiu que eu me situasse frente à comunidade como pesquisadora-sujeito, encarando os problemas por ela vividos, para uma melhor compreensão da realidade local. Nesse sentido, o trabalho de campo foi fundamental, principalmente para a observação, utilizando como premissa a técnica de observação, que é inerente à abordagem qualitativa, constituindo num recurso comumente utilizado na imersão a campo,

O percurso no campo, sua observação e a descrição do contexto percorrido e observado são três fluxos que se misturam pela reciprocidade, interdependência e (inter)influências enquanto se tensionam pelas contradições e heterogeneidade das disposições e habilidades em jogo. Tudo isso compõe uma complexa ambiência, um contexto do qual deriva o estatuto do observador e as propriedades do universo observado. (SILVA, 2009, p. 171).

Alonso (2016), aliás, registra que a observação participante é uma técnica que permite entender regras, hábitos, padrões sociais vivenciados cotidianamente por indivíduos, embora haja muito questionamento sobre a aplicação de tal técnica, pois os indivíduos podem mudar de comportamento perante o observador. Contudo, esta técnica admite duas modalidades de inserção na comunidade: *insider* e *outsider*; neste trabalho tendo sido adotada a postura de *outsider*, na qual se define pela observação, conversas informais, recolhimento de relatos e tomadas de notas do que se escuta e se vê.

Na última visita à comunidade (janeiro de 2020), foi possível o uso de outro recurso metodológico, proposto nesta pesquisa, a caminhada transversal, técnica utilizada no Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP), e que consiste no percurso de determinada área de uma unidade de produção, seguido de um informante local, observando todo o socioecossistema (ALENCAR & GOMES, 2001). Esta caminhada aconteceu no dia 10 de janeiro de 2020, na companhia de um morador na comunidade Campinho, e o percurso percorrido consistiu no acesso aos topos de chapadas, em meio aos eucaliptos e no reconhecimento das nascentes que já não brota mais, tendo se seguido o caminho antigamente percorrido pelos que praticavam o extrativismo *in loco*. A caminhada foi fundamental, principalmente por ser um estímulo da memória, fazendo o morador lembrar de contos e “causos” locais e propiciando, também, a identificação da fauna e flora, tendo eu tomado estas notas no meu diário de campo.

Vale ressaltar, ademais, que todas as técnicas que se valem das narrativas de vida individuais têm a grande vantagem de traçar um quadro vívido dos fenômenos sociais, reconstruindo a experiência subjetiva de processos e estruturas sociais (ALONSO, 2016).

Quanto à revisão bibliográfica, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, procurou se dialogar com autores como Almeida (2006), Little (2002), Oliveira (1999), Castells (1999), Cunha (1986), Haesbaert (1997; 2004; 2005; 2007), Diegues (2000) entre outros, os quais trabalham com questões concernentes às comunidades negras rurais e quilombolas, e com conceitos tais como: território, territorialidade, territorialização, reterritorialização, campesinidade, identidade, saberes tradicionais e geobiodiversidade, os quais - é pertinente demarcar -, se relacionam intimamente com os estudos sobre comunidades quilombolas.

1.4 Estrutura da dissertação

Através destes procedimentos metodológicos, procurou-se atingir os objetivos propostos, sendo a dissertação estruturada em cinco capítulos, além da Introdução e Considerações Finais.

No primeiro capítulo, empreendeu-se uma contextualização geohistórica da área de estudo, bem como uma apresentação preliminar de aspectos das comunidades quilombolas de Campinhos e Capim Puba.

O segundo, traz algumas abordagens teórico-metodológicas caras a esta pesquisa, como a fundamentação teórica da abordagem fenomenológica e dos conceitos de território/desterritorialização e remanescentes de quilombo, com o objetivo de delinear a atual realidade das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.

No terceiro, foi realizado uma contextualização do processo de desterritorialização das terras quilombolas, por meio da compreensão da historicidade da implementação do monocultivo de eucalipto nos altos das chapadas – através da abordagem conceitual das terminologias: comunidades remanescentes de quilombo, concernente às coletividades do Vale que assim se auto-identificam, reconhecendo todo o processo histórico que as envolve; e Território que correspondeu à categoria interpretativa da realidade estudada.

No quarto, foi realizada uma abordagem dos aspectos técnicos do conceito geobiodiversidade e sua relação com as questões produtivas e culturais, que envolvem a territorialidade específica das comunidades, principalmente através do resgate da memória dos mais idosos, para se procurar entender os processos de constituição identitária e territoriais do grupo, a partir dos padrões de sociabilidade, da sua organização social e política, do seu modo de produção, campesinidade, e dos seus vínculos ancestrais e sagrados com aquela porção territorial em que se inscrevem as comunidades revelando-se elas, como detentora de direitos. Bem como uma discussão que envolve saberes tradicionais adquiridos com a experiência do espaço vivido *versus* os postulados da ciência moderna, na busca de tentar-se compreender as possibilidades de diálogo entre essas duas vertentes do conhecimento, para o entendimento de questões etnopolíticas tão controversas como aquelas que remetem ao conflito com o monocultivo de eucalipto.

No quinto capítulo, procurou-se entender o processo de reterritorialização em curso, das comunidades, através do engajamento político e união coletiva, protagonizados por estas comunidades, com a proposta de retomar o território desapropriado através de uma lógica de manejo sustentável.

Por fim, naturalmente, foram apresentadas as considerações finais, com reflexões e discussão dos resultados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOHISTÓRICA: DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUNICÍPIO DE VIRGEM DA LAPA - MG

A estruturação territorial do Vale do Jequitinhonha ocorreu por meio de atividades econômicas empreendidas ao longo dos séculos XVIII e XIX. A rigor a mineração e o garimpo, principalmente do ouro e do diamante, deram o impulso inicial à ocupação regional a partir de 1720, nas circunvizinhanças do arraial do Tijuco (atual Diamantina). E com a decadência do ouro, impulsionou a expansão da ocupação das demais áreas do Vale.

Em que a ocupação econômica dessa região foi condicionada pela Geografia local, em que no Alto Jequitinhonha, o relevo montanhoso da Serra do Espinhaço, de onde se extraiu enorme quantidade de ouro e de diamante; no Médio Jequitinhonha, os solos ricos em sais, ocupados pela pecuária extensiva; no Baixo Jequitinhonha, as áreas de mata deram lugar às lavouras de subsistência, e aos morros ocupados com capim colonião, planta adaptada à escassez de chuvas típicas da região, às fazendas de criação de gado bovino.

E as características do meio físico somadas aos tipos de ocupação, principalmente por pessoas escravizadas que faziam resistência à escravidão, fugindo e se aquilombando localmente, tornaram o Vale do Jequitinhonha uma região singular, e bastante representativo nessa questão. No entanto, é uma mesorregião de Minas Gerais, historicamente, considerada uma área deprimida em termos de desenvolvimento no estado. Dos 80 municípios, 52 estão organizados nas microrregiões Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, e 23 estão integrados à antiga área mineira da SUDENE². Várias pesquisas confluem em assinalar que as restrições hídricas e as secas periódicas são fatores condicionantes para o baixo desempenho da agropecuária, que mesmo assim ainda responde por 30% do PIB regional³.

O Vale se situa no nordeste de Minas Gerais e extremo-sul da Bahia; tendo a sua área localizada no território mineiro aproximadamente 85 mil km², e população de um milhão de habitantes, distribuídos por 80 municípios, agrupados em sete microrregiões: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Grão Mogol, Pedra Azul e Salinas. O Vale se caracteriza, economicamente, pelo intenso fluxo migratório, pequena oferta de emprego e baixa taxa de urbanização (DEUS, CASTRO, 2014).

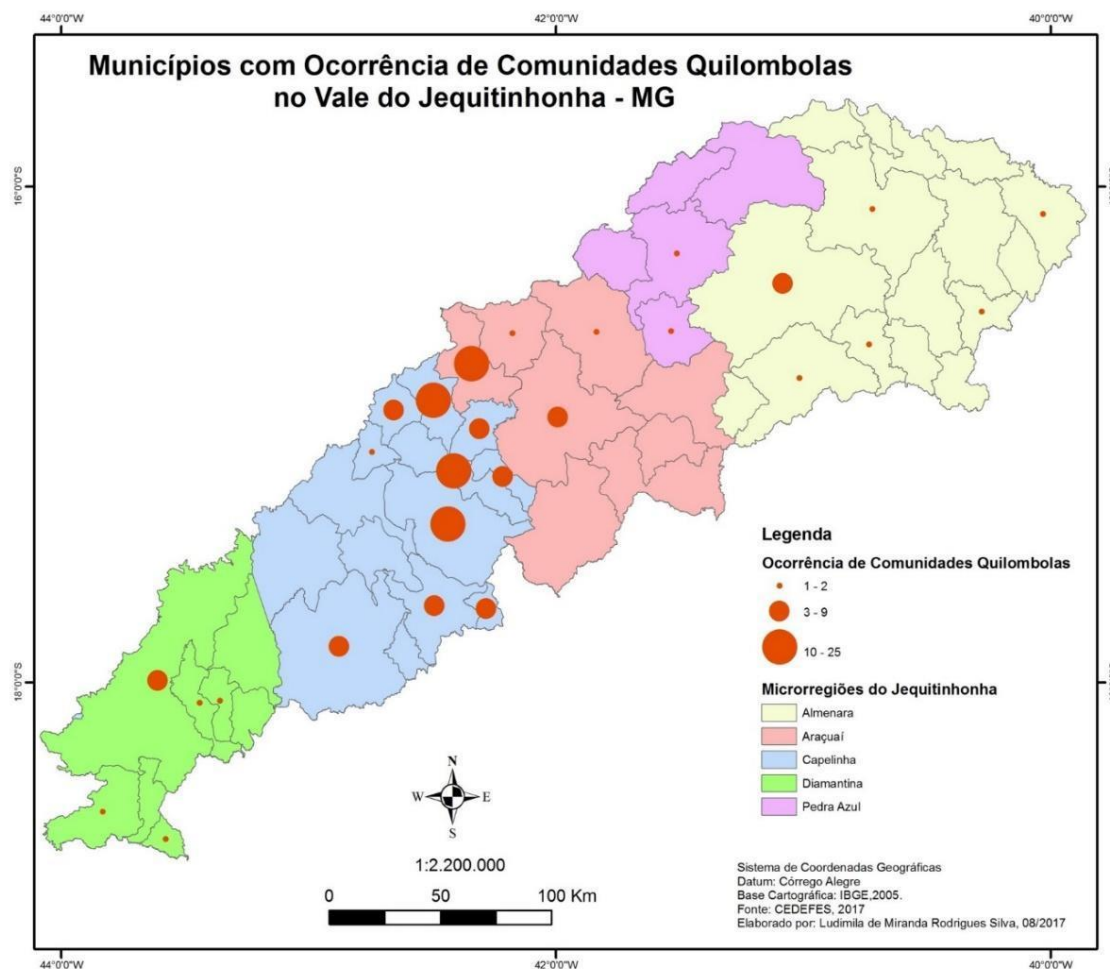
² Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

³ Portal Polo Jequitinhonha – UFMG. Disponível em: <https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>. Acesso: 02 de Jun. 2018.

Todavia, o Vale também se destaca pela sua singularidade e riqueza culturais, além do grande e exuberante potencial natural, com traços remanescentes das culturas indígena e negra. Soares (2000) especula que as prováveis causas desta região não ter sido explorada desde o início da colonização brasileira, vincular-se-iam às suas características ecológicas de clima semiárido e a seu “isolamento” espacial. Segundo o autor, essas características influenciaram a opção dos escravos fugidos pela região como refúgio, tendo eles fundado vários quilombos ou núcleos de resistência local, fazendo com que a formação social do Vale, seja composta, em sua maioria, por Comunidades “Remanescentes” dos Quilombos, configurando-se assim, como uma região rica e diversa, culturalmente falando, o que é perceptível por “um povo cuja identidade tem como traço fundamental e marcante, a arte. A herança indígena e africana forma aí essa enorme teia de costumes de jeitos de ser, falar, sentir e agir no Jequitinhonha” (SOARES, 2000, p.18). Sociodiversidade impressa - como já sinalizamos, pela abundância de comunidades remanescentes de quilombo mapeadas na mesorregião, como pode se observar na **Figura 3** (com destaque para Virgem da Lapa), que é um dos municípios que se destaca nesse aspecto. Situado no Médio Jequitinhonha na microrregião de Araçuaí, tem atualmente 19 comunidades certificadas pela Fundação Palmares⁴. O município foi instalado em primeiro de janeiro de 1949, possuindo hoje 13.619 habitantes e área de 868,914 km², sendo ocupado pelos biomas Cerrado e Mata Atlântica, onde se localizam as comunidades de Capim Puba e Campinho.

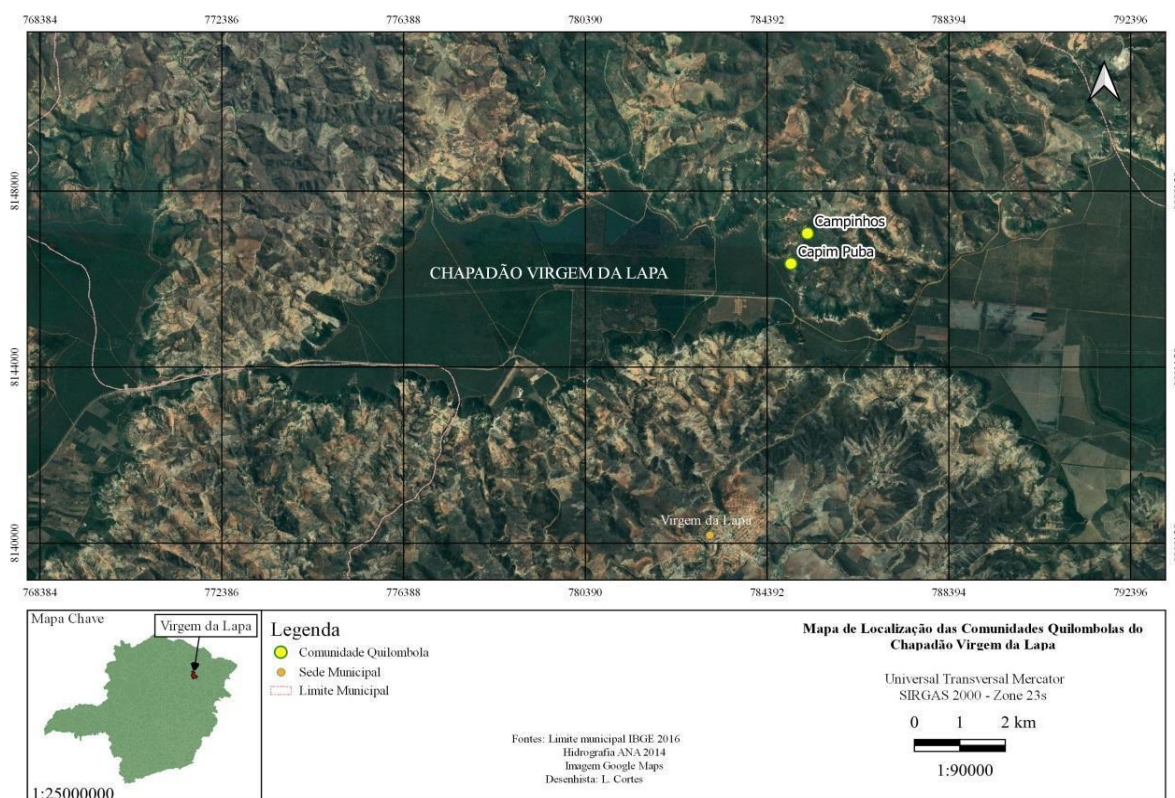
⁴ Dados da Fundação Palmares. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 14 Abr. 2019.

Figura 3- Municípios com ocorrência de Comunidades Quilombolas no Vale do Jequitinhonha – MG.



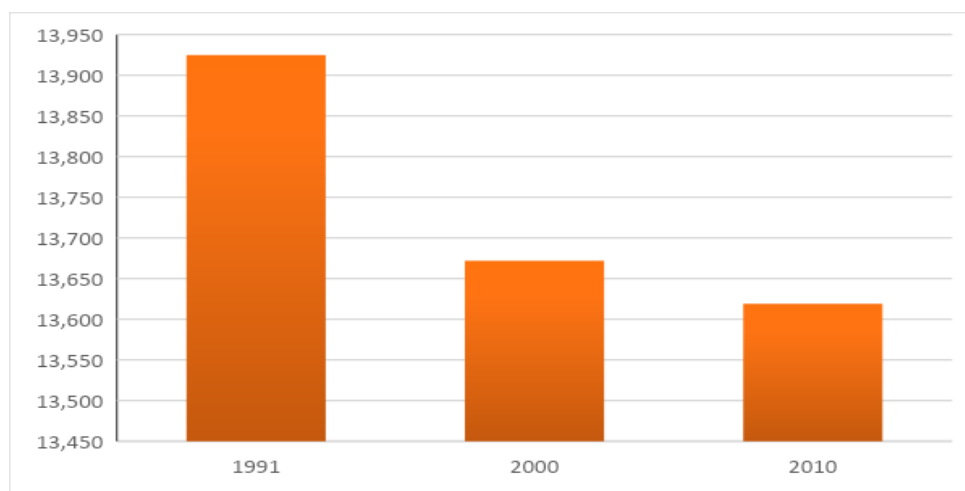
A área de estudo está inserida na bacia hidrográfica do Jequitinhonha, especificamente no médio Jequitinhonha, em Virgem da Lapa, município cuja origem remonta a 1729, quando o capitão-mor Antônio Pereira dos Santos recebeu uma doação de terras entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí (Arassuahy – antiga grafia), onde ele começou a se estabelecer com uma grande quantidade de mão-de-obra escravizada. Então, constituiu-se uma fazenda onde se explorava a lavoura e pecuária.

Figura 4- Mapa de Localização das Comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.



De acordo com a publicação do último censo demográfico, em 2010, a população do município era de 13.619 indivíduos. Comparando-se com outras edições do censo demográfico nas últimas duas décadas, observa-se que houve um decréscimo populacional na região. Em 1991 e 2000 os contingentes populacionais correspondiam, respectivamente, a 13.925 e 13.672 habitantes. Como mostra a figura a seguir:

Figura 5- Representação gráfica da evolução demográfica do Município de Virgem da Lapa – MG.



Fonte: IBGE, 2010.

Quanto às comunidades de Campinho e Capim Puba situam-se ao norte da sede municipal a cerca de 12 km de distância daí.⁵ As duas comunidades remanescentes de quilombo aqui estudadas, Campinho e Capim Puba, apesar de suas especificidades do ponto de vista político, apresentam unidade institucional, já que são representadas pela mesma associação, bem como fazem fronteira uma com a outra. Tais comunidades apresentaram um decréscimo populacional considerável, tendo elevado fluxo de moradores migrado para a sede do município, fato diretamente relacionado à escassez de recursos hídricos, que tornou inviável a sua permanência no domicílio e prejudicou o desempenho da principal atividade econômica local, que é a agricultura de subsistência. Há uns 30 anos atrás as duas comunidades juntas possuíam setenta famílias, e hoje domicíliam se aí apenas vinte, sendo que permanentemente na comunidade, só há duas.

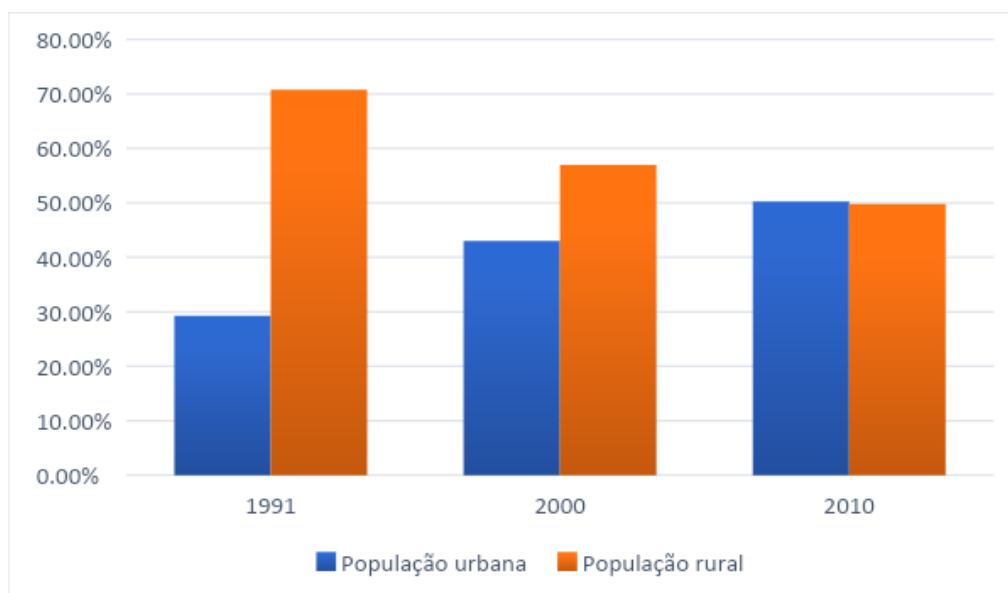
Segundo a Fundação Palmares – a certidão de autodefinição das comunidades de Campinho e Capim Puba como remanescentes de quilombo, emitida pela Fundação Palmares, entidade do governo federal, foi publicada no Diário Oficial da União em 2007. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), há informações de que as comunidades vivem na mesma área há aproximadamente 150 anos.

As comunidades têm passado por um processo de estagnação e esvaziamento, visível pela redução dos espaços de uso comum, como a escola local que se encontra fechada; e até

⁵ Fonte: IBGE

mesmo, a igreja, que foi demolida por problemas estruturais e não foi reconstruída, pelo fato de atualmente, existirem apenas duas famílias que efetivamente moram aí. Isso é uma tendência do município, como podemos constatar na **Figura 6**, que mostra que as populações rurais e urbanas estão com mesma equivalência em números de habitantes no ano de censo de 2010 do IBGE, e nas suas edições anteriores, o número da população era maior que a da rural. A maioria das famílias está dividida entre a cidade e o campo, vão para a cidade, durante a semana para trabalhar; e no final de semana retornam à zona rural. Há inclusive uma mobilização na associação para tentar manter a coesão das pessoas em prol dos interesses comunitários, na forma de reuniões periódicas.

Figura 6- Representação gráfica do grau de urbanização do município de Virgem da Lapa - MG



Fonte: IBGE, 2010.

A origem histórica de cada uma das comunidades é distinta. Um dos moradores conta que a origem de Capim Puba está relacionada à figura do tataravô de seu marido, fundador da localidade, que teria adquirido uma gleba de 10 alqueires de terra, e tal área corresponderia a um estabelecimento de nome de Fazenda Capão (nome que consta na base de 1:100.000 do IBGE). Ele tinha oito filhos e para evitar disputas entre os herdeiros desmembrou o estabelecimento em 10 parcelas de um alqueire. Já no caso de Campinho, a fundação da comunidade é imputada aos antepassados de Mauro, atual presidente da associação comunitária. Relata-se que os fundadores teriam criado a comunidade há cerca de 150 anos.

Nesta época a comunidade foi alvo de fluxo migratório de pessoas foragidas da então província da Bahia. E a principal motivação para a ocupação permanente em Campinho teria sido, sugestivamente, a abundante oferta de água no lugar, fator que teria sido determinante para a economia local, pois graças a esta disponibilidade de recursos hídricos é que passou se a desenvolver atividades agrícolas aí.

De acordo com os moradores, os principais produtos aí cultivados então eram: arroz, feijão, cana-de-açúcar, café, melancia, laranja e mandioca, alimentos facilmente produzidos devido à abundância de água à época, o que se observava até mais ou menos uns 40 anos atrás segundo o presidente da associação. E a produção tinha a dupla função de suprir as necessidades alimentares das famílias e a geração de renda com a comercialização dos excedentes na cidade mais próxima, que entre o século XVIII até 1948 era denominada São Domingos do Arassuahy, e que mais tarde veio a ser renomeada como Virgem da Lapa. Assim como as demais economias camponesas (MENDRAS, 1978), este excedente permitia o acesso à moeda, para a aquisição dos produtos que não eram produzidos no local.

A pluriatividade proporcionava a diversificação da produção, de forma que paralelamente à agricultura, realizava se a produção artesanal de objetos como panelas e potes de barro, gamelas (recipientes feitos de madeira), talheres, cabos de machado e enxadas, além de se explorar produtos advindos do extrativismo nas chapadas, como o pequi, mangaba, raízes, entre outros produtos- os quais, além de suprirem a demanda doméstica, também gerava um excedente para a comercialização. O barro para a confecção dos artesanatos era extraído próximo a uma nascente que já não existe mais, o que se configura, aliás, como uma perda visível na geodiversidade local.

Esta estrutura produtiva permaneceu até os períodos mais recentes, até por volta de uns 20 anos atrás, quando os recursos hídricos se tornaram mais escassos. E essa escassez hídrica é que teria desencadeado a decadência do sistema de reprodução socioeconômica que caracteriza o modo de vida da comunidade, o que desencadeou alto fluxo migratório, permanente, para fora da comunidade, muitos tendo se estabelecido na sede do município ou tendo se dirigido para outras cidades, ou mesmo migrado para fora do estado, em busca de melhores perspectivas de vida o que, a propósito, gerou, fenômeno de fragmentação da comunidade que hoje possui, com permanência fixa, apenas duas famílias, como já salientamos; as outras revezando-se, o tempo todo, entre a cidade e a comunidade, pois até a água potável vem da cidade trazida por meio de um caminhão pipa.

Hoje, estas comunidades estão em processo de recuperação do seu território que foi usurpado pela monocultura de eucalipto, através do processo de reivindicação da titulação definitiva do INCRA, como área quilombola, como será apresentado ao longo do texto.

3. REFERENCIAIS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O conteúdo deste capítulo traz algumas abordagens teórico-metodológicas caras a esta pesquisa, como a fundamentação teórica da abordagem fenomenológica e dos conceitos de território/desterritorialização e remanescentes de quilombo, com o objetivo de delinear a atual realidade das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba.

O conceito de território, representa aqui a categoria de análise geográfica que melhor permitiu a interpretação, da realidade estudada, o processo de desterritorialização decorrente da implementação da monocultura de eucalipto em territórios das comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba. Esta escolha metodológica será explanada à luz das linhas interpretativas da Geografia Cultural com algumas contribuições advindas da Antropologia. Bem como, far-se-á, uma abordagem conceitual do termo: “remanescentes de quilombo”, para melhor entendimento dos sujeitos a serem estudados e interpretação da relação deste grupo com o espaço.

Essa elucidação, possibilitará a análise deste território quilombola, compreensão da sua organização espacial e suas peculiaridades na produção desse espaço, tão singular no âmbito histórico, geográfico, econômico, social e cultural.

3.1 Contribuições metodológicas da abordagem fenomenológica

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a abordagem foi alicerçada nas contribuições teóricas do método fenomenológico, com a intenção de entender este processo de reterritorialização a partir do olhar dos comunitários, que estão protagonizando todo o processo, valorizando sua experiência e vivência territorial. Isso com a inspiração no aporte fenomenológico de Husserl (1975), que contribuiu para a investigação de experiências vividas. Vale ressaltar que nesse contexto, o conceito de geograficidade de Dardel (1990), assume particular relevância por construir uma ponte no diálogo entre a geografia e a fenomenologia, no que concerne à densidade das experiências vividas e da noção de valor, em seu sentido afetivo, das pessoas no espaço. As contribuições de Lynch (1980) e Tuan (1980-1983) também foram importantes para o embasamento da compreensão das relações da vida cotidiana e de vários aspectos subjetivos da percepção ambiental. Já Lowenthal (1995), traz interessantes propostas da valorização da experiência vivida, assim como da imaginação na atividade e pensamento geográficos e, por conseguinte, na sua inclusão em uma nova epistemologia na

geografia. Já Buttimer (1995), efetuou um trabalho profícuo sobre a conceituação e os tipos de valores de maior significado para os homens, buscando orientação na fenomenologia existencialista de Heidegger e considerando elementos para a construção de uma outra geografia.

Anteriormente a isso – é relevante assinalar –, que a Geografia Humana se restringia a estudar o homem e seu meio, observando os aspectos materiais da cultura (Gênero de Vida). Mas o humanismo é agrupado a esses estudos a partir de 1970 e oportuniza um novo debate epistemológico. Em 1990, essa geografia ressurgiu fortalecida, especialmente pela desilusão do homem com a sociedade e a crise ambiental. O homem procura respostas no modo de pensar e fazer ciência, e passa-se então, a incorporar o entendimento do mundo a partir da vivência e voltada à compreensão dos valores e comportamentos que os indivíduos atribuem ou possuem em relação ao espaço vivido, ao ambiente que os cerca, ou ao lugar em que vivem, com seus significados, suas relevâncias e suas atitudes, substituindo a análise quantitativa, tanto quanto possível pela análise qualitativa, passando os aspectos subjetivos a serem adotados em trabalhos acadêmicos. E é nesse momento que o debate epistemológico aceita a fenomenologia como opção teórico-metodológica para as investigações e práticas geográficas (LIMA & KOZEL, 2009).

Embora possua raízes nos filósofos alemães Immanuel Kant (1724-1804) e Friedrich Hegel (1770-1831), a fenomenologia foi criada por Edmund Husserl (1859-1938), também filósofo alemão. Pode-se caracterizar a fenomenologia como movimento filosófico do final do século XIX, e baseado na busca da separação dicotômica entre o racionalismo e o empirismo, sujeito e objeto, com a máxima de que toda consciência é intencional (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009).

Na geografia, a fenomenologia sugere a superação do paradigma dicotômico entre as geografias física e humana, propondo uma geografia que contemple a vivência do homem no espaço; e nesse contexto, o interesse na organização dos grupos culturais têm se destacado nos estudos da geografia humanista-cultural. Trata-se de uma ciência das essências, um método, no qual os fenomenólogos buscam conhecimento por meio da descrição da experiência, sendo a fenomenologia a ciência da experiência (AMORIM FILHO, 1999).

Para uma investigação pautada na percepção de sujeitos pela experiência do espaço vivido, considera-se o conhecimento pela vivência; e através da geografia das experiências, se faz necessário o uso do método fenomenológico, para entender a geograficidade que expressa a relação do homem com a Terra, por meio do reconhecimento da dimensão humana (LIMA &

KOZEL, 2009). Tal método busca entender, descrever e interpretar os fenômenos, processos, formas e elementos da realidade como partes de fenômenos maiores, integrais que não podem abandonar sua verdadeira essência (DEL RIO; OLIVEIRA, 1999). A fenomenologia estaria assim imbricada na análise espacial, pois é uma abordagem que atinge a particularidade e a essência.

Ressalta-se que, a fenomenologia e a percepção priorizam o homem como Sujeito e contestam a dicotomia Sujeito-Objeto nas suas maneiras de conceber o mundo. Pois uma análise direta dos processos mentais que podem acontecer num lugar, depende do modo como o indivíduo se apropria mentalmente desse lugar e do modo como a sua vivência o deixa sentir e manifestar-se no espaço. Por isso, os estudos sobre a percepção do ambiente entram no campo da subjetividade humana, que a fenomenologia é capaz de explicar, já que esta “[...] exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência [...]”, em forma subjetiva, e esclarece “[...] alguns elementos culturais, como os valores, que caracterizam o mundo vivido dos sujeitos” (TRIVIÑOS, 2012, p.48). E ela explica a natureza do lugar vinculada aos signos que a comunidade constrói em torno de si, experiência conceituada a partir de um sistema estrutural de crenças.

É sugestivo notar que a percepção ambiental no Brasil se ampliou na década de 1970, com a geógrafa Livia de Oliveira como a principal responsável pela sua propagação, aqui tendo traduzido as obras de Tuan (1980, 1983) e sendo adepta das reflexões fenomenológicas de Dardel. Oliveira (1978; 1999; 2002) trabalha o conceito de percepção ambiental a partir do construtivismo piagetiano - da percepção como conhecimento originado do contato efetivo, direto e imediato do sujeito com os objetos e seus movimentos dentro do campo sensorial, uma construção da inteligência humana -, e também a partir das influências fenomenológicas de Yi-Fu Tuan, que define a percepção ambiental como um processo de atribuição de significado subordinado às estruturas cognitivas. Tuan (1980) dedicou-se a compreender a relação homem-ambiente considerando a percepção como a resposta dos sentidos aos estímulos externos, em que muito do que é percebido tem significado para as pessoas de acordo com seus interesses, necessidades, visão de mundo e experiências de vidas (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009).

Tuan (1980), aliás, registra que os estudos de percepção entendem que a avaliação que uma pessoa ou grupo faz do meio não é uniforme e, que a percepção humana é individual e seletiva, embora grupos humanos possam compartilhar percepções por estarem em um mesmo contexto sociocultural ao partilharem conceitos, princípios e pressupostos e possuírem órgãos

sensoriais comuns. Tuan defende a importância da percepção para a compreensão dos lugares, que no nosso caso, visualizamos como intimamente associados ao Território, no caso das experiências vivenciadas pelas comunidades tradicionais, e como uma resposta dos sentidos aos estímulos externos. Para o autor, os lugares podem ser estabelecidos através de diferentes tipos de relações, sendo uma delas a topofilia, ligação afetiva entre indivíduo e o lugar ou ambiente físico. E o desenvolvimento das relações topofílicas com os lugares ou ambientes físicos originar-se-ia de influências das experiências vivenciadas.

Amorim Filho (2002, p.19) também contribui para a elucidação do conceito de percepção, quando salienta que esta é uma “[...] função psicológica que capacita o indivíduo a converter os estímulos sensoriais em experiência [...]”, sendo que tal experiência ocorre de forma organizada e coerente. A noção de percepção, para o autor, estaria diretamente relacionada à interação entre os estímulos sensoriais, que são apropriados pelo Sujeito, e as suas experiências pessoais, e juntas tais dimensões da realidade contribuiriam para organizar de forma coesa, em sua mente, a realidade percebida.

3.2 Aspectos da ressemantização do termo Quilombo contemporaneamente

Os quilombos contemporâneos são configurações socioespaciais de sobreposições de camadas identitárias, claramente percebidas no Vale do Jequitinhonha, recorte que, na atualidade, a reivindicação legal do território engendrou o caminho para o requerimento da identidade quilombola. E vale ressaltar que embora exista uma infinidade de versões históricas acerca da formação das comunidades remanescentes de quilombo, a historiografia específica da formação destas comunidades, que foram formadas por negros que se negaram a aceitar a escravização, fugiram e se aquilombaram (SOUZA, 2008). Dessa forma, o conceito quilombo está relacionado à resistência e luta como aspectos fundantes do universo simbólico de uma consciência coletiva.

Estas comunidades são conhecidas por várias “alcunhas”, tais como comunidades negras rurais, terras de preto, mocambos, entre outras. Porém, contemporaneamente, após o processo de ressemantização do termo usa-se a denominação legal Comunidades Remanescentes de Quilombo concernente ao Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, marco legal na questão de demarcação definitiva das terras quilombolas que define a categoria jurídico-formal “remanescentes de quilombos” e que considera como

remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 1988).

As Comunidades Remanescentes dos Quilombos são “grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade brasileira; em que essa identidade é base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política” (COSTA FILHO, 2011, p.1) e que possuem condições de existência contrastiva à sociedade brasileira moderna. Ressalte-se que a construção da identidade étnica está intrinsecamente associada à diferença. Essa diferenciação no caso das comunidades quilombolas, além do reconhecimento à diversidade em relação à sociedade brasileira, permite a estes grupos acesso a direitos que abrangem educação, saúde e terra, que lhes foram negados, aliás, por um longo período da história do país. E O’Dwyer (2002, p.157) postula que “é a partir de seu atual nível de consciência e organização política que esses grupos têm reelaborado sua identidade étnica, passando assim a reivindicar a identidade de quilombo e a definir-se como tal.”, no sentido de garantir a reprodução de suas formas sociais e acessar direitos.

Essas comunidades como enfatiza Costa Filho (2011), possuem características específicas, como: sua ligação com o território, sua campesinidade, seu modo familiar de organizar e dispor da produção, suas formas de sociabilidade e institucionalidade, seus determinantes étnicos e sua mobilização continuada, visando à sua reprodução econômica e social, e também sua apropriação, organização e uso do espaço. Porém, não existe uma definição suficientemente abrangente de quilombo que possa se aplicar a todos os núcleos quilombolas, até porque isso poderia levar à essencialização e/ou “frigorificação” das formas sociais, podendo mesmo restringir a concepção da atribuição da existência desses grupos a períodos históricos específicos (no caso em que se relaciona a concepção de comunidades quilombolas, exclusivamente, à subordinação vivida outrora). E é relevante assinalar que, bem longe disso, as comunidades quilombolas têm se conformado em territórios de resistência e liberdade, e não se coadunam com relações de subordinação (COSTA FILHO, 2016b).

No que tange ao contexto espaço-temporal, O’Dwyer (2002)- do Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre Terra de Quilombo-, afirma que contemporaneamente, o termo quilombo está sendo precisamente ressemantizado para designar a situação presente de várias comunidades negras em diferentes regiões do Brasil, em que:

O termo não se refere mais a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou

de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (p.18).

Em termos empírico-operacionais, Arruti (2006) coloca elementos que condensam algumas características que definiriam descritivamente o caráter normativo do termo: “ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum, apossamento secular, adequação a critérios ecológicos de preservação de recursos, presença de conflitos e antagonismos e uma mobilização política definida em termos de autoidentificação quilombola” (ARRUTI, 2006, p. 96).

Embora, segundo Costa Filho (2011) mesmo na atualidade, grande parte das comunidades quilombolas encontra-se ainda na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e de exclusão sociopolítica; os quais determinam hoje, como no passado, a expropriação de seus territórios, com a consequente desarticulação de suas práticas produtivas e culturais, o que se configura situação recorrente para a maioria dos povos e comunidades tradicionais brasileiras.

É importante ressaltar, que as comunidades quilombolas estão inseridas no contexto de povos e comunidades tradicionais brasileiras, uma categoria relativamente nova, tanto na esfera governamental, quanto na esfera acadêmica ou social. Vale destacar que a expressão “comunidades ou populações tradicionais” surgiu no seio da problemática ambiental, no contexto da criação das unidades de conservação (UCs)⁶ - (COSTA FILHO, 2011). E observa-se ainda que na medida em que esses grupos têm se organizado localmente e emergindo da invisibilidade, é que surgiu a necessidade de balizar uma intervenção governamental junto aos mesmos. Isso foi tomando forma com a instituição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, no âmbito do governo federal, presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo objetivo era estabelecer uma Política Nacional específica para esses segmentos, “apoiando, propondo, avaliando e harmonizando os princípios e diretrizes das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais nas esferas federal, estadual e municipal” (COSTA FILHO, 2011, p. 3).

⁶Áreas protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cuja administração e controle cabe ao Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade - ICMBio.

Através dessa Comissão é que, aliás, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, construída com ampla participação da sociedade civil, e concretizada em 7 de fevereiro de 2007, pela edição Decreto 6.040, que estabelece um conceito operacional, pelo qual “povos e comunidades tradicionais” podem ser compreendidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 1)

É relevante assinalar, inclusive, que segundo Little (2002), a etnogênese do conceito “povos tradicionais” e seus subsequentes usos políticos e sociais surgiu da necessidade de englobar grupos sociais distintos que defendem seus territórios frente à usurpação de outros grupos sociais ou mesmo do Estado-Nação. E é pertinente verificar inclusive que tal categorização se fez necessária exatamente para a inserção e acesso às políticas públicas e direitos constitucionais e infraconstitucionais desses grupos; e mesmo que essa aglutinação possa encobrir a diversidade destes grupos agregados, haja vista a grande sociodiversidade brasileira. Em suma, o que se deve compreender é que a categoria de diferenciação para abarcar identidades coletivas tradicionais se faz crucial para a garantia da reprodução sociocultural e a permanência desses grupos no território, bem como sua inclusão econômica e sociopolítica.

Retomando uma questão que já sinalizamos, vale ressaltar que Costa Filho (2016a) afirma que os povos e comunidades tradicionais no Brasil têm sido vítimas frequentes de interesses hegemônicos e do próprio Estado, tendo tido seus territórios afetados por iniciativas desenvolvimentistas, com o comprometimento dos recursos naturais usados, por elas, tradicionalmente (e de seus modos tradicionais de vida), o que tem resultado em inúmeros conflitos ambientais que, nas palavras de Zhouri & Laschefski (2010, p.14),

surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido.

Compreendo que estes conflitos ambientais e territoriais não são deflagradores da etnicidade, mas postulo que eles seriam substanciais para a acentuação desta dimensão da realidade, pois grande parte dos conflitos ambientais em Minas Gerais é resultante da invasão de territórios tradicionalmente ocupados e de empreendimentos desenvolvimentistas que

impactam direta ou indiretamente as comunidades (COSTA, 2014). Em Virgem da Lapa-MG não poderia ser diferente; é mais um dos tantos municípios com “Comunidades dos Quilombos” da mesorregião do Vale do Jequitinhonha, que passa por diversos conflitos socioambientais e de processos de precarização e expropriação territorial.

Essas intervenções desenvolvimentistas tentam minar resistências e vulnerabilizar, sucessiva e periodicamente, os povos e comunidades tradicionais, e é forçoso reconhecer que as situações de expropriação territorial contemporâneas demonstram que o conflito tem sido um elemento recorrente na construção de identidades de cunho político (COSTA FILHO, 2016a). Ou seja, existe uma resistência frente a esses processos, em que cada vez mais esses grupos têm se organizado para garantir os direitos que lhes são constitucional ou infraconstitucionalmente assegurados, como o Decreto 6.040, já abordado.

Além deste, há o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que é um marco legal na questão de demarcação definitiva de terras quilombolas, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras tradicionalmente ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – regulamentação esta que garante a reprodução social destes grupos, até porque é no território que estão expressas as marcas geográficas e históricas, que compõem a identidade quilombola.

Outro dispositivo que têm assegurado direitos é a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, e que teve determinado o seu cumprimento no Brasil pelo Decreto Presidencial n.º 5.051 somente em de 19 de abril de 2004, com o objetivo de proteger as comunidades tradicionais. Em seu Art. 14, § 2º, consta a obrigatoriedade dos países signatários da Convenção regularizarem as Terras Tradicionalmente Ocupadas:

Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse (OIT, 1991, p. 4).

3.3 Contribuições teórico-metodológicas sobre o conceito de território

Haesbaert (2004) pontua que desterritorialização é ao mesmo tempo um esforço para se reterritorializar em outra parte. Mas, evidentemente, para o entendimento deste processo chamado de desterritorialização, é necessário primeiramente entender o conceito de território. Haesbaert (2004) entende o território como processo, dinâmico, envolvendo relações sociais

constantemente reconstruídas; ele seria um produto do movimento combinado de territorialização-desterritorialização do espaço, isto é, de relações de poder construídas no e com o espaço, tanto de poder no sentido de dominação (mais concreta), quanto de apropriação (mais simbólica).

Para Anjos (2006) a Geografia é a ciência do Território; o autor a considera como o melhor instrumento de representação das marcas da historicidade espacial, permitindo ainda entender as dinâmicas territoriais do passado e apontando possibilidades para a organização do espaço no futuro. Ele defende, ainda, a categoria território como elementar por fornecer subsídios para uma reflexão acerca da composição étnica, espacialmente delimitada do Brasil. Mas vale ressaltar que a discussão sobre o território não se restringe à dimensão instrumental, abrangendo também as dimensões simbólicas dos sujeitos.

Por meio desta discussão pode-se perceber a importância do conceito de Território para a Geografia, como um importante instrumento de leitura das dinâmicas incidentes no espaço. O conceito tem sido, aliás, muito discutido devido aos novos arranjos espaciais chamados por Milton Santos de técnico-científico-informacionais, no mundo de relações complexas, intensas e abrangentes. Tais discussões permeiam as relações de poder entre indivíduos, grupos de indivíduos e instituições, materiais e imateriais, incluindo relações enraizadas no trabalho como elementos que formam os territórios.

Para Raffestin (1993) o Território é um substrato do espaço geográfico, sendo o conceito tratado por ele com ênfase político-administrativa, e visualizado como produto das relações de produção, e conseqüentemente, das relações de Poder do Estado ao indivíduo, por meio de malhas, nós e redes:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993[1980], p.144)

Já Saquet (2007) traz uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, para a relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, material ou imaterial, ideário, uno e múltiplo ao pontuar que:

Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da E-P-C-N estão sempre

presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza. (Saquet,2007, p.172).

Saquet (2010) demarca o Território como resultado e condição da relação social-natural, apropriado e definido pelas relações econômicas, políticas e culturais. E Haesbaert (2004) o analisa por meio da sua classificação em três diferentes vertentes:

1) Jurídico-política - território como espaço delimitado e ordenado sobre o qual se exerce determinado poder, especialmente o de caráter estatal;

2) Cultural - Território construído pelas dimensões simbólicas e mais subjetivas, sendo sua apropriação efetivada através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço;

3) Econômica, território como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação Capital-Trabalho.

Haesbaert (2002), ainda, identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. E no cenário atual do mundo, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, o autor remarca que ele serviria como refúgio à globalização. Nessa perspectiva, Haesbaert (2007) acrescenta que “dentro dessa complexa relação entre redes e áreas ou zonas como os dois elementos fundamentais constituintes do território [...], devemos destacar a enorme variedade de tipos e níveis de controle e/ou contenção territorial” (p. 30).

Souza (2001) traz uma abordagem conceitual em que o Território é visualizado como político e cultural, em seus trabalhos, desenvolvidos nas grandes metrópoles, com grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no estabelecimento de conflitos mediados pelas diferenças culturais. O autor salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. E assim, o conceito de Território deveria abarcar mais que o Território do Estado-Nação. Nas palavras do autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p.11).

A Antropologia aborda o conceito de Território como uma produção social, construída a partir da identidade, cultura e etnia. Para as comunidades quilombolas, o território constituir-se-ia, então, como elemento crucial na expressão de sua identidade e representaria um dos

componentes de sua vida, de sua cultura, de sua organização social e de seu modo de vida, permitindo-lhes a reprodução cultural, social, política, religiosa, ancestral e econômica. A comunidade nele [no território] se reconhece e o reconhece como elemento constitutivo da sua história. Há a consciência de que o grupo se “descaracteriza” sem o território e que este também perde sua essência sem a ocupação tradicional (COSTA FILHO, 2011).

Cada território, contudo, é diverso, pois é produto das particularidades socioculturais de cada grupo. Little (2002, p.4), para elucidar essa relação singular que cada grupo social mantém com o seu respectivo território, usa o conceito de Cosmografia, o qual define como:

os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

A partir do entendimento do conceito de Território, podemos compreender o conceito de desterritorialização, colocado por Souza (2009) como:

A questão central, de um ponto de vista conceitual, é a seguinte: o que é um processo de territorialização ou desterritorialização, em sentido forte? Um tal processo pode ter a ver com desenraizamento (mais ou menos traumático culturalmente) de indivíduos e grupos; e pode implicar a privação do acesso a recursos e riquezas; mas é, sempre e, em primeiro lugar, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço (espaço que, simultaneamente, também é, enquanto substrato material e lugar, uma referência e um condicionador das práticas de poder). (...) Se se tratasse do conceito de lugar, já não seria mais a dimensão do poder que estaria em primeiro plano ou que seria a mais imediatamente visível, mas sim a das identidades, das intersubjetividades e das trocas simbólicas por trás da construção de imagens e sentidos de lugar enquanto espacialidade vivida e percebida, dotada de significado, marcada por topofilias e topofobias... o que não significaria sugerir que a dimensão do poder (sob a forma de heteronomia – as simetrias, os conflitos, a dominação – ou sob a forma de autonomia – a simetria, o consenso livre de coerção) não deveria ser considerada. (SOUZA, 2009, p. 61).

Esse processo de desenraizamento pode-se ser evidenciado nas comunidades quilombolas de Capim Puba e Campinho, que perderam acesso a seu território de uso comum - as chapadas -, e tiveram, assim, o acesso a recursos naturais essenciais para sua reprodução social limitados, já que o vínculo das comunidades tradicionais com o território pode ser entendido como a apropriação social do espaço, pois é nele que estão impressos fatos e acontecimentos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados seus ancestrais; existe a noção de pertencimento e identificação ao ecossistema local e eles comumente usam os recursos naturais “renováveis”, entre tantos outros traços característicos da territorialidade (LITTLE, 2002, p. 23).

4. O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO INICIADO APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO NOS ALTOS DO CHAPADÃO VIRGEM DA LAPA

Neste capítulo, será abordado o processo de expropriação territorial sofridos pelas comunidades quilombolas de Campinho e Capim Puba, a partir da implementação da monocultura de eucalipto em meados dos anos de 1970.

Em Virgem da Lapa, os processos de desterritorialização tiveram início com as ações desenvolvimentistas da ditadura militar, que consideravam o bioma cerrado como vazio econômico e demográfico, conseqüentemente implementando o monocultivo de eucalipto nos domínios de chapadas do Vale do Jequitinhonha. No município de Virgem da Lapa, tais empreendimentos começaram na década de 1980, período em que os comunitários relatam que as terras das chapadas - que eram manejadas comunalmente por eles, tendo eles até então o extrativismo como importante atividade econômica aí desenvolvida -, foram expropriadas, e é pertinente observar que paradoxalmente este empreendimento conhecido em termos legais por reflorestamento, suprimiu a vegetação nativa, para plantar *Eucalyptus*, gênero exótico, numa área em que cobertura florestal original exibia a biodiversidade típica do cerradão e/ou da caatinga arbórea, como pode-se observar nesta carta topográfica elaborada pelo IBGE, datada de 1982.

Figura 7- Carta topográfica da região, elaborada pelo IBGE, 1982.



Fonte: Carta topográfica do IBGE, 1982.

Até a década de 1970, as Chapadas que configuram a paisagem do Vale do Jequitinhonha, tinham seus recursos naturais exploradas por uma racionalidade singular com técnicas de manejo que causavam impacto mínimo ao ambiente (DINIZ & TUBALDINI, 2011), técnicas estas que foram desenvolvidas ao longo da adaptação ao ambiente, em processo que pode ser entendido como o de coevolução de Noorgard (1994), no qual há um equilíbrio

entre homem e ambiente, proporcionado por um manejo dos recursos, que beneficia ambas as partes; e que pode ter correlação na formação da geobiodiversidade local.

Porém, a partir da década de 1970 outra racionalidade de exploração, “norteadada pelo pragmatismo de uma agricultura produtivista e amparada pelo pacote tecnológico a Revolução Verde” (DINIZ & TUBALDINI, 2011, p.125), se impôs nos territórios do Vale, ocupados por comunidades negras rurais, muitas delas em processo de reafirmação da identidade cultural, como remanescentes de quilombo na atualidade. Vale ressaltar que a chegada de tais empresas, causou uma grande “mudança nas relações sociais de trabalho na região” (GONTIJO, 2001, p. 59).

Little (2006) assinala que os textos constitucionais permitiram o surgimento de possibilidades de “territorialização política”⁷, em processo em que até a década de 1980 o controle do território era abalizado pela centralidade governamental, pela União, com vistas a uma exclusividade das competências tributárias; e o território foi então visualizado como uma unidade geográfico-espacial delimitada, usada como referencial para a segurança nacional e das fronteiras, para a “colonização”, para a integração nacional, e para a expansão das fronteiras da agropecuária em escala, envolvendo o avanço de atividades como a criação de gado, agricultura e silvicultura. Políticas desenvolvimentistas que facilitaram a territorialização dos projetos, como no período militar, com as várias frentes de ocupação da Amazônia e do Cerrado, foram desenvolvidas nesse contexto.

Tais projetos ocasionaram consequências socioambientais graves no âmbito de controle territorial. Muitas terras foram expropriadas de comunidades tradicionais, que não possuíam o título de registro dominial em decorrência da lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, chamada “Lei de Terras”, que desde sua promulgação, estabelece a necessidade de registro cartorial e a compra e venda para configurar dominialidade, instaurando uma enorme diferença no acesso e manutenção da terra por comunitários no meio rural brasileiro (COSTA FILHO, 2016b, p.133), que por não possuírem tais títulos, viram suas terras se conformarem como devolutas, pertencentes à União, como é o caso das chapadas ocupadas pelas comunidades de Capim Puba e Campinho, sobre as quais na década de 1970, as comunidades tradicionais locais perderam a posse, justamente por ausência do título de dominialidade.

⁷ Territorialização neste contexto refere-se à vertente de formação de unidades administrativas (LITTLE, 2006).

Porém essa lógica de centralidade territorial sofreu alterações com a promulgação da Constituição de 1988 que prevê e determina uma considerável descentralização das competências políticas e tributárias sobre as unidades da federação, promovendo maior abertura de participações públicas nas tomadas de decisões e nos modelos de gestão, dando ao território mais dinamismo (LIMA, 2014).

É relevante acrescentar que a principal finalidade da produção de eucalipto era a de abastecer a indústria siderúrgica, e a região do Vale do Jequitinhonha, “devido ao baixo preço da terra e à existência de extensas áreas de terras devolutas propícias ao plantio, foi uma das áreas preferenciais nestes projetos, principalmente nos topos das chapadas onde a cobertura vegetal natural variava entre o cerrado e a caatinga arbórea (GONTIJO, 2001, p. 64). Como pode-se constatar na Tabela 1⁸ (abaixo).

Tabela 1- Participação Percentual do “Reflorestamento” no Total Anual Plantado, em Minas Gerais, por Região. Períodos: antes de 1967, 1967-1982.

Ano	Metalúrgica Campo das Vertentes	Mata	Sul	Triângulo Alto Paranaíba	Rio Doce	Noroeste	Vale do Jequiti- nhonha	Sudoeste	Total
antes 1967	68,4	8,3	2,8	1,0	0,9	z	0,2	18,4	100,0
1967	59,8	6,1	16,3	z	17,8	z	z	z	100,0
1968	49,2	5,2	23,9	7,9	8,2	0,4	z	5,2	100,0
1969	38,6	6,9	10,7	11,0	16,2	2,0	z	14,6	100,0
1970	28,6	3,1	10,3	27,9	18,8	2,3	0,1	8,9	100,0
1971	41,6	1,6	5,3	27,1	8,7	3,9	0,1	11,7	100,0
1972	26,4	3,1	3,5	31,2	20,1	8,6	1,3	5,8	100,0
1973	17,4	1,0	4,7	40,5	16,5	14,5	z	4,5	100,0
1974	99,8	1,9	3,7	35,8	10,3	24,2	11,1	3,2	100,0
1975	5,4	0,7	2,4	22,8	8,5	32,2	26,6	1,4	100,0
1976	2,4	0,5	0,6	16,9	12,2	35,0	28,6	3,7	100,0
1977	1,7	z	0,2	10,8	8,7	49,6	29,0	z	100,0
1978	3,6	0,1	0,4	7,6	9,9	45,5	32,9	(*)	100,0
1979	1,5	(*)	0,3	2,8	10,0	55,2	29,7	0,5	100,0
1980	2,2	0,2	0,3	1,0	6,6	56,8	30,9	z	100,0
1981	1,8	z	0,1	2,9	7,2	59,0	29,0	z	100,0
1982	3,0	z	(*)	0,5	6,3	63,9	22,5	3,8	100,0

Fonte: GONÇALVES, 1991.

(*) → inferior a 0,1 %

z → dado nulo

Fonte: GONÇALVES, 1991.

A partir de ações desenvolvimentistas da ditadura militar, que consideravam o bioma cerrado como vazio econômico e demográfico, é que foi, portanto, implementado o monocultivo de eucalipto nos domínios de chapadas do Vale do Jequitinhonha. No município

⁸ Tabela elaborada por GONÇALVES (1991), em sua dissertação de mestrado (GONÇALVES, MT. Aspectos da economia e política florestal de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980. Belo Horizonte: BDMG, 1991.)

de Virgem da Lapa, tais empreendimentos começaram no ano de 1980, período em que os comunitários relatam que as terras das chapadas - que eram manejadas comunalmente, tendo eles mantido até então o extrativismo como importante atividade econômica aí desenvolvida – , foram expropriadas.

E então, implementado o eucalipto, o gênero *Eucalyptus* possui mais de 600 espécies diferentes que apresentam características distintas entre si, sendo que aproximadamente 150 dessas espécies possuem valor comercial (ALMADO, 1997). Porém, existe divergência nas opiniões a respeito das implicações ambientais do eucalipto ainda não existindo consenso científico sobre tal questão existindo concepções muito díspares a respeito. De um lado os ambientalistas, de um modo geral, “passam a ideia de que as implicações ambientais do eucalipto são gravíssimas, sobretudo no que diz respeito a interferências no ciclo hidrológico, na dinâmica dos solos e no comprometimento da biodiversidade” (GONTIJO, 2001, p. 66). Por outro lado, “economistas, agrônomos e engenheiros florestais, tendem a passar ideias opostas, minimizando os efeitos deletérios inerentes a uma monocultura de eucaliptos e maximizando os retornos econômicos de tal atividade” (GONTIJO, 2001, p.66).

Gontijo (2001) assumiu uma postura incisivamente crítica no sentido de apontar as implicações do plantio generalizado de eucalipto nos topos de chapadas do Alto e Médio Vale do Jequitinhonha, tomando como referência as consequências da implantação de eucalipto no Vale do Aço, apontadas por Guerra (1995, p.112) e associando-as à realidade vivida no Vale do Jequitinhonha, como podemos ver no Quadro 1.

Quadro 1- Implicações da monocultura de eucalipto de acordo com o meio ambiente físico, biológico e socioeconômico e cultural.

Meio Ambiente Físico	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança radical na paisagem; - Erosão dos solos; - Comprometimento da capacidade produtiva dos solos a longo prazo; - Assoreamento dos cursos d'água; - Uso do fogo.
-----------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Meio Ambiente Biológico	<ul style="list-style-type: none"> - Redução drástica na biodiversidade regional; - Eossistemas aquáticos: redução na qualidade da água/ameaça vida aquática; - Eossistemas terrestres: efeitos alelopáticos/ atividade microbiológica; - Grande consumo de agrotóxicos e fertilizantes.
Meio Ambiente Socioeconômico e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Poder econômico, social e político da grande empresa; - Ameaça à estabilidade das comunidades (dependência da empresa); - Alteração nos valores sociais e culturais das comunidades; - Falta de integração empresa-comunidade; - Colapso do sistema de produção e distribuição de produtos locais; - Aumento na arrecadação de impostos; - Concentração da posse da terra; - Condições de trabalho e de renda da mão de obra muito precárias; - Perspectiva desanimadora de futuro da mão de obra local; - Falta de conhecimentos básicos e de sensibilidade para os problemas ambientais e sociais por parte dos dirigentes das empresas.

Fonte: Compilado de GUERRA (1995).

De acordo com Guerra (1995, p.112), a redução na biodiversidade relacionada ao monocultivo de eucalipto se processa em função de uma série de fatores, dentre os quais deve se chamar a atenção para:

1) A criação de um ambiente bastante uniforme, sem sub-bosques e, portanto, pobre em biodiversidade;

2) O sombreamento muito acentuado pela grande altura das árvores, a competição por nutrientes e água, os efeitos da alelopatia (interferência de uma planta sobre outra através da eliminação de substâncias tóxicas pela mesma, via suas folhas ou raízes) e os efeitos cumulativos das mudanças no perfil dos solos que inibiriam completamente o crescimento de outras espécies vegetais dentro de uma floresta de eucaliptos;

3) Em consequência da anterior, a fauna local também é afetada, uma vez que a nova vegetação dominante abriga, por exemplo, um sub-bosque ralo e poucas árvores mortas, habitats fundamentais para muitos animais;

4) Pequena ocorrência de uma fauna silvestre nas florestas homogêneas de eucalipto, uma vez que a variedade e quantidade de animais encontrados em determinado ecossistema florestal estão relacionados com o número de habitats disponíveis, e há baixa densidade de sub-bosques, essenciais para o fornecimento de abrigo e alimentos para a fauna.

Esses fatores são associados pelas comunidades quilombolas de Capim Puba e Campinho, principalmente à indisponibilidade hídrica. E apesar de o discurso inicial ter sido o de levar o desenvolvimento ao vale do “atraso”, o que se desencadeou se com o monocultivo de eucalipto, foram experiências negativas de cunho social, cultural e ambiental. Pois ao perder o acesso dos domínios de chapadas, que eram usados até há cinquenta anos atrás para criar gado na solta e o extrativismo, a maioria das pessoas aí domiciliadas até então migrou para a sede municipal e para outras cidades, pela impossibilidade delas continuarem residindo no local, pois mesmo que ainda tivessem o chão da morada, alegam que a monocultura de eucalipto geraria - como já reportamos -, impacto direto na escassez hídrica.

As empresas reflorestadoras possuem livre acesso às chapadas, expressando a sua relação de dominação, legitimada pelo Estado, que cedeu essas terras, consideradas como devolutas, o que contrasta fortemente com a realidade das comunidades, que possuem relação de apropriação com este território - simbólico e material -, e o qual garantia sua reprodução social e confirmava sua territorialidade. São relações diferentes estabelecidas e óticas diferentes direcionadas a um mesmo território.

A cessão deste território de uso comum a tais empresas constituíram, evidentemente, estratégias que privilegiam interesses privados em relação aos coletivos, abrangendo negociações, em que as questões sociais e ambientais, foram acertadas instrumentalmente como “interesses” personalizados, tendo sido visualizadas como passíveis de negociação entre atores. E vale ressaltar as diferentes dinâmicas de ocupação aí observadas.

Como já sinalizamos, comunitários de Campinho e Capim Puba relacionam a escassez hídrica e a perda da geobiodiversidade local ao monocultivo de eucalipto, reportando uma alteração no ciclo hidrológico, que fez com que as minas (nascentes) que abasteciam as comunidades diminuíssem aos poucos até que por fim secaram por volta do ano de 2008. Expuseram ainda, que com a perda da água e do território de uso comum não conseguiam mais produzir, praticar o extrativismo, criar gado e produzir os artesanatos, o que desfigurou suas múltiplas identidades enquanto agroextrativistas e artesãos. E em consequência disso - como também já registramos -, observou-se o êxodo rural para Virgem da Lapa ou cidades maiores.

Os moradores mais velhos, vivenciaram todo o processo de desterritorialização das comunidades de Campinho e Capim Puba para a implementação do eucalipto nos topos das chapadas que rodeiam as comunidades, relatam que no passado havia abundância de disponibilidade hídrica aí, cerca de 30 a 40 anos atrás, período que coincide com o período de implementação do monocultivo, e relatou que após este processo, o ciclo hidrológico se manteve estável por cerca de cinco anos, até que os moradores começassem a perceber as alterações:

Há 35 anos atrás mesmo, lá em casa, a água não era problema, tinha muita! Lá perto de casa mesmo tinha três nascentes. Lá tinha dois córregos, um passava na frente de casa e outro nos fundos, então isso não era um problema porque tinha água demais. Mas, isso, há 40 anos atrás. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

Em outro relato, um morador de Capim Puba pontua, ainda, que a época da implementação do monocultivo de eucalipto, seu avô foi o único que não vendeu seu pedaço de chapada para a empresa Suzano, uma empresa de papel e celulose, no qual a sua família passou a viver encurralada por esta atividade:

Lá em casa mesmo o meu avô foi um dos únicos da região que não vendeu a Chapada. Lá hoje ainda é mata nativa, mas é um pedaço quase insignificante. Para que serve a água? A nossa nascente lá é bem interessante, para onde ela é voltada, tem eucalipto. Bem na descida, quando a gente começa a descer o morro, tem eucalipto; e esse eucalipto passa o ano inteiro verde. Em cima da nossa nascente. E lá, antes, você chegava a 100 metros você ouvia o barulho da água, hoje lá é um palmo seco, tudo rachado. E lá onde é a nascente, tá do mesmo jeito que era antes, a gente não mexe coisa, a gente não cria gado, a gente não desmata. (Morador da Campinho, 2018)

Outro morador afirmou, que a introdução dessa atividade de silvicultura nos territórios das comunidades teve início a partir de especulações, e de estudos de campo, inicialmente, identificando e contatando as lideranças locais sondando a possibilidade de compra das terras, com discursos como:

[...] olha, quero que você compra um pedaço de chapada para mim dessas pessoas que estão aqui no pé do morro. (Morador da comunidade de Campinho, 2018).

Segundo alguns entrevistados, isso criava uma expectativa nos moradores, que à época julgavam ser um grande negócio vender sua terra; e as empresas usavam estratégias de negócios para conseguir adquirir as terras necessárias para a implementação do monocultivo. Elas ainda se aproveitaram do fato das comunidades não possuírem o título dominial das terras, o que legalmente tornava estas porções de chapadas que ocupavam em terras devolutas, terras da União. E o Estado exerceu papel fundamental para este empreendimento, através da cessão dessas terras tidas como devolutas, por meio do incentivo fiscal (GONTIJO, 2001). O entrevistado afirmou ainda que:

Tem até um caso de um homem que vendeu a chapada dele por cinco vacas. Então o que é cinco vacas hoje? Vamos colocar uma vaca boa de cinco mil reais. Ele vendeu por vinte e cinco mil. Nisso, a Suzano comprava cinco hectares aqui, cinco hectares lá, e acontecia que esses cinco hectares se encontravam e sobrava um meio. Este pedaço tinha uns cem hectares. Então eles foram muito espertos. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

No início, o eucalipto era tido como a “tábua de salvação” do Vale, sendo rotulado nacionalmente como o “Vale da miséria”, “do atraso”. O desenvolvimento local era a expectativa de todos, havendo expectativas de incremento de empregos, do crescimento econômico, entre tantas outras perspectivas associadas ao desenvolvimento da atividade. Porém a realidade é que só foram gerados empregos à época do plantio; posteriormente o uso de insumos agrícolas e maquinários fez com que dispensasse a mão de obra humana. Ninguém esperava que esta atividade afetasse tanto os modos de vida e a geobiodiversidade local:

Lembro (me) que o pessoal de Virgem da Lapa se empolgou com isso, dizendo que agora iria desenvolver o Vale do Jequitinhonha. Mas teve um padre que falou para não vender a chapada, senão vocês vão morrer de sede, e o prefeito, que naquela época era Miquinho, deu risada desse padre. Este padre era Padre Ville, é lá de Lelivéldia. Ele falou que o eucalipto ia acabar com nossa água, e o pessoal deu risada porque tinha água demais. Realmente, era um grande volume de água ano todo. Aí plantaram este eucalipto. Gerou um pouquinho de emprego no plantio, na hora de matar as formigas, e depois disso acabou. No primeiro corte ainda deu porque foi de motosserra. Mecanizou tudo, não tem ninguém mais de Virgem da Lapa que trabalha com isso, ficou só o prejuízo. Desta época para cá eles não pagaram um real de imposto para prefeitura de Virgem da Lapa. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

Alguns moradores contam, ainda que após a aquisição das terras necessárias, à vegetação nativa foi derrubada por correntões⁹, tendo ele ficado emocionado ao relatar uma situação que vivenciou na época, quando, após a derrubada da vegetação, fizeram uma queimada, que dizimou muitas vidas da fauna local:

E tem uma coisa que quando eu conto ainda mexe muito comigo. Eles compraram essa chapada, pegavam dois tratores, amarrar alguma corrente enorme, deixava um aqui um lá e saíam quebrando tudo. Só que isto não foi o problema. Quando derrubaram tudo eles cercaram de fogo. Só que os animais que moravam ali não tinham saída. Aí quando colocou fogo lá em casa desceu paca com a costa toda arrancada a pele, cobra... e lá tinha água, então os bichos corriam pra lá. Eu e meu avô socorremos os bichos. Dava dó de ver, os bichos chegando assim e morrendo na água. E isso é triste, pois o pessoal permitiu que isso acontecesse na região. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

Segundo um morador de Campinho, todo o eucaliptal é da empresa *Suzano Papel e Celulose*, que administra duas porções das terras consideradas devolutas: uma de 2.444 hectares e outra de 2.512 hectares de terra. Essa de 2.444 hectares pertence a uma comunidade quilombola vizinha conhecida como Almas, que ganhou recentemente na justiça uma causa para explorar este monocultivo de eucalipto como medida de compensação à comunidade pelos impactos negativos causados a ela pelo desenvolvimento de tal atividade. Destes 2444 hectares, 500 estão plantados com eucalipto e a comunidade o explora, fazendo carvão e o comercializando. Segundo os moradores, isso teria melhorado significativamente a vida deles.

A outra parte de 2.512 hectares de terra, ainda está sob domínio da Suzano, em terras que pertencem às comunidades de Campinho e Capim Puba. As comunidades também entraram com processo na justiça com pedido de reparação em função das consequências negativas desencadeadas pelo desenvolvimento da atividade. Porém, a empresa Suzano usa um artifício de utilizar empresas “laranjas”, e quando as comunidades vão à justiça contra a empresa, esta se esquiva, e apresentando outras empresas como donas do empreendimento, com o objetivo de tirar dela o foco da justiça.

O contrato entre a empresa Suzano e a União expirou, e os moradores desconfiam que, na tentativa de sua renovação, a empresa tentou, no ano de 2016, fazer um estudo de campo atualizado, com georreferenciamento, e precisava da anuência dos moradores, que foram, contudo, instruídos a não a assinarem desta vez:

⁹ É uma técnica de desmatamento controversa que possibilita a rápida retirada da vegetação nativa por meio da utilização de correntes presas a tratores, em geral a um par de grandes tratores de esteiras.

Eu tenho documentação aqui recente, que a Susana fez o seguinte, como esse contrato venceu e eles tinham só o mapa dessas terras, eles não tinham documento registrado em cartório, em 2016 eles tentaram fazer o georreferenciamento desta área. Para fazer o georreferenciamento você tem que ir em cada extremo antes e pegar anuência dele [do morador local]. Eles fizeram um trabalho aqui que acho que nem o IBGE consegue fazer. Eles foram em cada morador. Chegava lá e falaram o seguinte: a gente está fazendo essa documentação aqui e preciso que vocês assinem esse papel aqui para nós. Aí orientamos: não assina não! Aí ameaçaram que se não assinasse teria que chamar a polícia, mas não assinamos. Como eles viram que a comunidade estava a par da falcatura deles, eles foram. Eu e Adriana passamos noites fazendo os documentos, porque era muito documento. Eles primeiro fizeram um monte de documentos falsos e levaram para reconhecer firma. Nesse documento tinha um senhor que chamava Martins Neto, ele já tinha falecido, e tinha assinatura dele. Quem alfabetizou ele? Aí não conseguiram reconhecer firma. Fizemos a contra-notificação; aí, a partir disso que viram que não iriam assinar; [então] a Suzano também sumiu, dispensaram todo mundo. Neste final de ano eles passaram eucalipto todinho para proteger de fogo, mas não tem nenhum funcionário deles mais aqui na região. A gente tem medo de derrubar. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

E vale ressaltar que as diferentes dinâmicas de ocupação social dos territórios por sujeitos que sustentam projetos distintos de sociedade e possuem posição social desigual no campo do poder geralmente geram conflitos (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2005).

Figura 8- Alto do Chapadão Virgem da Lapa, no entorno das comunidades de Capim Puba e Campinhos



Fonte: Acervo próprio, 2018.

No caso analisado, essa atividade econômica gerou vários conflitos ambientais (nas comunidades de Capim Puba e Campinho) causando sua desterritorialização nas terras de

chapadas e trazendo consequências negativas à geobiodiversidade local, e alterações significativas, também, nos modos de vida. Mas com o procedimento de autoafirmação como remanescentes de quilombo, e com a sua certificação pela Fundação Palmares, as comunidades estão com um processo em andamento, junto ao INCRA, de demarcação do seu território, com a perspectiva de sua reterritorialização nestes domínios, fundamentais para suas estratégias de manejo e na construção da sua identidade quilombola.

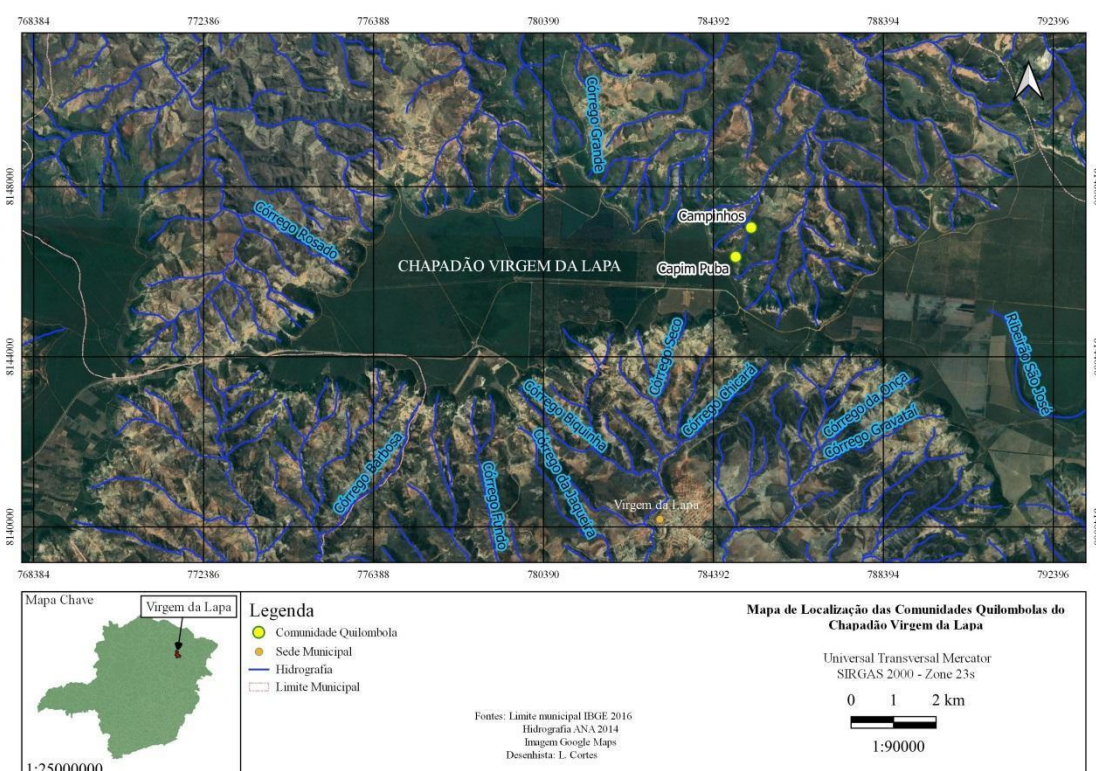
No contexto nacional, muitas comunidades que se autoafirmam enquanto tradicionais começaram um processo de reterritorialização a partir de expectativas de direitos assegurados constitucional e infraconstitucionalmente, e se envolvem num processo de formação de unidades territoriais de base comunitária, para o enfrentamento dos problemas sociais advindos da perda do controle de suas terras (LIMA, 2014). E de acordo com o Programa Brasil Quilombola (2004) quando privados de sua territorialidade, do seu próprio modo tradicional de vida e produção, muitos quilombolas buscam o caminho da migração para periferias de grandes cidades, e que sem qualificação formal para o trabalho, aí resta lhes apenas a miséria e o subemprego. E ressalta, ainda, que a contínua mobilidade para os centros urbanos é consequência da perda do território e resulta na dissolução das comunidades e identidades, processo que tem se intensificado nas comunidades de Campinho e Capim Puba, nas quais devido à escassez hídrica e ausência de condições de se manterem nas terras, os quilombolas se direcionam para Virgem da Lapa, Belo Horizonte, e outras grandes cidades. E o presidente da Associação comunitária relata que, nesse contexto, surgiram, inclusive, muitos casos de alcoolismo, uso de drogas e prostituição de pessoas das comunidades que se mudaram para a Sede, Virgem da Lapa.

5. AS RELAÇÕES ENTRE A GEOBIODIVERSIDADE E A TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Como observado, todo este processo de desterritorialização trouxe impactos negativos, incomensuráveis aos recursos naturais locais, ocasionando uma grande perda de geobiodiversidade, na medida que a vegetação nativa foi suprimida em detrimento da monocultura de eucalipto, o que desencadeou uma imensa problemática socioambiental, já que com isso as comunidades quilombolas foram diretamente afetadas nas dimensões sociais e ambientais.

O termo geobiodiversidade, é pensado aqui, como a união dos conceitos geodiversidade e biodiversidade, este primeiro em função, principalmente, da abundância de nascentes que emergiam do Chapadão Virgem da Lapa, como apresenta a figura abaixo, e se encontram secas atualmente.

Figura 9- Base Hidrográfica do município de Virgem da Lapa.



Assim sendo, este tópico traz algumas abordagens sobre estes dois conceitos, sob o ponto de vista técnico, a fim de entender a relação entre o manejo da geobiodiversidade e a territorialidade quilombola, trazendo para essa discussão o componente humano, para tentar os aspectos socioambientais, fundamentais na consolidação desta territorialidade. Em que esta análise prévia, permitirá a melhor compreensão dos significados do processo de reterritorialização pautado no protagonismo etnoambiental, que melhor será delineado no próximo capítulo.

Estas comunidades desenvolveram historicamente um estilo de vida, no qual dependem do território para manutenção e reprodução socioeconômica/cultural, em que o manejo praticado historicamente não exercia grandes impactos negativos ao ambiente, como a silvicultura de eucalipto, pelo contrário, promovia assim a conservação da geobiodiversidade local, principalmente a conservação das nascentes, já que a água é o bem natural de extrema preciosidade para esses comunitários. A perda do acesso ao território Chapadão Virgem da Lapa, sobretudo, impactou na disponibilidade hídrica das comunidades.

Estabelece-se assim, uma relação direta na perda de acesso ao território e a perda de geobiodiversidade local. Esta constatação contrasta com a política de conservação ambiental, que é pautada em medidas de conservação da biodiversidade, que excluem o homem deste conceito, mesmo este tendo se tornado uma pauta importante e popular. A própria Convenção Sobre a Diversidade Biológica (CDB) define a diversidade biológica como:

a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas. (Art. 2, Convenção sobre a Diversidade Biológica, 2011)

Trata-se, contudo, de uma definição técnica, que não considera a dimensão cultural, e define a biodiversidade como conceito, exclusivamente, pertencente ao "mundo natural", ou seja, completamente dissociada da existência humana. Já Diegues (2000, p.1) defende que muito além desta concepção, a biodiversidade é também um constructo humano, no qual “as espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas”. Diegues (2000) pautava, ainda, que os conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais são importantes para entender a biodiversidade existente hoje.

Porém, em sua análise sobre trabalhos que abordaram o tema biodiversidade, Diegues (2000, p.2) observou que a maioria dos atores trata o conceito conforme disposto pelo artigo

dois da Convenção Sobre a Diversidade Biológica, a diversidade biológica “como produto da própria natureza, sem intervenção humana”.

Muitos atores, adeptos deste conceito da CDB defendem que a inexistência de ocupação humana seria fundamental para a promoção da preservação da biodiversidade; uma perspectiva que não distingue as várias formas de sociedade, desconsiderando as sociedades tradicionais não modernas, que possuem um modo peculiar de interagir/usar os recursos naturais sem degradá-los consideravelmente ou destruí-los (DIEGUES, 2000).

Diegues (2000) faz uma análise de vários autores que estudaram o processo de implantação de áreas protegidas em diferentes continentes (Ásia, África e América Latina) e, a propósito, constata que este processo gerou fortes impactos culturais decorrentes da expulsão de populações dos seus territórios ancestrais para tal, a partir da década de 1970. E muitos autores constataram, por sua vez, a forte associação existente entre comunidades tradicionais e biodiversidade, observando que áreas habitadas por tais coletividades se apresentavam mais conservadas e com elevado índice de biodiversidade, como associação direta às formas de manejo ligadas ao modo de vida dessas populações e, não somente a conceitos científicos e práticas científicas, como propõe a CDB.

A maioria dos cientistas “ligados tanto às ciências naturais quanto às sociais estava construindo outro tipo de ciência e prática da conservação que pode ser chamada de ecologia social ou ecologia dos movimentos sociais” (DIEGUES, 2000, p.7). Tais cientistas acionam conceitos como o da co-evolução para interpretar a relação entre sociedades tradicionais e biodiversidade. Tal conceito, entendido por Noorgard (1994) como uma síntese interativa dos mecanismos de mudança social e natural, em que o natural é, também, visto como produto da ação humana através da interação no processo histórico de desenvolvimento. Tal concepção quebra o paradigma da natureza intocada, pois se as sociedades tradicionais também modificam a natureza, o fazem numa proporção bem reduzida, pois, “sua forte dependência dos recursos naturais, sua estrutura simbólica, os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes, seu isolamento, fazem que elas possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação” (DIEGUES, 2000, p.8).

Sob o ponto de vista científico, autores como Posey (1987-1984); Gomez-Pompa (1971); Gomez-Pompa e Kaus (2000) que se baseiam na ecologia social têm, aliás, postulado que:

a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de

práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local (DIEGUES, 2000, p. 9).

Vale ressaltar que Diegues (2000, p. 10) pontua que em alguns países, a ecologia social “tem se apoiado na etnociência em seus vários ramos (a etnobotânica, etnoictiologia, etnobiologia, etc.) em que o conhecimento das comunidades tradicionais é considerado importante para a conservação”.

Já a geodiversidade, por sua vez, é negligenciada, principalmente pelos estudos relacionados a conservação ambiental, em que Brilha (2005, p.15) coloca que a maioria destes estudos “omitem as questões relativas à geodiversidade, esquecendo que esta constitui o suporte essencial para a biodiversidade”, embora não tenha ganhado ainda a mesma notoriedade e popularidade da biodiversidade. Mas demarco a sua relevância neste trabalho, pois a integração de manejo e modos de apropriação do território pelos diferentes atores traz diferentes consequências para a conservação da geo e da biodiversidade locais, em que evidencia se a importância da diversidade em um cenário que teve perdas significativas destas dimensões da realidade, quando se implantou a monocultura. Enfatizamos assim, mais uma vez, que a sociodiversidade interfere diretamente na conservação ambiental.

A Geodiversidade, consiste num novo campo de conhecimento derivado da Geologia Ambiental. O termo surgiu no contexto da Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica, em 1993, no Reino Unido. "Enquanto para alguns a geodiversidade se limita ao conjunto de rochas, minerais e fósseis, para outros o conceito é mais alargado integrando mesmo as comunidades de seres vivos" (BRILHA, 2005, p.17). A conceituação do termo proposta pela *Royal Society for Nature Conservation* do Reino Unido é que “a geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra” (STANLEY, 2000, p. 5).

Brilha (2005, p.225), aliás, pontua que alguns autores “têm ampliado o escopo de abrangência da geodiversidade incluindo também processos antrópicos que, de alguma maneira, se associem aos elementos abióticos, como, por exemplo, os depósitos tecnogênicos ou as paisagens culturais”. O autor cita trabalhos de pesquisadores como Veiga (1999) que agrega os aspectos culturais à geodiversidade, compreendendo que “as rochas, o relevo, o clima, os solos e as águas (subterrâneas e superficiais), condicionam a morfologia da paisagem e a diversidade biológica e cultural (BRILHA, 2005, p. 225). Rodrigues e Bento (2018), aliás,

“ponderam que o conceito de geodiversidade ainda está sendo construído, em função das correntes filosóficas adotadas por diferentes pesquisadores” (BRILHA, 2005, p. 225).

O Serviço Geológico Nacional/Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais define geodiversidade como:

O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (CPRM, 2006, p.12).

Tal definição está atrelada aos valores da geodiversidade cunhados por Gray (2004) e Brilha (2005), que afirmam “que a geodiversidade pode ser valorada e se associam a ela os valores intrínseco, cultural, estético, funcional, científico e educativo” (BRILHA, 2005, p. 225). O valor intrínseco expressa a relação existente entre o Homem e a Natureza e é de mais difícil compreensão principalmente devido a dificuldade de quantificá-lo. Já o valor cultural é originário da forte interdependência entre o desenvolvimento social, cultural e/ou religioso e o meio físico circundante. E o valor econômico é mais fácil de ser quantificado, já que as pessoas estão habituadas a atribuir valor econômico a praticamente todos os bens e serviços. Mas certamente, os minerais, as rochas e os fósseis têm seu valor econômico. O valor funcional é encarado sob dois aspectos: i) o valor da geodiversidade *in situ*, de caráter utilitário ao Homem; e ii) o valor enquanto substrato para a sustentação dos sistemas físicos e ecológicos. O valor científico tem como base o acesso e posterior estudo da geodiversidade. O valor educativo da geodiversidade está intimamente relacionado à educação em Ciências da Terra (NASCIMENTO, RUCHKYS & MANTESSO-NETO, 2008).

Gray (2011, 2013) a partir da Avaliação Ecológica do Milênio sugeriu associar os elementos abióticos aos serviços de regulação, de suporte, de provisão, de conhecimento e cultural. Nessa perspectiva, o autor avalia que a geodiversidade cumpre um papel equivalente em importância à biodiversidade, visto que ambas têm seu valor ao prestarem serviços ecossistêmicos. Ademais, para Brilha (2005), a biodiversidade seria definitivamente condicionada pela geodiversidade.

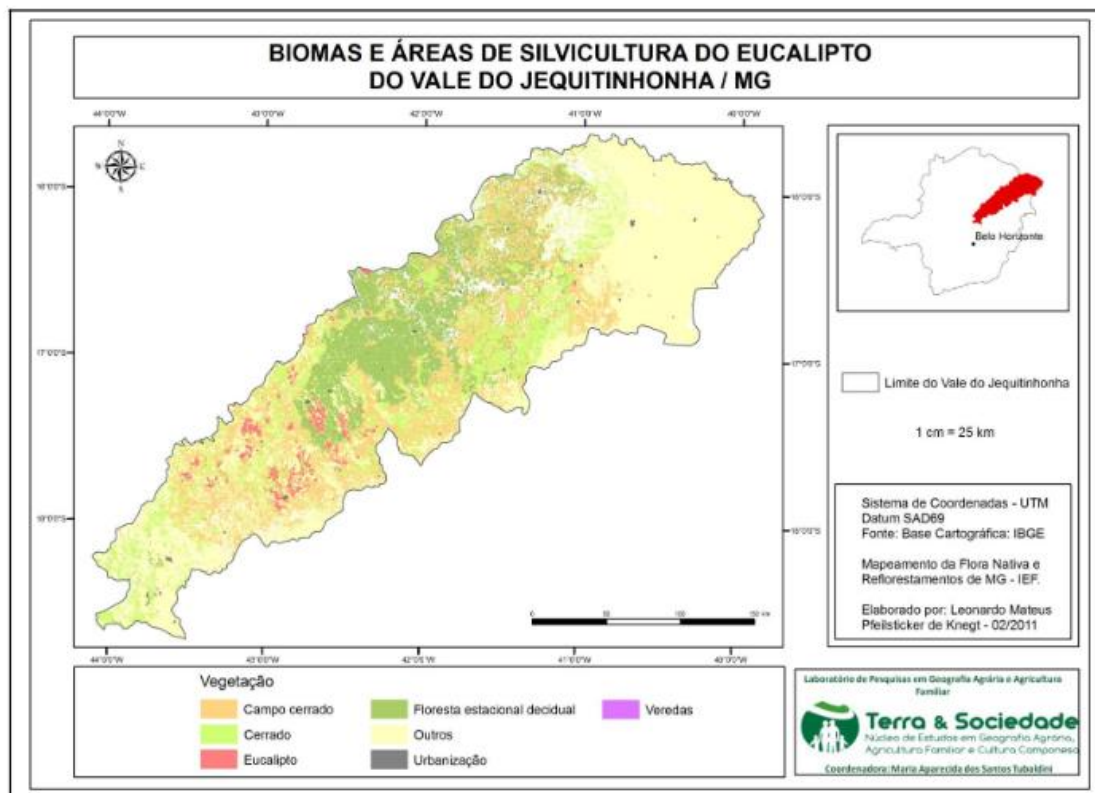
E é sugestivo observar que Nascimento, Ruchkys & Mantesso-Neto (2008, p.15-16)) apontam que a “geodiversidade é um elo entre as pessoas, paisagens e sua cultura por meio da interação com a biodiversidade”, destacando ainda que, “a geodiversidade é tão importante quanto a biodiversidade, mas as ações que contribuem para a conservação da natureza estão

dirigidas, quase somente, aos seres vivos”. E “a biodiversidade é desta forma, condicionada pela geodiversidade, uma vez que os diferentes organismos apenas encontram condições de subsistência quando se reúne uma série de condições abióticas indispensáveis” (BRILHA, 2005, p.18).

É relevante assinalar, por outro lado, que Silva *et al.* (2008) ponderam que uma intervenção equivocada na geodiversidade pode gerar problemas críticos para a qualidade de vida e para o meio ambiente, no momento em que extraímos matérias-primas necessárias para nossa sobrevivência e para o desenvolvimento tecnológico e social. Trata-se de pontuação importante, já que as comunidades estudadas estão em um contexto de grande geodiversidade, e simultaneamente de grande interesse econômico.

O Vale do Jequitinhonha-MG é caracterizado na literatura biogeográfica do estado de Minas Gerais como uma “região possuidora de expressiva riqueza florística e animal, com uma biodiversidade característica de ecossistemas como os do Cerrado, da Mata Atlântica, das Veredas e até mesmo de ecótonos entre estas formações vegetacionais” (DINIZ & TUBALDINI, 2011, p. 125). Possui uma rica biodiversidade em espécies animais e vegetais do Cerrado e da área de transição para a Mata Atlântica, além de recursos fundamentais para a reprodução de uma lógica particular de manejos da terra herdada dos povos indígenas e quilombolas, que por séculos, desenvolveram “técnicas e manejos que produziam poucos impactos ao meio ambiente, respeitando sempre a tradição de se conciliar a exploração da terra com o respeito à natureza e às manifestações culturais (DINIZ & TUBALDINI, 2011, p. 125).

Figura 10- Mapa Biomas e áreas antropizadas no território do Vale do Jequitinhonha/MG –Brasil. Organizado por: KNEGT, L. M. P. (2011)



Fonte: DINIZ & TUBALDINI, 2011.

Kuchenbecker (2018, p.53) pontua ademais que o Vale abrange “áreas dos estados de Minas Gerais e Bahia, e situam-se em uma das áreas de maior geodiversidade no território brasileiro”, demarcando ainda que, “a grande diversidade litológica ali observada é reflexo de uma história geológica longa e complexa, que abrange múltiplos ciclos tectônicos e uma dinâmica evolução do relevo”. Este “arcabouço geológico diverso sempre exerceu forte influência sobre a vida das comunidades que habitam o Vale desde o início de sua ocupação, cujos primeiros indícios remontam ao Holoceno Médio” abrangendo desde o uso de abrigos em tempos pré-históricos, até os dias atuais com uso de matérias-primas minerais como matriz econômica (KUCHENBECKER, 2018, p.53). O próprio povoamento do Jequitinhonha é inerente à geodiversidade local, pois teve início por volta de 1700 e 1850, época do apogeu da mineração em Minas Gerais, quando foram dizimadas muitas etnias indígenas e, se trouxe muitos negros escravizados para o trabalho, nas minas; os quais, após fugirem dessas lavras (e

das fazendas da região) acabaram fundando muitos quilombos na região, o que explica a realidade atual da existência aí de motivo da região possuir tantos quilombos como vimos no tópico anterior.

Mas, além disso, essa geodiversidade do Vale é particularmente importante no que concerne às questões hidrológica e hidrogeológica, pois assim como “em boa parte do sudeste brasileiro, nos Vales afloram principalmente rochas muito antigas, fato que tem íntima relação com a evolução geotectônica da região” (KUCHENBECKER, 2018, p.53).

E é sugestivo notar que no contexto das comunidades de Campinho e Capim Puba, a territorialidade e as práticas de manejo são elementos coformadores da geobiodiversidade local, sendo elementares na sua reprodução sociocultural, e na percepção dos seus moradores; ressaltando-se que tais práticas já foram muito produtivas no passado. Elas produziam mandioca e cana; criavam gado, e ainda praticavam o extrativismo (colheita de pequi e mangaba, frutos próprios da chapada contígua às comunidades). Porém- como já sinalizamos antes-, seus moradores relatam que após a implantação dos plantios de eucalipto, a água foi minguando, obrigando os habitantes a migrarem para outros lugares, ou para a cidade, ou ainda para mais longe: São Paulo e Belo Horizonte. E isto impediu a reprodução sociocultural da comunidade, que possuía suas festas (as espacialidades festivas, como são nomeadas na Geografia Cultural), ritos, modo de vida próprios, vivências baseadas nas relações de parentesco, entre outras experiências sociais e manifestações culturais.

E ressalte-se que os valores e relacionamentos com os recursos naturais de tais comunidades são singulares, por assumirem elas, modos de vida e relações com a terra particulares de autossustentabilidade, onde a lógica do excedente é desprezada; o gado funciona como reserva de dinheiro; e o dinheiro jamais fixa o valor das “coisas”, e é, ao contrário, a situação social que atribui valor ao dinheiro; bem como a posse da terra é que é o substrato do estabelecimento das relações intermatrimoniais; tratando-se, portanto, de uma sociedade em que vigora o interconhecimento, e onde se observa, nítido sentimento de pertencimento ao território, e onde há reciprocidade; entre muitos outros aspectos que conformam a sua territorialidade (NOGUEIRA, 2009).

Ressalte-se, aliás, que a abordagem de territorialidade que adoto inclui, além da dimensão material, a dimensão simbólica e política do território. Pois, como Little (2002) pontua o conceito de territorialidade, pode ser analisado levando-se em consideração as

manifestações sociais dentro do território, e sendo elas pautadas, inclusive, como a principal premissa na conformação da identidade do grupo étnico.

É relevante assinalar, inclusive, que para Little (2002), a Teoria da Territorialidade considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos; e valendo ressaltar ainda que o autor define “territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e identificar-se com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland*” (cf. SACK, 1986: 19 *apud* LITTLE, 2002, p. 3). Os territórios seriam, assim, construídos historicamente por meio da vivência de processos sociais e políticos próprios, a cada povo, tempo e lugar resultando em “territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2006) de cada grupo.

Almeida (2006, p. 29), aliás, aborda a territorialidade como “fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como ‘nômades’ e ‘itinerantes’”. O autor enfatiza a necessidade de se adjetivar a territorialidade, já que cada grupo tem uma territorialidade específica (compreendendo todas as formas de se relacionar com o ambiente, de utilização dos recursos naturais no seu fazer diário, a significação e valoração ética, moral e do âmbito do sagrado), as quais seriam particulares.

E na análise das entrevistas e através da imersão a campo, nota-se que as comunidades de Capim Puba e Campinho, efetivamente, possuem uma territorialidade que se manifesta nos seus padrões sociais específicos, nos seus modos de fazer (o “saber-fazer”), relações de compadrio e parentesco, campesinidade, sentimento de pertencimento ao território, interconhecimento, organização social e da produção que lhes são próprias. A seguir, apresento traços diacríticos que serão analisados através da apreciação dos dados colhidos nas entrevistas.

Notadamente, o vínculo dos comunitários com o território, que pode ser entendido como a apropriação social do espaço, lhes é intrínseco, pois é nele que estão impressos fatos e acontecimentos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados seus ancestrais; existe a noção de pertencimento e identificação ao ecossistema local e usa se comumente aí os recursos naturais renováveis, entre tantos outros traços característicos da sua territorialidade (LITTLE, 2002, p. 23). Como saudosamente rememora e relata Dona Vicência - moradora de Capim Puba, que atualmente mora em Virgem da Lapa, por causa da escassez hídrica, e pela falta de escola para os dois netos, mas que, no mínimo três vezes por semana retorna à comunidade – entre as práticas culturais comunitárias destacavam se muitas festas

religiosas, e também os bailes. Ela mesma já teria dançado muito batuque, inclusive já tendo integrado um grupo de nome “Batuque sem Preconceito”, que se apresenta na festa de Nossa Senhora do Rosário, e em outras festas e manifestações religiosas. Citou um verso que o grupo canta:

“Encontrei Nossa Senhora, na beira do mar / com seu vestido branco e seu “apo” cor do mar / seu “apo” cor do mar, encontrei Nossa Senhora, vestida de branco e coroa de rosa”. Essa eu lembro, mas tem outra de Nossa Senhora do Rosário. “Nossa Senhora do Rosário, sua casa cheira / cheira cravo e rosa, olêê / flor da laranjeira”. (Vicência, 2018)

O parentesco é outro traço diacrítico, regulando toda a vida social dentro da comunidade, e operando a normatização de uma extensa rede de direitos e deveres. E a filiação é, no interior do parentesco, o mecanismo de transmissão e manutenção desses direitos e deveres (BANDEIRA, 1988, p. 8). Ele rege a organização social de Capim Puba e Campinho, que se constitui, majoritariamente, por grupos locais aparentados, configurando-se numa continuidade estrutural em pequenos espaços territoriais, em que o controle do território é feito coletivamente. E como nunca houve uma partilha formal das terras, na medida em que os filhos iam se casando, os pais iam lhes cedendo um pedaço de terra para a construção das novas casas e para que pudessem suas novas famílias trabalhar aí. Todos, em algum grau, são parentes; e todos os entrevistados enfatizaram isso. Mesmo os “chegantes”, como maridos ou esposas, têm sido acolhidos no contexto ou circuito do parentesco, e em que muitas vezes a terra é a ponte de sociabilidade dessas comunidades com membros externos, através do estabelecimento de laços de matrimônio e compadrio - o que se aproxima da afirmação de Bourdieu (*apud* WOORTMANN, 2004, p. 32) de que “o sujeito das relações intermatrimoniais não são os cônjuges e sim a terra”.

Cada unidade familiar tem seu pedaço, onde está a respectiva casa, embora, fizessem - como já assinalamos -, o uso comunal das chapadas (antes da chegada do eucalipto), sendo relevante assinalar que todos tinham uma porção de terra neste domínio, a que chamavam de “terra no bolo”, e em que não havia a necessidade de cerca, como lembra um morador:

E para você ter uma ideia, o que facilitou muito a chegada desse pessoal foram as terras comuns. Todo mundo era dono da chapada, mas as pessoas não era dono assim no sentido econômico, mas sim no de pertencimento. Então, na hora que eu quero pegar um pequi eu vou lá, na hora que eu quero pegar uma vassoura eu vou lá, pegar uma raiz é lá. Então foi isso aí que facilitou. Um dos artesanatos que faziam lá no Capim Puba. (Morador da comunidade de Campinho, 2018)

As chapadas eram os territórios onde se praticava o extrativismo e a criação de gado “na solta”, viabilizada através de uma estratégia de manejo, pela qual, quando o pasto estava ralo, os animais eram soltos aí, para descansar no pasto, na seca; e já quando chovia, se trazia o gado de volta, sendo o extrativismo praticado no intervalo de tempo que transcorria entre o plantio das lavouras e a colheita; era este o período de “subir a chapada”, principalmente para buscar pequi. E vale ressaltar, nessa perspectiva, que:

O pequi (*Caryocar brasiliensis*), devido ao seu alto valor nutricional é conhecido na região “como a carne do pobre, os camponeses encontravam também reservas de pasto para o seu pequeno rebanho bem como uma gama variada de plantas com propriedades medicinais, recurso fundamental para populações privadas de assistência médico-farmacêutica adequada (GONTIJO, 2001, p. 72).

A relação com o trabalho na comunidade se assemelha à lógica camponesa apresentada por Mendras (1978), com uso comum da terra, economia de autossustentabilidade, onde- como já enfatizamos- não se preza pelo excedente. A divisão do trabalho é instituída pela família, que articula a organização social da produção para atender às necessidades do grupo; práticas que caracterizam a campesinidade do grupo. Observou-se que as mulheres costumam se dedicar às hortas e ao tabuleiro, e os homens, às roças.

O trabalho funciona como fator representativo na moral do grupo, como coloca Woortmann (2008, p.19); pensa-se muito mais a partir do *homo moralis* do que do *homo economicus*, através da perspectiva da visualização da terra não como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não sendo ela visualizada em sua exterioridade, como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. A comunidade vê a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.

Atualmente, os comunitários, vivem e lutam para preservar o que ainda resta da chapada, e para restaurar sua geo/biodiversidade. Com empenho direcionado à preservação das áreas que ainda permanecem intactas, e no impedimento do avanço do eucalipto:

Essa terra é quilombola, não pode ser vendida, não pode ser desmatada, isso é importante para nós. Outra questão é o investimento em água. É preciso arranjar um meio de furar poços ou mesmo captar água de chuva. (Morador da comunidade de Campinho, 2018).

Pontuando que, com isso, restaurar-se-ia também a cultura da comunidade, relatando ele, inclusive que hoje em dia as festas ainda acontecem, mas que, com a desfragmentação territorial, hoje elas acontecem na cidade:

A gente ainda mantém, porque participamos da festa de Nossa Senhora do Rosário, mas tudo na cidade. Na zona rural mesmo é muito pouca coisa, porque dispersou todo mundo. Um foi procurar a vida num lugar, outro em outro, ficou difícil mesmo preservar alguma cultura do local. Antes tinha festa, festa de bandeira no mês de junho. O pessoal reunia muito para fazer festa no final de semana. Tinha a cultura da comunidade. Reunia para fazer farinha, para fazer rapadura. Tudo em sistema de mutirão, um ajudando o outro. Só que como cada um foi para um lado aí ficou difícil para gente. (Morador da comunidade de Campinho, 2018).

Os comunitários entendem que para a prosperidade da comunidade, para uma reterritorialização de fato e rearranjo social, para restauração e conservação da geobiodiversidade, seria necessária a retomada do território das chapadas, uma vez que as estratégias de manejo das comunidades eram viabilizadas por elas terem exercido, outrora, o efetivo controle e manejo estes domínios:

Acho que, primeiramente, a posse da terra. Uma terra denominada, demarcada, essa terra é quilombola, não pode ser vendida, não pode ser desmatada, isso é importante para nós. Outra questão é o investimento em água. Precisa arranjar um meio, furação de poços ou mesmo captação de água de chuva. Porque nossa situação de água aqui, vocês viram, é muito triste. Antes tinha bastante água e hoje não tem nada. Então, acesso à terra, porque nosso meio é o extrativismo, preservação e uma demarcação dessas terras para a comunidade quilombola. (Morador da comunidade de Campinho 2018).

Ressalte-se que a conservação da geobiodiversidade – e acrescento/ ênfase a geodiversidade, em minha análise, para não deixar de abarcar a questão hídrica que é tão emblemática nessa localidade –, estaria relacionada a uma modelagem cultural, que participa de alguma forma do espaço, pois as pessoas “pertencem a um *lugar*, um território que funciona como *locus* em que se produzem as relações sociais e simbólicas” (DIEGUES, 2000, p. 32). E é nesses lugares que ocorre o manejo das comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas) aqui entendido como “manipulação de componentes inorgânicos ou orgânicos do meio ambiente, que traz uma diversidade ambiental líquida maior que existe nas chamadas condições naturais primitivas onde não existe presença humana” (BALEÉ, 1993 *apud* DIEGUES, 2000, p. 34), e que abre um leque de ofertas para se analisar a relação entre o manejo das comunidades tradicionais e a conservação da biodiversidade.

5.1 Saberes tradicionais adquiridos com a experiência do espaço vivido *versus* os postulados da ciência moderna

Este tópico visa discutir os aspectos dos saberes tradicionais adquiridos com a experiência do espaço vivido *versus* os postulados da ciência moderna, na busca de tentar-se compreender as possibilidades de diálogo entre essas duas vertentes do conhecimento, para o entendimento de questões etnopolíticas tão controversas como aquelas que remetem ao conflito com o monocultivo de eucalipto. Pois não consideramos consistente a ideia de que todos os homens sejam destruidores da natureza; e a abordagem do conceito de Memória Biocultural de Toledo & Barrera-Bassols (2015) demonstra isto, mostrando a importância ecológica das sabedorias tradicionais.

Os saberes tradicionais – ou dos povos indígenas, originários, camponeses, quilombolas, entre outros povos tradicionais, sem ascendência europeia, trazem conhecimentos de formas de viver no mundo, a partir da relação estabelecida por tais coletividades com seus territórios e com todas as formas de vida, que foram construídas ao longo da história do ser humano na Terra. Eles podem servir de guia não só para aqueles que se reconhecem enquanto parte dessas culturas, mas para todos que buscam superar a crise planetária – social, ambiental, política, econômica, cultural –, que enfrentamos enquanto humanidade (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015).

O processo de modernização, que tem suas bases na tecnologia, na ciência, na industrialização e na urbanização, propôs e impôs um modo de vida que se colocou acima dos outros, que os subjugou. Nesse contexto, os conhecimentos populares, ancestrais, foram considerados inúteis, arcaicos, até mesmo irracionais, a partir de uma noção linear de desenvolvimento que coloca a vida urbana e industrial num topo que deve ser alcançado por todos. Tais postulados desenvolveram-se a partir da dominação da natureza, encarada como um ente hostil a ser controlado. E as manifestações da vida passaram, então, a ser entendidas unicamente como recursos a serem explorados. Procurando eliminar a racionalidade dos espaços de manobra para o exercício da criatividade e da espontaneidade dos atores locais, sua implementação não se fez sem que diferentes formas de resistência e de recriação cultural fossem, contudo, ativadas (inclusive o acionamento da identidade étnica), pois:

[...] onde se pretendeu incutir uniformização crescente e irreversível, assistimos novas expressões de diferenciação cultural e novas formas de organização do trabalho e da vida social. Povos indígenas e comunidades tradicionais lutam por seus territórios ancestrais de pleno direito e constroem suas próprias formas de integração com o conjunto da sociedade nacional. Comunidades camponesas se reinventam para assegurar e ampliar suas margens de autonomia em relação ao ordenamento

empresarial imposto pelo agronegócio. Entre outros pontos comuns, tais povos e comunidades enfrentam os novos desafios colocados pela modernização, ativando suas memórias coletivas para definir estratégias inovadoras em defesa de seus meios e modos de vida (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015, p.12).

Toledo & Barrera-Bassols (2015) demonstraram, inclusive, que há resistência e re-existências, assim como relações entre as diversas culturas camponesas, sejam elas povos tradicionais ou comunidades rurais contra esse processo de homogeneização.

A trama que reúne comunidades tradicionais e camponesas e suas memórias também é permeada pelas práticas do que hoje se chama de agroecologia, conceito que abarca “modelos de produção de alimentos saudáveis, de pequena escala, que não sejam prejudiciais à saúde do planeta e dos seres humanos” (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 21) e adotam modelos que partem das sabedorias e cosmovisões desses povos, processo que estes autores conceituam como memória biocultural.

Esse processo de uniformização é abordado por Vandana Shiva em seu livro “monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia” em que a autora reflete sobre o pensamento unilateral e unidirecional que se instalou no mundo, denominando o processo de “monoculturas da mente” e discorrendo sobre as consequências desse tipo de monocultura para o planeta. Segundo ela, a monocultura começa primeiro na mente, para só depois chegar ao solo. E para que isso aconteça, é preciso que exista um grupo ou um sistema que se autodetermine “superior”, sobretudo em termos de conhecimento e cultura, e crie mecanismos para imprimir nas outras sociedades suas formas de pensar e de estar no mundo (SHIVA, 2013).

Na concepção de Shiva (2013), nesse contexto é que a cultura e o conhecimento científico ocidental tornaram-se hegemônicos e passaram a ser encarados como únicas formas possíveis de se conceber a realidade e atuar no mundo. E nesse contexto, aquilo que o conhecimento científico não valida passou a ser encarado como anticientífico, primitivo e, deveria, com o tempo, tornar-se inexistente. Ela afirma que, a partir daí o destino dos sistemas locais de saber em todo mundo passou a ser serem subjugados por políticas de eliminação e não por políticas de diálogo e que o desaparecimento do saber local para dar lugar ao saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Conforme a autora, a forma mais eficaz de fazer este saber desaparecer é negando sua própria existência.

Toledo & Barrera-Bassols (2015) afirmam que talvez a única maneira de reverter o atual quadro de massacre seja o reconhecimento de nossas identidades indígenas, e de comunidades

tradicionais que nos permeiam. Para muitas pessoas é inimaginável pensar a Terra de uma maneira diferente daquela que caracteriza a modernidade, considerar outros meios e modos de vida. E principalmente aceitar que muitas áreas que hoje são protegidas já foram habitadas por humanos, e mais ainda que o manejo tradicional teve grande influência nessa conservação. Inclusive estes autores defendem que toda diversidade biológica que temos hoje em dia, é fruto da interação homem-natureza, no processo de co-evolução, já citado anteriormente, que é uma evolução simultânea desses dois atores, de maneira interdependente. Podemos notar isso pela simples constatação de que as áreas de maior biodiversidade são aquelas ainda habitadas por povos indígenas; isso deveria merecer ao menos atenção e discussão.

Mas é arraigado o velho pensamento de que o homem é “naturalmente” destruidor e isso se dá pela falta de valorização de civilizações que adotam outros modelos de vida, como as comunidades quilombolas de Virgem da Lapa, aqui abordadas, que enquanto possuíam o controle dos domínios de chapadas conseguiram preservar a sua biodiversidade, e com a expropriação de seu território, perceberam claramente que a monocultura de eucalipto contribuía para o desaparecimento das nascentes e córregos, e vale ressaltar que essa percepção se deu se pela experiência e vivência no território, mas foi desconsiderada, por não ser validada cientificamente. Toledo & Barrera-Bassols (2015), a propósito, colocam o conhecimento, como uma forma de conhecer por descrição, ou seja, a abordagem científica moderna; e a sabedoria como conhecimento por familiaridade e essa sabedoria é transmitida principalmente por via oral, de geração para a geração.

Verifica-se, portanto, que existem formas peculiares de conhecimento e manejo da biodiversidade, e que devem ser respeitadas, pois promovem a diversidade biológica e garantem a existência das comunidades e povos tradicionais. Já as estratégias de preservação da biodiversidade pautadas na criação de áreas protegidas, ou preservação da diversidade genética com coleta de genes em laboratórios centralizados, não garantem a preservação da diversidade biológica, pois esta tentativa de homogeneização e congelamento dos processos bioculturais, se mostra como uma artificialização da Natureza e da Cultura. Ou seja, embora a inovação tecnológica seja fundamental para o desenvolvimento da humanidade, é necessário considerar a sabedoria de outras culturas, que é baseada na experiência do espaço vivido; e é forçoso reconhecer que muitas culturas co-evoluíram por séculos com os recursos naturais, promovendo, conservando e fomentando a biodiversidade.

6. PROTAGONISMO ETNOAMBIENTAL, (RE)EXISTÊNCIA E LUTA PELA RETERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA

Este capítulo objetiva compreender o processo de reterritorialização do Chapadão Virgem da Lapa pelas comunidades quilombolas de Capim Puba e Campinho, aliadas a outras duas comunidades, também remanescentes de quilombo, Biquinha e Água Limpa, comunidades que se uniram, para a reterritorialização do território do Chapadão Virgem da Lapa, que lhes foram expropriados. Para tanto precisamos entender primeiramente o conceito, que assim como o processo de desterritorialização envolve várias complexidades do ponto de vista teórico e, é claro, também remete ao conceito-base de Território. Aliás, desterritorialização e reterritorialização são processos acoplados, interrelacionados, pois se observa que a ocorrência de um processo de desterritorialização em determinada escala geográfica, pode implicar no de reterritorialização em outra escala, como coloca Haesbaert (2002):

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica, geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] - (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

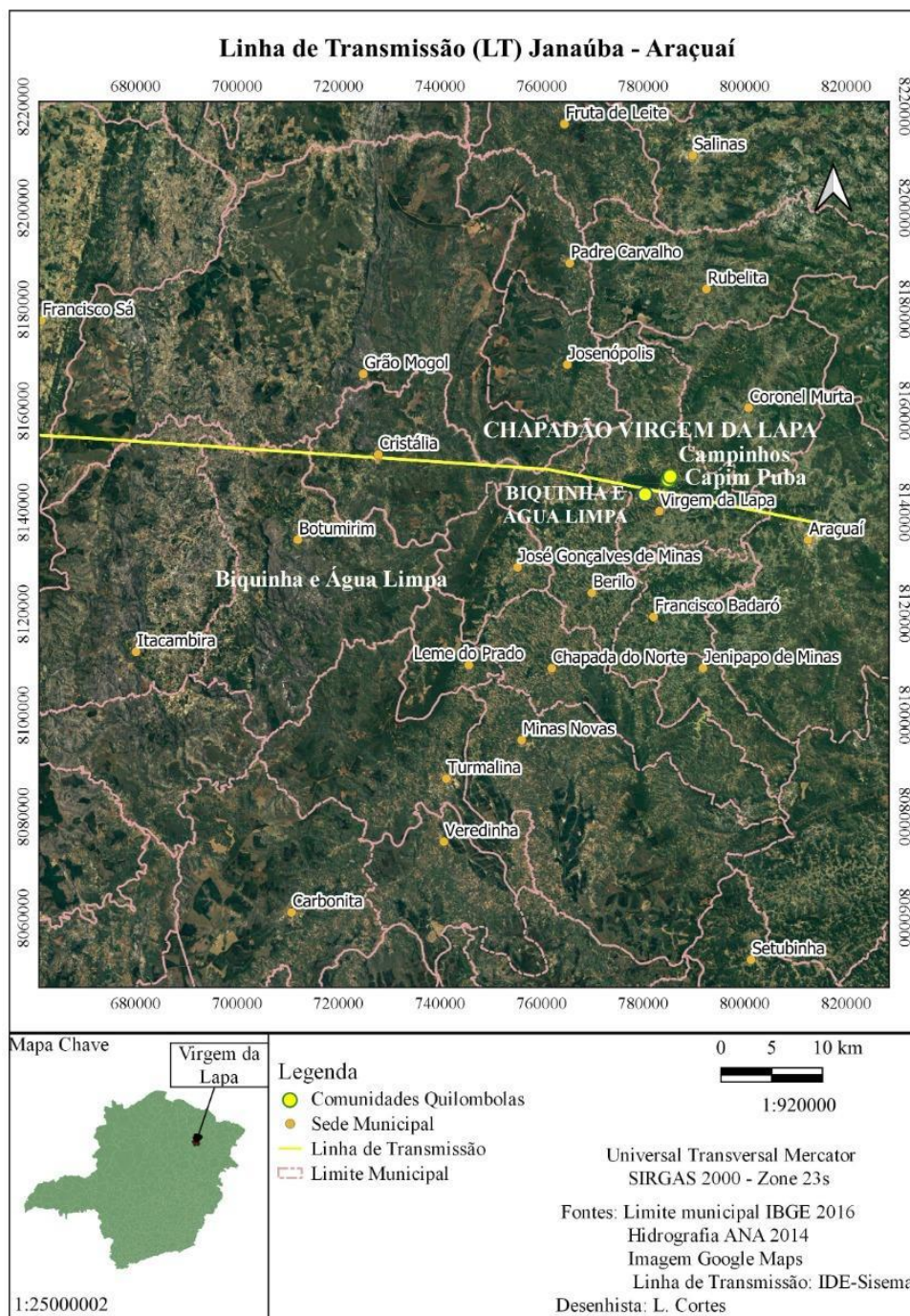
Há um consenso geográfico de que o processo de reterritorialização é precedido de processos de desterritorialização como, aliás, pode se perceber nas comunidades quilombolas que investigamos, que estão em busca da reterritorialização nas dimensões política, econômica e etnoambiental. Este processo se dá desde a perda do acesso aos antigos territórios de uso comum – os domínios de chapadas -, pelas empresas reflorestadoras de eucalipto. Mas devemos notar que tal luta ainda se desenvolve sem grandes conquistas efetivas, pois observamos que as comunidades ingressaram com dezenas de processos judiciais contra essas empresas e seus abusos, sem terem obtido nenhum ganho de causa até o momento.

Ressalte-se que na metade do ano de 2019, um empreendimento de linha de transmissão de energia – da empresa Mantiqueira Transmissora de Energia -, que atravessava a chapada, para o qual mostrou se necessária a derrubada de uma faixa de servidão de cerca de 70 metros da cultura de eucalipto, gerou o direito a uma indenização,

que deveria ser paga ao proprietário das terras, e só então descobriu se que a empresa reflorestadora Suzano Papel e Celulose não teria direito a recebê-lo, pois há 20 anos teria perdido a direito de concessão do uso destas terras.

Essa obra da Linha de Transmissão (LT) Janaúba – Araçuaí e subestações associadas têm 195 km de extensão e perpassa oito municípios mineiros: Berilo, Virgem da Lapa, Coronel Murta, Josenópolis, Grão Mogol, Riacho dos Machados, Porteirinha e Janaúba, onde serão instaladas 390 torres. Além dos geraizeiros, oito comunidades quilombolas serão afetadas pelo empreendimento, conforme mostra a **Figura 11**.

Figura 11- Mapa do trajeto da Linha de Transmissão Janaúba - Araçuaí em Virgem da Lapa-MG.



Essa linha de transmissão também impactou negativamente o território quilombola. A implantação de cada uma de suas torres exige 40 m² de Cerrado nativo devastado e mais 70 m² de área de segurança, onde é proibida a circulação de pessoas e animais. E verifica-se

ainda que além de usurpar parte dos territórios tradicionais, a obra desmata áreas para abrir estradas que permitam a colocação e a manutenção da rede.

Segundo relatos dos comunitários, a empresa Mantiqueira iniciou a instalação destas torres sem consulta popular. Pelo menos oito comunidades quilombolas são afetadas por parte da obra de instalação das torres de transmissão da Mantiqueira Transmissora de Energia, que está em fase final. Nos municípios de Berilo e Virgem da Lapa, a linha de transmissão tem 50 km de extensão. É sugestivo observar que as comunidades destacam que essa linha de transmissão descaracteriza o seu território, já que perdem grande parte dele, no processo, em função da grande extensão da faixa de servidão. Durante o processo de desmatamento, também foi suprimido remanescente de mata nativa, de onde é extraída parte das plantas usadas na produção de medicamentos e também que produzem frutos. E vale assinalar que mesmo diante das violações, os quilombolas optaram por manter uma relação cordial com a Mantiqueira Energia. Segundo um morador, em novembro de 2017, quando a empresa começou a colocar as torres, os moradores foram aconselhados pelo Ministério Público a dialogar, até porque eles estão operando com licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (Ibama), embora a intervenção da empresa tenha gerado várias críticas da atuação do órgão de parte dos quilombolas: “Só consideram fauna e flora, não reconhecem as populações que vivem aqui” (Morador de Campinho, 2020).

Figura 12 - Linha de transmissão trecho no Chapadão Virgem da Lapa.



Fonte: Acervo próprio, 2020.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

E mesmo tendo sido estabelecido um relacionamento amistoso entre empresa e comunidade, não houve acordo entre eles quanto ao direito de indenização, pela ausência da titulação do INCRA. E nesse contexto, a empresa Monte Fresnos Reflorestamento e Exploração solicitou o recebimento da indenização, mas pela ausência de comprovação de titularidade das terras não teve êxito nisso. Nessa situação então evidenciada, uma decisão judicial definiu que a quantia deveria ser depositada em juízo, até que seja apresentada comprovação de dominialidade de fato. Segundo relatos dos comunitários, a empresa alega titularidade indevidamente, pois não possui documentação de propriedade das terras, estando envolvida aí uma transação feita entre a Suzano Papel e Celulose, com uma empresa estadunidense, denominada *Turmalina Holdings*.

A morosidade do processo de titulação das terras por parte do INCRA somada aos pareceres desfavoráveis da Justiça acarreta numa descrença das comunidades na possibilidade de receber essa indenização e ter, novamente, o controle do território. Esses processos judiciais, historicamente, têm ignorado todo o contexto de desterritorialização e a relação destas coletividades com o território – crucial para sua reprodução sociocultural. E sendo assim, os comunitários, conscientes de sua identidade quilombola e do direito histórico sobre este território- garantido inclusive constitucionalmente-, iniciaram um processo de retomada deste território, pela sua ocupação, através da união comunitária. E é nesse sentido que postulamos que se constrói um protagonismo materializado em trabalhos que favorecem a participação da comunidade no processo assinalado de retomada do território, dando visibilidade às suas lutas.

Vale assinalar o descaso por parte do Estado em reparar todo este processo de expropriação sofrido por tais comunidades, ao verificarmos que, após 20 anos sem concessão, a Suzano Papel e Celulose continuou explorando esses domínios de chapadas, causando inúmeros impactos socioambientais negativos, e segundo relatos dos comunitários, coagindo-os e ameaçando-os, sempre legitimados pelo Estado.

Para a consolidação deste projeto, as três comunidades mais atingidas pelas ações das reflorestadoras de eucalipto no alto do Chapadão Virgem da Lapa, - Campinho, Capim Puba; e Biquinha e Água Limpa somaram forças, para a concretização de uma luta coletiva de reivindicação do território tradicional. Somando os dois territórios, sua área totaliza cerca de 1000 hectares de domínios de chapadas que, hoje estão com a cultura do eucalipto ali implantada. A luta pelo território e a organização social, são comuns às três comunidades, o que reforça a auto-afirmação identitária, esclarecendo-se que a abordagem adotada de

identidade está consubstanciada na noção de territorialidade étnica, compreendendo aspectos e processos históricos, materiais, simbólicos, cognitivos e políticos.

Essas comunidades tinham até então se mantido, resistindo nos grotões, pois tinham perdido grande parte do seu território chegando mesmo parcela dos seus membros a migrar para outras localidades. Mas agora, juntas construíram um plano de uso e ocupação deste território (explorado por cerca de 40 anos pelas monoculturas de eucalipto), entendendo que este solo extremamente degradado, necessita de um manejo específico. A ideia consiste, basicamente, em recuperar parte do território, reflorestando-o com plantas nativas e, sendo, parte dele destinada ao plantio, para fins de geração de renda e abastecimento da comunidade.

A primeira iniciativa prática – tomada já no final do ano de 2019 -, para a ocupação destas terras deu-se com o isolamento das chapadas com cercas e trancas, conforme mostram figuras abaixo; iniciativa a partir da qual só as comunidades passaram a ter acesso a tais domínios.

Figura 13- Cercamento de área de eucalipto.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 14- Tronqueira para barrar a passagem.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

E foi a partir daí que elaborou-se um plano de manejo, para a retirada do eucalipto plantado aí e para a recuperação ambiental destas áreas, o qual inclui um projeto de geração de renda, nominado como “Projeto Abacaxi”, através do qual pretende-se produzir culturas alimentícias, através de uma produção que seja adequada ao solo e clima local.

Após o trancamento do território para impedimento da entrada da reflorestadora, a primeira demanda comunitária é justamente a erradicação destes eucaliptais. E nessa perspectiva, se estabeleceu uma parceria privada em que uma empresa privada ingressa com o capital; e os comunitários, com a mão-de-obra. Tal parceria foi instituída na medida em que os quilombolas não contaram com o suporte de órgãos públicos ou entidades não-governamentais para a realização de tal projeto. E assim é que iniciou-se, no final do ano de 2018 a derrubada dos pés de eucaliptos, e em janeiro de 2019 iniciou-se a construção de fornos, prevalecendo a ideia de se concretizar a produção em média escala de carvão vegetal. É importante registrar que, por ausência da titulação das terras, essas famílias não conseguem ter acesso a linhas de crédito, recursos que seriam fundamentais no desenvolvimento do projeto.

Figura 15- Erradicação dos eucaliptos no Alto do Chapadão



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 16 - Área limítrofe da vegetação



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 17- Empilhamento do material lenhoso.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 18 - Construção de fornos para a produção do carvão vegetal.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 19 - Maquinário na construção dos fornos.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 20 - Visão frontal dos fornos de carvão.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 21 - Comunitários trabalhando na construção dos fornos



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 22 - Toras reservadas para a produção de carvão



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Esta primeira etapa envolve um esforço maior e nela, está sendo utilizada majoritariamente a mão-de-obra masculina, por ser um trabalho mais braçal. E o escoamento da produção do carvão é de responsabilidade da parceria privada da comunidade. E é pertinente apontar que esta renda será destinada a consolidação da implementação do plano de manejo etnoambiental que visa recuperar as áreas degradadas, ocupadas pela monocultura de eucalipto por cerca de quase 50 anos e também destina se a estimular a geração de renda.

Este projeto de manejo consiste em um planejamento participativo do uso deste território e dos seus recursos naturais, incluindo um plano de reflorestamento de 50% da área

total, e os outros 50% sendo destinados a fins produtivos, conforme figura a seguir. Inicialmente a proposição é a de cultivar produtos que se adaptem ao solo e às condições do clima e disponibilidade hídrica locais, que no caso, correspondem ao abacaxi e a mandioca. Observa-se que este zoneamento é fundamental para conhecer as potencialidades território, pois um planejamento participativo é fundamental para o desenvolvimento econômico, para e o fortalecimento da organização comunitária e a valorização da cultura, promovendo um uso responsável dos recursos naturais.

E é sugestivo assinalar que essa estratégia de produção proposta, considera os conhecimentos herdados dos antepassados, respeitando o perfil territorial e as condições do solo locais. O reflorestamento é embasado na proteção das áreas de recargas de nascentes existentes no local, prezando pela manutenção da diversidade biológica; e a ideia é reflorestar com plantas e árvores endêmicas do cerrado, que é o bioma característico da localidade. E vale ressaltar que este processo de reterritorialização, é também um processo de ressignificação da territorialidade das comunidades, que passam a assumir o papel de agentes ambientais, com a intenção, além da obtenção de geração de renda, bem como de recuperar as áreas degradadas com o plantio de eucalipto, e com isso recuperar a bio/geodiversidade locais, com o anseio de que as nascentes voltem a minar água, e que a fauna e flora endêmicas sejam restauradas, como outrora, para o reestabelecimento do equilíbrio natural. Esta estratégia de produção representa a importância do território comum – Chapadão Virgem da Lapa -, para essas comunidades, como eixo central desse processo de exercício de protagonismo, como podemos visualizar no organograma seguinte:

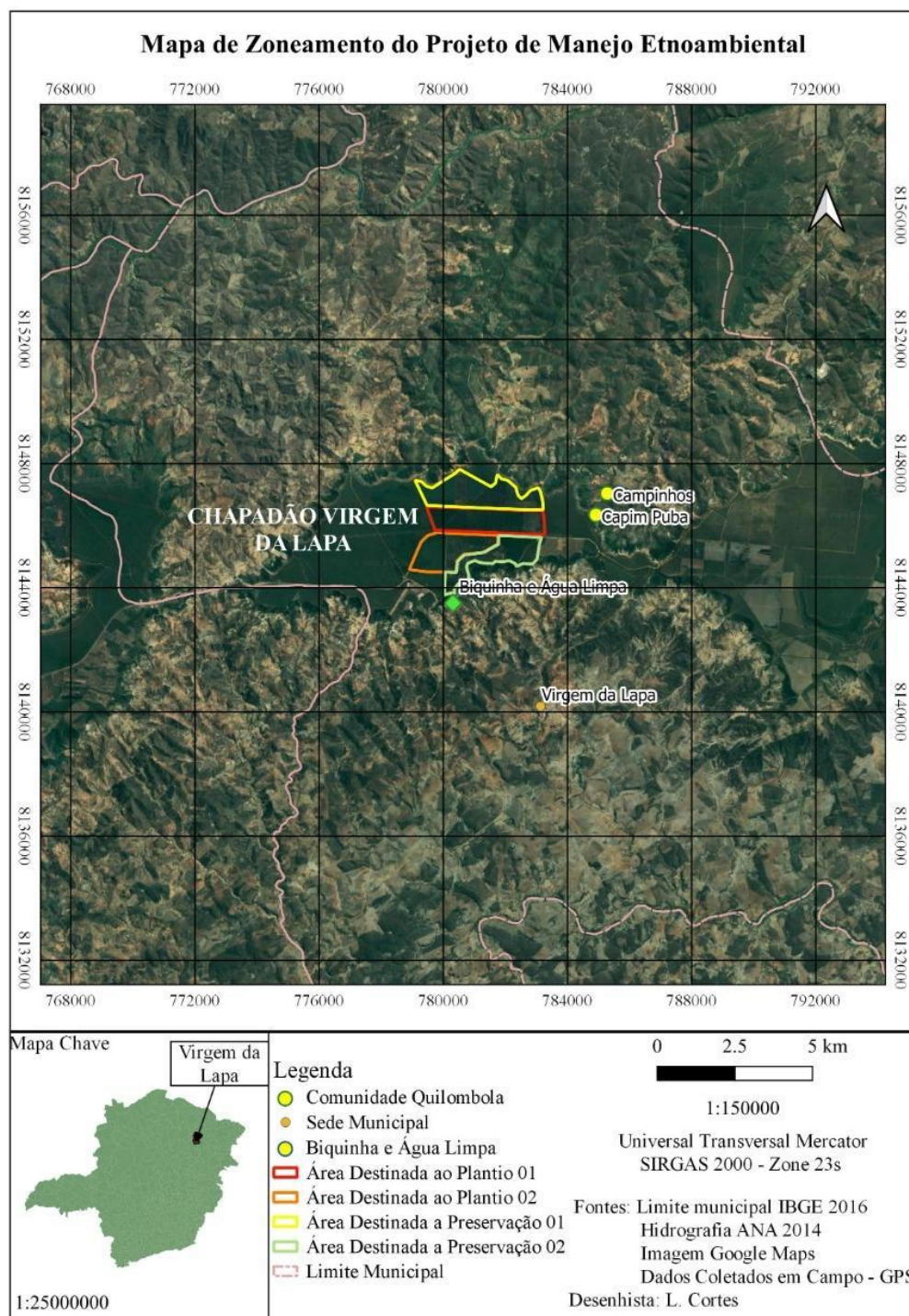
Figura 23 - Organograma - Chapadão Virgem da Lapa: Manejo, geração de renda e Conservação Ambiente



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Na figura a seguir, podemos visualizar o zoneamento da área pertencente às comunidades (**Figura 24**), que implicou na sua divisão entre os seus integrantes. O zoneamento foi planejado pela comunidade e levou em consideração a condição dessa chapada - o Chapadão Virgem da Lapa -, como um divisor de bacias (dos rios Jequitinhonha e Araçuaí), na perspectiva de recuperar as nascentes do entorno. Muitos moradores têm a percepção e relatam que o eucalipto seria o agente do desaparecimento dessas fontes, e vale ressaltar que a perda do território, a escassez da água, também desencadeou e até impulsionou o fluxo migratório, além de ter, evidentemente, também destruído a socio/geo/biodiversidade local.

Figura 24 - Mapa de zoneamento do Projeto de Manejo Etnoambiental nas áreas degradadas pelo monocultivo de eucalipto no Chapadão Virgem da Lapa - MG

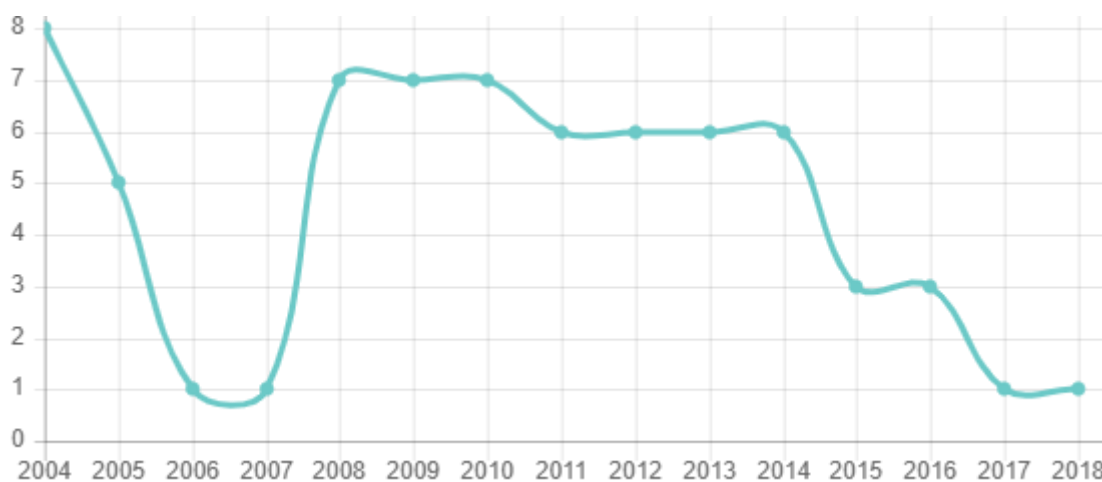


Fonte: Base cartográfica do IBGE.

Conforme podemos observar na figura a seguir, apesar das condições locais favoráveis às culturas do abacaxi e da mandioca, a produção destes produtos apresentou queda significativa nos

últimos anos (no período compreendido entre 2004 a 2018) no município de Virgem da Lapa, segundo dados do Censo Agropecuário do ano de 2017 do IBGE. A produção de mandioca se destaca aí, com uma área colhida de 23 hectares; já a produção de abacaxi apresenta apenas um hectare de área colhida. Desta maneira, com a efetivação de produção dessas culturas na área planejada, haverá um crescimento exponencial da produção local de tais produtos agrícolas, que poderá abastecer a população do município e também ser comercializada para outras regiões.

Figura 25 - Representação gráfica da participação da área plantada de abacaxi (ha) 2004 - 2018 em Virgem da Lapa – MG



Fonte: IBGE, 2018.

Figura 26 - Representação gráfica da participação da área plantada de Mandioca(ha) 2004 - 2018 em Virgem da Lapa – MG



Fonte: IBGE, 2018.

6.1 Os desafios das ações de protagonismo social para implementação do projeto de manejo do território tradicional

As comunidades quilombolas envolvidas neste projeto têm enfrentado desafios variados para colocar este projeto, efetivamente, em prática. O primeiro deles é a morosidade do INCRA na titulação das terras, problema recorrente em todo Brasil, como já discutido acima, enfrentado pelas comunidades e povos tradicionais. Outro desafio é o assédio da empresa Monte Fresnos Reflorestamento e Exploração que alega ter comprado estas terras da Suzano Papel e Celulose, embora não apresente nenhum documento comprobatório de tal aquisição. Mas a empresa entrou na justiça em 2016, demandando a reintegração de posse, reivindicando ainda que as atividades realizadas pelos comunitários sejam imediatamente paralisadas. No dia 17 de fevereiro de 2020 a justiça acatou o pedido da empresa; que ganhou a causa de reintegração de posse, contra as comunidades. Porém as comunidades que lutam por este território não permitiram o cumprimento desta deliberação judicial, mantendo-se em resistência, dando continuidade às atividades. Porém, já no dia 19 de fevereiro de 2020 o MPF conseguiu derrubar a liminar. Mas o processo continua em andamento na justiça.

Segundo os moradores, eles já receberam dezenas de propostas da empresa, para cessão, a ela, do território; a empresa pratica violência velada contra estas, mantendo vigilantes que estão sempre rastreando todos os passos dos comunitários no local, inclusive com o uso de uma câmera, instalada no alto de uma torre.

Figura 27 - Câmera que tem rotação de 360° e vigia um raio considerado do plantio de eucalipto.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Verificamos assim que mesmo sem o apoio da justiça, ou de qualquer outra entidade, órgão, ou o próprio Estado, as comunidades estão protagonizando um processo de reterritorialização pela ocupação deliberada e, inclusive, adoção de postura de desafio a uma decisão judicial sobre este território, na busca de conseguir repovoar as comunidades, trazendo os moradores migrantes de volta ao seu lugar de origem; e projetando a possibilidade de obtenção de emprego e geração de renda em longo prazo, para eles.

E os desafios são recorrentes, por exemplo: em decorrência de medida de reintegração de posse expedida no dia 17 de fevereiro, aconteceu uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) - concretizada na terça-feira (10/ 03/ 2020), às 15 horas, no Plenarinho II, da Assembleia-, cujo objetivo foi precisamente debater a violação de direitos humanos destas comunidades quilombolas - Biquinha e Água Limpa, Campinho e Capim Puba, de Virgem da Lapa (Vale do Jequitinhonha) -, protagonistas deste projeto de manejo das terras degradadas pela monocultura de eucalipto.

Estive presente na reunião, que durou cerca de três horas, e que contou também com a presença dos moradores das comunidades quilombolas em questão, que enfrentaram dez horas de viagem de Virgem da Lapa até Belo Horizonte através de mobilização política local para participação no debate. A deputada estadual Leninha (PT), presidenta da comissão, foi a autora do requerimento de audiência, o que ocorreu após a parlamentar tomar conhecimento da ação de reintegração de posse em curso contra essas comunidades quilombolas, movida pela Monte Fresnos Reflorestamento e Exploração. E observa-se que apesar do reconhecimento da Fundação Palmares, há mais de 12 anos, o processo administrativo instaurado no Incra ainda não foi finalizado.

A área reivindicada pela Monte Fresnos é um território tradicional, o que gerou o pedido de ingresso da Fundação Cultural Palmares no processo para que ele passasse para competência da Justiça Federal. E devido à morosidade na regularização fundiária desses territórios, o Ministério Público Federal moveu ação civil pública contra o Incra para que tudo seja concluído no prazo máximo de dois anos. Enquanto isso não se concretizava, o MPF pediu que o processo de reintegração de posse movido pela empresa fosse suspenso na Justiça estadual. O pedido foi acolhido, mas as comunidades seguem pressionadas pela empresa madeireira.

Na audiência pública, a parlamentar autora da ação buscou encontrar a melhor solução para o conflito, assegurando os direitos dessas comunidades. Durante a audiência ela recordou o fato de que o Brasil incorporou ao direito nacional o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribos, adotada em Genebra em 1989, que estabelece a política geral a ser seguida pelos signatários, de reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam, reforçando a importância e urgência da titulação dos territórios tradicionais. Para a reunião, foram convidados promotores dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, bem como representantes de entidades quilombolas de Minas Gerais.

Debateu-se ainda a desqualificação da empresa Suzano das lutas das comunidades atingidas. A empresa inclusive desconsidera o vínculo que essas comunidades têm com este território, e a importância dele para a sua reprodução socioeconômica. Chamou a atenção a fala de um comunitário de Campinho, que expressou sua relação com o território, relatando que a Chapada é território sagrado, legado dos antepassados, e que representa vida para eles. Ele pontuou ainda, que a morosidade do INCRA implica na dificuldade de acesso a políticas públicas, pois, por não possuírem nem a posse ou titularidade dessas terras, não têm acesso ao programa de bolsa permanência para estudantes quilombolas, que tem como requisito a residência do estudante na comunidade, e que uma medida de reintegração de posse impede o acesso a esse direito. Ressaltou-se, ainda, o fato de a demarcação e titulação das terras serem movidas por decisão política, e não regido pela legislação, que estabelece tais processos como direito das comunidades quilombolas.

Discutiram se ainda as péssimas condições de infraestrutura que a atividade econômica em questão¹⁰ provoca no município, além da destruição das estradas, como por exemplo, a rodovia LMG-6678 que teve sua obra de asfaltamento concluída em 2018, e no ano de 2020 se encontra completamente destruída por causa do alto tráfego de carretas pesadas que escoam a produção de eucalipto.

No debate, se concluiu que é necessário maior empenho e pressão nas entidades competentes para a titulação do território dessas comunidades; para que as comunidades possam dar prosseguimento no projeto de recuperação da geo/ biodiversidade locais. Um dos frutos deste debate foi um requerimento enviado ao IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) para avaliar a possibilidade de tomar o

¹⁰ A monocultura de eucalipto

chapadão Virgem da Lapa como patrimônio histórico natural de Minas Gerais, a fim de preservá-lo e as comunidades dependentes destes domínios para sua reprodução sociocultural (entendendo-se tal patrimônio como a Chapada- encarada como bem comum - , a caça, os extrativismos). Essa ação de reconhecimento desse modo de uso da chapada, como patrimônio imaterial da humanidade, é fundamental para o fortalecimento da proteção desses lugares, pois são lugares sagrados; e é a preservação das chapadas, também, que mantém as nascentes vivas.

Os parlamentares presentes firmaram apoio às comunidades, comprometendo-se a denunciar mais violações dos seus direitos. A ação de reintegração de posse foi suspensa, mas as comunidades continuam inseguras em relação ao futuro. E é relevante assinalar, sobretudo, que a vivência espacial dessas comunidades está sendo subtraída delas e negada a elas, com essa tentativa de expulsão delas de seus territórios tradicionais.

Figura 28 - Reportagem no site da ALMG sobre a audiência.



The image shows a screenshot of a news article from the website of the Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). The article is titled "Ameaça de despejo de quilombolas preocupa comissão" and is dated 09/03/2020 at 15h35. The text discusses human rights and the need for a solution to a land possession request in Virgem da Lapa. Below the text is a photograph of a group of people, including women in traditional quilombola attire, at a public hearing. The article also includes social media sharing options for Twitter and Facebook.

Fonte: ALMG, 2020.

Figura 29- Audiência pública da Comissão dos Direitos Humanos da ALMG, com participação dos moradores das comunidades quilombolas de Virgem da Lapa.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

6.2 Aspectos das potencialidades da Etnoconservação e da Etnoecologia na recuperação das áreas degradadas do Chapadão Virgem da Lapa

A monocultura de eucalipto na região se mostrou insustentável em todos os sentidos, seja no aspecto social quanto no ambiental, dado que além da degradação ambiental, a expropriação do território tradicionalmente manejado pelas comunidades teve inúmeras consequências sociais, como o êxodo rural, instituição de condições precárias de trabalho e vulnerabilidade social no geral. E diante disso é que se constituiu a necessidade de pensar uma atividade econômica sustentável, viável para a realidade local. Este movimento das comunidades para efetivar tais conquistas, através do exercício do seu protagonismo social, propondo um manejo sustentável para a área e pautado na etnoconservação.

A etnoconservação é uma ciência que propõe um manejo diretamente ligado a mitos, regras, valores e conhecimentos, que definem a maneira pela qual e o período em que tais recursos “serão utilizados, podendo ser considerados ‘elementos culturais’” (DIEGUES, 2010, p. 40), incidindo, aí, processos que conformam os conhecimentos tradicionais das comunidades, transmitidos via oralidade e memória – a sua territorialidade; e, os quais, como demarcam Arruda e Diegues (2001, p. 31), seriam, compostos pelo “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração”. Nesse horizonte de discussão, Schmidt (2001, p. 73) acrescenta que a construção dos conhecimentos tem vasta relação com o ambiente físico e social habitado por estas populações. Enquanto Lévi-Strauss (1989) pontua que estes conhecimentos compõem a “Ciência do Concreto”, a qual se diferencia da ciência ocidental moderna, ainda que se coloque no mesmo padrão conceitual e metodológico dela. Mas enquanto “esta última possui um objeto para investigação definido, que tem como finalidade a satisfação das necessidades humanas, a ciência do concreto busca o conhecer pelo conhecer e, tal como a ciência ocidental, fundamenta-se em constatações empíricas” (DIEGUES, 2010, p. 42).

Esta é uma relação que a etnoecologia pode ajudar a entender uma vez que após uma trajetória de décadas, ela reapareceu sob a influência dos paradigmas de um desenvolvimento durável e “sustentável”. A abordagem da etnoecologia tem sido apresentada como o conjunto de modos locais de compreensão das relações entre os homens e o seu meio natural, incluindo outros aspectos ecológicos, além das espécies em si, tais como o solo, o clima, as comunidades ecológicas, entre outros elementos do ambiente, o que vai ao encontro com a proposta deste trabalho (TOLEDO, 1992). Tal abordagem subsidia a compreensão da relação Homem e Natureza, dentro do processo de conservação da geo/biodiversidade, ou seja, da construção de uma etnoconservação, construída através dos manejos e conhecimentos tradicionais.

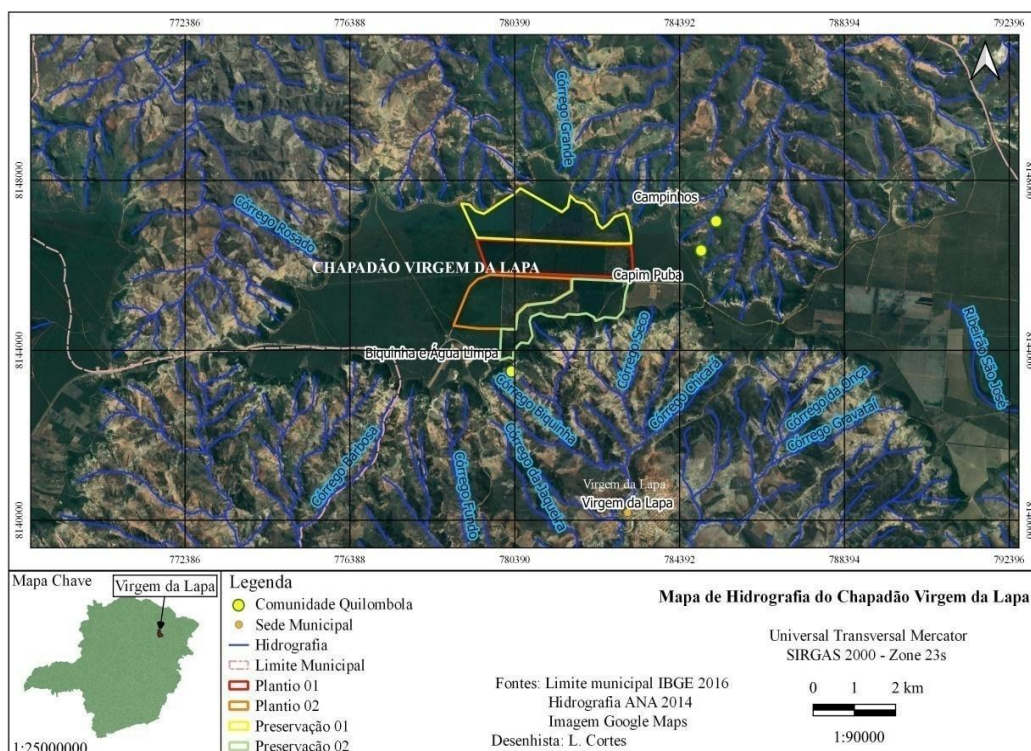
Pode-se considerar a etnoconservação, segundo Diegues (2000, p. 35), como uma “síntese entre o conhecimento científico e o tradicional”, uma nova ciência que propõe a valorização do conhecimento das comunidades tradicionais; e que considera a geo/biodiversidade como um produto da relação natural e cultural, resultante de um processo de co-evolução entre sociedades e ambientes naturais. Fala-se, por sua vez, em (geo) etnobiodiversidade, “como riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira nomeando-a selvagem e

intocada” (DIEGUES, 2000, p. 35), pois a cultura como conhecimento pode enriquecer a geo/ biodiversidade, o que, a propósito, constitui uma visão que contrasta com a concepção moderna de geo/ biodiversidade que categoriza o mundo natural pelas bases científicas, única e exclusivamente. E pode-se notar, a propósito, no relacionamento das comunidades de Capim Puba e Campinho com o seu território, que o manejo dos recursos naturais relacionados com os aspectos culturais, como as crenças e ritos propiciava a conservação da geo/ biodiversidade locais, pois a questão da proteção desta diversidade estava essencialmente relacionada a administrar “visões e interesses humanos, muitas vezes opostos, do que manejar processos naturais” (DIEGUES, 2000, p. 41).

É pertinente demarcar ainda que isso foi impresso no processo de perda da geo/ biodiversidade das comunidades de Campinho e Capim Puba, que no passado, segundo os relatos dos seus próprios integrantes, conseguiam produzir seus alimentos, criar animais, praticar extrativismo e ainda produzir artesanato (isto, quando elas tinham o controle integral do seu território, depois usurpado, em parte, pelas empresas de “reflorestamento”; e o que, a propósito, acarretou que, hoje paradoxalmente, as vinte famílias que a constituem, para ter acesso à água dependam dos serviços prestados por um caminhão-pipa –, o qual as atende uma vez a cada dois meses -, realidade que, , inviabiliza sua permanência no lugar, provoca o êxodo rural, e desmantela- ou pelo menos fragiliza, desagrega-, a cultura e identidade territorial locais). E como podemos ver na figura a seguir, o Chapadão Virgem da Lapa é um divisor de bacias, e alguns dos principais cursos d’água do município nascem ali. E isso é paradoxal, dado que a principal queixa das comunidades do entorno, é justamente a escassez hídrica (e quando observa se, como acabamos de ressaltar, que os principais cursos d’água do município nascem justamente neste domínio físico-geológico).

Os comunitários, aliás, destacam a gravidade da situação de escassez hídrica por eles vivenciada, demarcando como isso impede sua permanência no território, pois são expulsos não somente pela tomada do território em si, mas pela falta de meios de sobreviver no espaço que lhes restou, pois não há como produzir aí, nem para o próprio consumo: as nascentes foram afetadas; até mesmo a água para o consumo humano (para saciar a sede) não existe na comunidade, só sendo possível obter água por meio de abastecimento local por caminhão pipa.

Figura 30 - Mapa da hidrografia do Chapadão Virgem da Lapa – MG.



Fonte: Base cartográfica do IBGE.

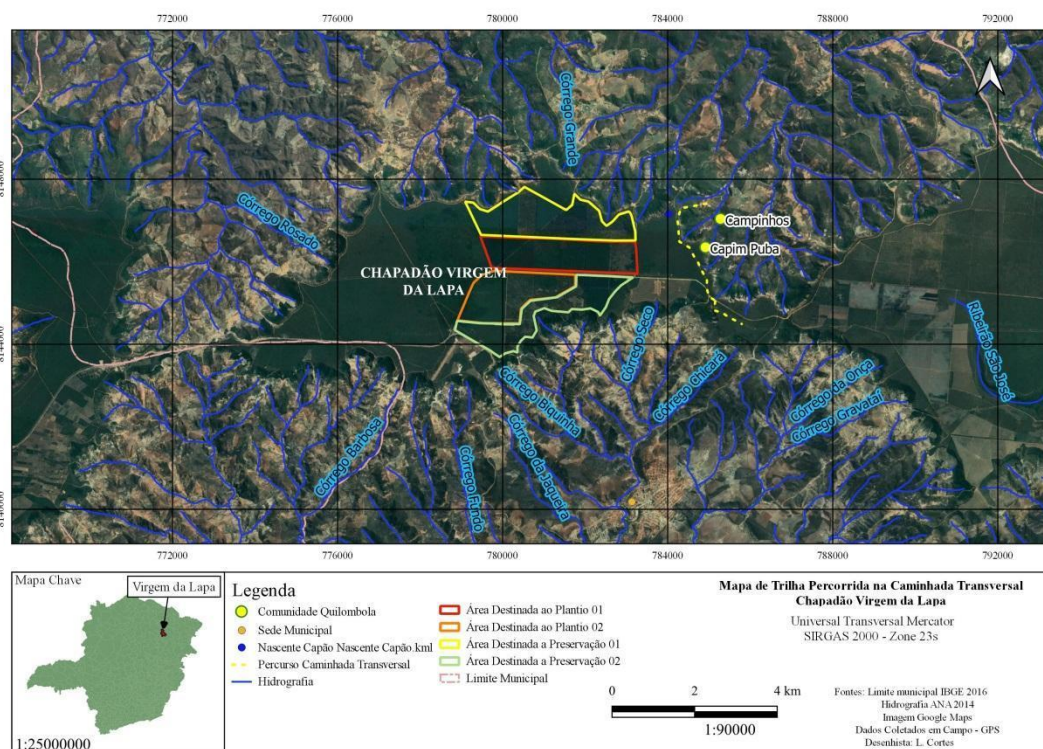
Porém, as comunidades não conquistam credibilidade quando apontam o eucalipto como responsável por esta escassez hídrica, sendo contestadas por atores que argumentam que não há evidências científicas da efetiva existência de uma relação entre a presença dos eucaliptais e a escassez hídrica. Mas vale ressaltar, sobretudo, que a percepção e experiência do espaço vivido é que geram essas afirmações por parte dos comunitários que têm vivenciado essa situação há muitos anos, experiências que, em nossa apreciação, deveriam ser consideradas, inclusive para a agilização do processo de titulação de suas terras; e mais ainda, configurando se como um apoio às ações, aí implementadas pelos quilombolas, de reparação à degradação ambiental acarretada pela monocultura do eucalipto.

Pois transparece que as comunidades quilombolas locais estão engajados em um movimento próprio, autônomo para a conservação da geo/ biodiversidade locais, lutando contra poderosas corporações. E como já sinalizamos a recuperação dessas áreas pode implicar na revitalização das nascentes, que imagina se que possam voltar a se tornar

perenes¹¹, o que iria valorizar a produção agrícola para a subsistência e geração de renda local e reverteria um grande problema social vivido aí, que é a migração em massa, cuja reversão se concretiza com o retorno das famílias às suas residências.

É legítimo ponderar que o Chapadão Virgem da Lapa possui muitas potencialidades a serem exploradas de forma sustentável, como pode notar em um dos procedimentos metodológicos adotados, a caminhada transversal, realizada no dia 10 de março de 2020, juntamente com uma liderança comunitária de Campinho, a qual costumava fazer este percurso desde criança com os pais e que me relatou que hoje isso já não é mais tão comum. Caminhamos por cerca de 4 km, da sua casa até o Chapadão, por uma trilha que margeia este domínio fisiográfico (trilha diferente da que fazia com o pai, como mostra a figura a seguir). Antigamente, pai e filho adentravam o centro da chapada, hoje tomada pelo eucalipto. Na área percorrida ainda existe vegetação remanescente de Cerrado, com a presença de muitas árvores e frutos típicos deste bioma.

Figura 31 - Mapa do percurso da Caminhada Transversal.



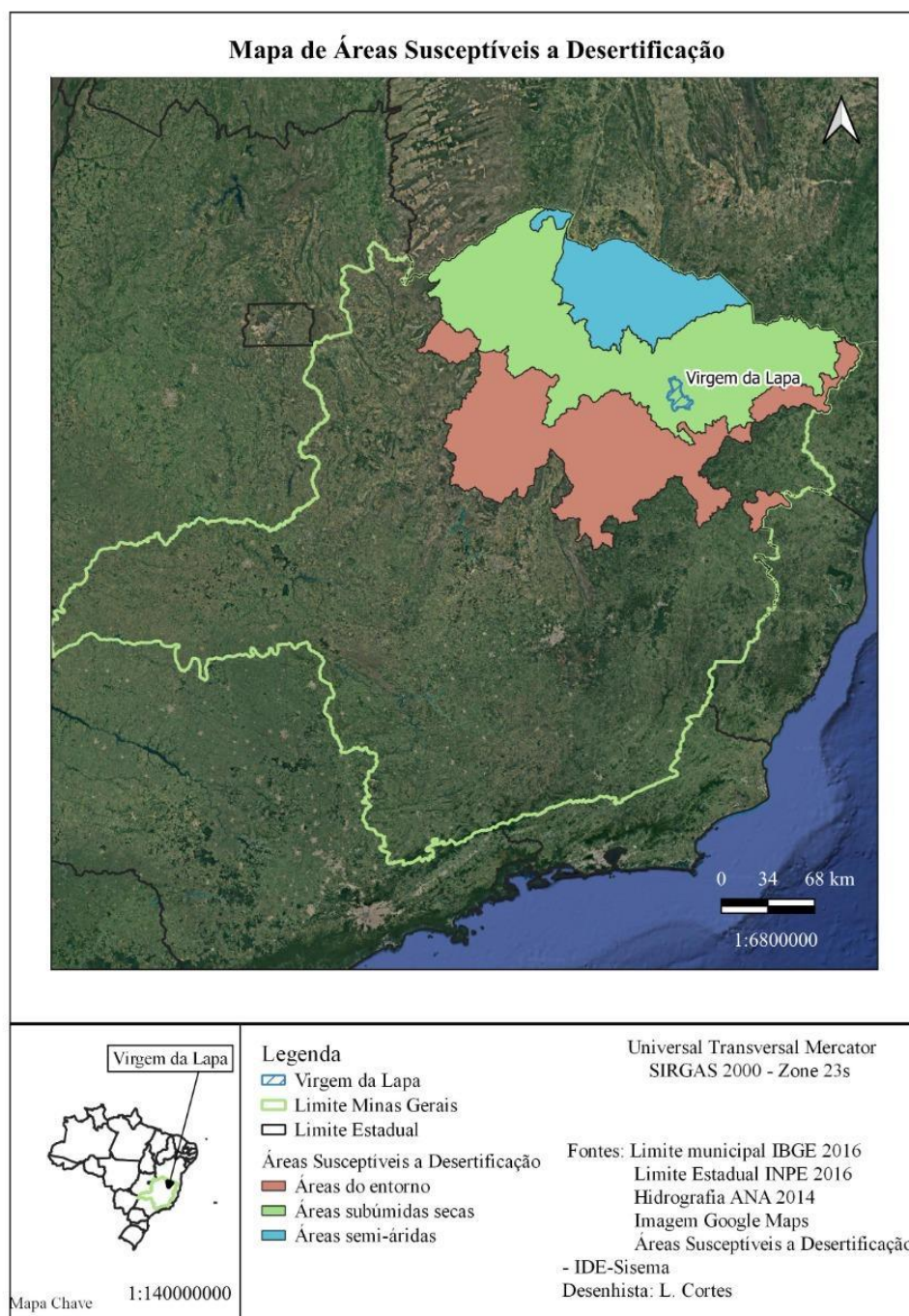
Fonte: Base cartográfica do IBGE.

¹¹ Questão que coloca em evidência a relevância de ter sido colocada, em pauta, nesse trabalho, a dimensão da geodiversidade.

Segundo os comunitários, as reflorestadoras de eucalipto destruíram plantas medicinais, comumente encontradas nos altos do Chapadão Virgem da Lapa, como a arnica, barbatimão, quina; bem como os pequizeiros, mangabeiras, os jatobás e os coqueiros (de onde tiram o material para a confecção das vassouras que varrem as ruas da cidade de Virgem da Lapa), entre outras plantas nativas. Relatam a participação de fazendeiros da região, também, na destruição da vegetação nativa, através do processo de grilagem das terras quilombolas. Os desmatamentos realizados pelos fazendeiros locais retiram até mesmo as matas ciliares deixando a beira dos córregos e das nascentes sem proteção, causando os longos períodos de seca. Os comunitários sentem-se assustados com os crescentes impactos causados pela seca e atribuem como principal causa das estiagens, o processo da implantação da monocultura na região e que vem gerando, ano a ano, o aumento da degradação e desertificação nos contextos local/ regional.

O conceito de desertificação caracteriza-se pela progressiva degradação dos recursos naturais de solo, flora e fauna, com perda da biodiversidade, e dos recursos hídricos; seria uma consequência da perda da produtividade biológica e econômica das terras agrícolas, em relação pastagens e das áreas de matas nativas e estaria relacionada “à degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e sub-úmidas secas resultante de vários fatores, incluindo variações climáticas e atividades humanas” (ALVES *et al.*, p. 19, 2017). São características que- a propósito-, incidem na região onde se encontra o território das comunidades aqui analisadas, como mostra a figura a seguir, que apresenta as áreas susceptíveis de desertificação em Minas Gerais; e ressaltando-se que o município de Virgem da Lapa se encontra inserido nas áreas sub-úmidas secas.

Figura 32 - Mapa de localização das áreas susceptíveis de desertificação.



Fonte: INPE, 2020.

Durante a caminhada transversal, reafirmou-se ao longo de todas estas décadas de exploração do território, a monocultura do eucalipto na região exerceu influência na ocorrência deste processo de desertificação na área-foco de investigação. Os habitantes locais afirmam, aliás, que durante este período de exploração do território local pelas monoculturas de eucalipto só tiveram perdas, na fauna, nas características do Cerrado que

foram sendo modificadas no decorrer dos anos, restando preservada, uma área muito pequena de Cerrado nativo, além da degradação promovida pelo constante uso de agrotóxico na monocultura; o que gera a grande preocupação com a possibilidade de contaminação do que ainda resta de água na área, que é pouca.

E é nessa área que é possível encontrar frutos e plantas típicos do cerrado, como mostram as figuras a seguir; produtos de grande potencial para uma exploração sustentável por parte das comunidades. E é relevante assinalar, a propósito, que a sua colheita depende da sazonalidade de cada um; o pequi, por exemplo, segundo os moradores é típico do período compreendido entre dezembro e janeiro; já a mangaba é comum em fevereiro e março, e esta última, assim como o pequi, possui a especificidade de estar pronta para o consumo.

Figura 33 - Frutos da Mangabeira no Alto do Chapadão.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 34 - Diversidade vegetal



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 35- Abundância de frutos em pequena área com vegetação remanescente do Cerrado.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 36- Pequizeiro em plena produção no Alto do Chapadão Virgem da Lapa.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 37 - Vegetação de altura baixa



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 38 - Morador de Campinho colhendo Mangabas.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 39 - Planta medicinal conhecida



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 40- Coleta de frutos durante a caminhada transversal.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 41- Vista do Alto do Chapadão Virgem da Lapa.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Figura 42 - Frutos mangaba colhidos



Fonte: Acervo próprio, 2020.

O extrativismo sustentável desses produtos é viável, tanto para o consumo da comunidade, como para a sua comercialização, que pode tanto ser feita na feira local na cidade de Virgem da Lapa, como por empresas que fazem o beneficiamento desses produtos para a produção de doces e sorvetes, como a franquia “Frutos do Cerrado”, que produz sorvetes com sabores de frutos do Cerrado, um possível nicho comercial para essas comunidades, que podem conciliar conservação ambiental e geração de renda. E pude constatar que, apesar de ser reduzida, a área remanescente do Cerrado possui rica diversidade, notadamente quanto à grande

quantidade de ervas e plantas medicinais aí encontrada e as quais proporcionam inúmeros benefícios para a saúde e cujo conhecimento é repassado de geração em geração.

A liderança da comunidade de Campinho, que foi meu companheiro na caminhada transversal, possui bastante conhecimento sobre a chapada, e me mostrou vários tipos de ervas e as suas funcionalidades medicinais (propriedades fitoterápicas), como a arnica, que pode ser usada para o combate a dores nas articulações; o barbatimão, que é muito utilizado para ajudar a tratar feridas, hemorragias, queimaduras, dores de garganta ou inchaços e hematomas na pele; o jatobá, que tem efeito cicatrizante em feridas e também serve para tratar asma, blenorragia, cistite, cólicas, vermes, doenças respiratórias, feridas na boca ou no estômago; a quina, que é uma espécie vegetal que atua como depurativo do sangue, desintoxicando o organismo, anulando a ação de radicais livres e aumentando a eliminação de toxinas naturais acumuladas no dia a dia.

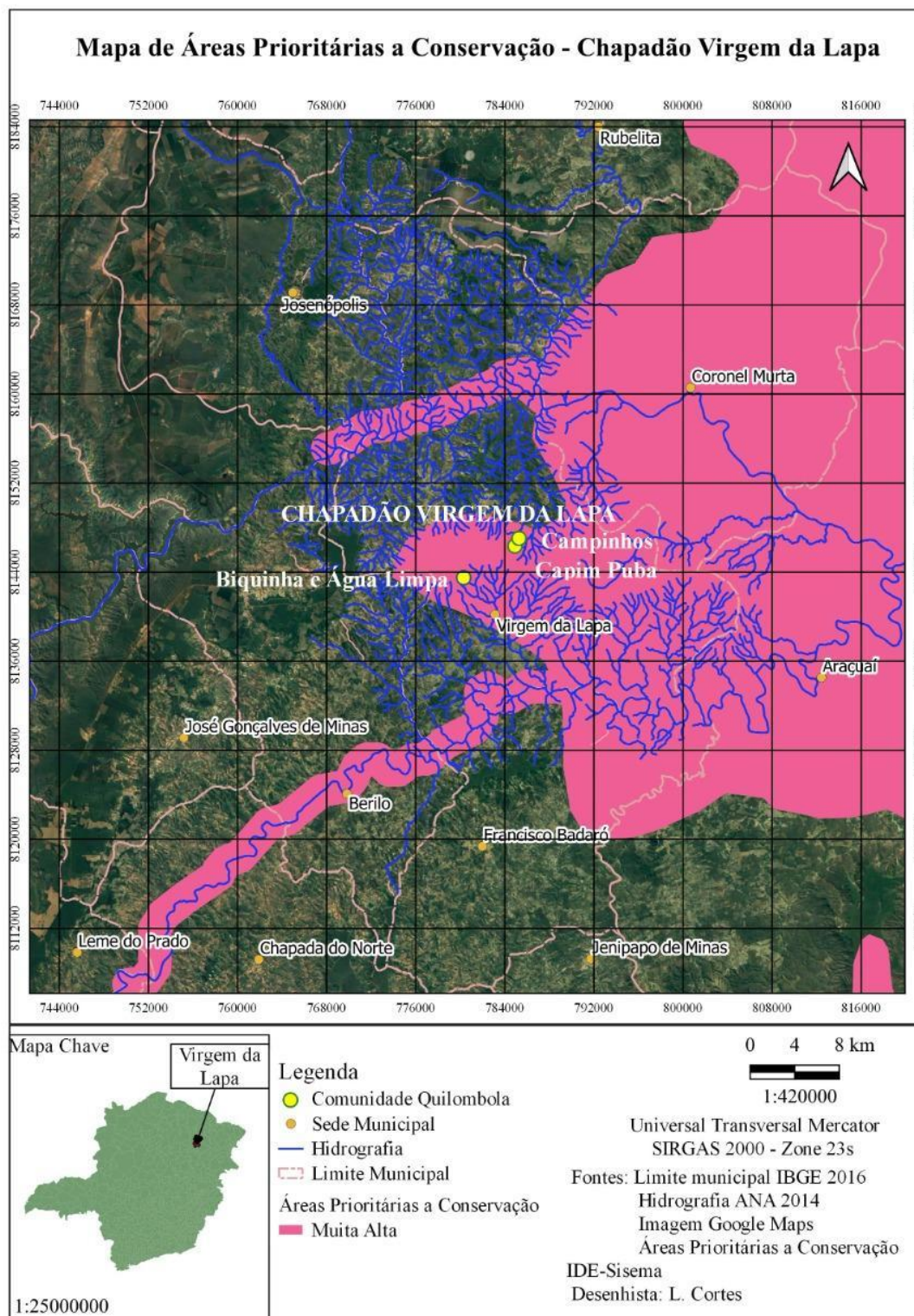
E essa área do Chapadão Virgem da Lapa por toda sua especificidade/ singularidade, se configura como Área de Preservação Permanente (APP), ou seja, corresponde a uma área protegida, coberta por vegetação nativa e que foi instituída com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, além de facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (art.3º, inc. II do Novo Código Florestal – Lei nº 12.651/2012). Observe-se que essas áreas de preservação permanente contribuem para a conservação da biodiversidade e preservação dos recursos hídricos.

E vale ressaltar ainda, que esta área está inserida no contexto das áreas prioritárias de conservação da biodiversidade, conforme figura a seguir. O Mapa das Áreas Prioritárias constitui uma das ações realizadas pelo governo do Brasil em cumprimento das obrigações do país junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência RIO-92. Seu objetivo foi avaliar a situação da biodiversidade dos vários biomas brasileiros, identificando os condicionantes ambientais, sociais e econômicos, e estabelecer propostas para a sua conservação, utilização sustentável e a repartição dos benefícios decorrentes da sua utilização. As Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade foram reconhecidas pelo Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, e pela Portaria MMA nº 126, de 27 de maio de 2004. A figura a seguir apresenta a localização das áreas prioritárias no estado de Minas Gerais para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira definidas pelo

MMA/PROBIO¹² (2006). E verifica-se que a região em que as comunidades investigadas estão localizadas, situa-se em área muito valorizada em termos do seu grau de importância para a biodiversidade. Tal realidade é reforçada em função da sua localização por estarem elas, inseridas em uma área de transição dos biomas Cerrado e Mata Atlântica, este último um importante bioma brasileiro, com alto índice de degradação ambiental (ou seja, um *hotspot* de biodiversidade).

¹² Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO.

Figura 43 - Localização do Chapadão Virgem da Lapa nas Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade – MMA.



Deve-se pontuar que a importância da Mata Atlântica passou a ser amplamente reconhecida no final da década de 1980, quando foi declarada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988. Alguns anos depois, em 1993, por meio do Decreto Federal nº

750/93, foi definido legalmente o domínio desse bioma e a proteção de seus remanescentes florestais e matas em regeneração, formulando legalmente os termos da proteção para os ecossistemas integrantes do domínio. O Decreto Federal nº 750/93 vigorou até a sua revogação, em 2008, pelo Decreto nº 6.660. Também normativa específica da Mata Atlântica, a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, propõe requisitos para garantir a conservação da vegetação nativa remanescente, determinando critérios de utilização e proteção, além de impor critérios e restrições de uso diferenciados para estes remanescentes, considerando a vegetação primária e os estágios: secundário inicial, médio e avançado de regeneração.

Considerando o detalhamento do mapa síntese, em relação às áreas prioritárias mapeadas pela Fundação Biodiversitas¹³, observa-se que a área em que o Chapadão Virgem da Lapa insere-se é classificado como de importância biológica muito elevada, visto que na região, observa-se relativa incidência de espécies endêmicas, ameaçadas ou raras no estado e/ou que representam extensos remanescentes significativos da biodiversidade original, altamente ameaçados ou com alto grau de conservação, em contraste com certa pressão antrópica sofrida com a exploração da silvicultura na região; justificando a necessidade de se desenvolver estratégias adequadas de recuperação de áreas degradadas com espécies da sucessão da vegetação local, estratégias estas que considerem as pessoas que ali habitam e dependem deste ecossistema para viver.

¹³ Organização não-governamental sediada em Belo Horizonte/MG, que promove ações de caráter técnico-científico no Brasil desde 1989.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale assinalar, em primeiro, lugar que as categorias conceituais de análise e os paradigmas de interpretação da Geografia Cultural - campo do Conhecimento hoje em nítido processo de revitalização/ revalorização-, mostraram-se muito adequados e pertinentes para a análise/ (re)interpretação dos processos investigados na pesquisa; e nesse contexto, minha proximidade com o recorte territorial estudado, por ser “nativa do Vale”, revelou-se como contribuição valiosa na compreensão de tal realidade, num viés de imersão etnográfica.

Revelou-se apropriada também uma abordagem que procurou acoplar à discussão da biodiversidade, os aspectos concernentes à geo e sociodiversidade, propiciando uma interlocução/diálogo profícuos entre as diferentes dimensões da realidade aí evidenciadas e, necessariamente, “interdigitadas”.

No que concerne ao recorte territorial especificamente investigado nesse trabalho, podemos demarcar que, basicamente, os comunitários de Campinho, Capim Puba, Biquinha e Água Limpa estão passando por um processo de reorganização territorial, consistente, acoplado a um processo de mobilização política frente às expropriações territoriais e ações mercantilistas e desenvolvimentistas que impactaram negativamente em sua reprodução econômica e sociocultural. Trata-se de uma comunidade não está inerte nem passiva frente aos conflitos, mas pelo contrário, sua luta está pautada em torno da retomada das suas terras que foram expropriadas para a monocultura de eucalipto, pelo próprio Estado. Somado a isso, sofrem ações de expropriação territorial por fazendeiros vizinhos, através da grilagem, os quais foram chegando aos poucos e os encurralando.

Com o cruzamento dos relatos orais e dados sistematizados foi possível visualizar a reconfiguração do território decorrente da expansão econômica, paralelamente à qual surgiu a necessidade do INCRA dar início às pesquisas para a produção do Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do território quilombola, para a regulamentação fundiária, que intencionou buscar a genealogia africana a partir dos inventários, pois, nos relatos colhidos, tudo indicava que a comunidade permanece no local há mais de um século.

É necessário que se mensure os danos e impactos causados pelos empreendimentos localizados nas terras das Chapadas, avaliando os impactos sinérgicos e cumulativos com outros processos de expropriação territorial, as grilagens, visando a implantação de planos e

programas para a contenção, mitigação ou reparação do dano, uma vez que não houve estudos adequados no início da implantação dos empreendimentos que levassem em consideração a presença histórica, aí, dos núcleos quilombolas que, hoje, estão cada vez mais vulneráveis.

É essencial a realização de estudos sobre: as nascentes das águas e córregos de que se serve a flora da região da Chapada, cujo exemplo principal seriam os pequizeiros remanescentes que estão cercados de eucalipto, as palmeiras fornecedoras de matéria prima para produção de vassouras, e sobre a fauna com espécies próprias desse bioma que está devastado e não são mais encontradas aí. É necessário fiscalizar os contratos de arrendamento, realizados pelo Estado, das terras devolutas à iniciativa privada que são terras reivindicadas como de uso tradicional e comum, a fim de entender o andamento desse processo, pois essas empresas privadas se aproveitam da morosidade do Estado para coagir os moradores locais, alegando, inveridicamente, titulação sobre essas terras.

As comunidades aqui abordadas mostram força e resistência para o enfrentamento de uma situação que envolve muitos conflitos de interesses sobre um território que é considerado como constituído de terras devolutas pelo Estado, mas que é reivindicado como território tradicional pelos quilombolas, e por uma empresa privada, que não possui, contudo, como já sinalizamos, nenhum documento que comprove a sua dominialidade sobre estas terras, embora tenha obtido ganho num um pedido de reintegração de posse. Vale ressaltar que este pedido é feito individualmente para cada morador, e assim, as comunidades quilombolas não são judicializadas no processo, o que configura mais uma estratégia dessas empresas. E o que demonstra que as comunidades são o lado mais fraco nessa disputa, porém continuam engajados, e estão dando continuidade no projeto de recuperação da área degradada. Trata-se de uma ação que é protagonizada pela comunidade, que se vê acuada pelo próprio Estado, que ordena que a Polícia Militar execute a deliberação judicial de reintegração de posse e viola uma série de direitos dessas comunidades; que, como vimos, estão submetidas a uma legislação específica que lhes garante direitos fundamentais e territoriais. Observa-se, portanto, que há claramente, nesses territórios, uma sobreposição de interesses de ordem social, econômica, cultural ou política.

Essas comunidades, que zonaram o Chapadão Virgem da Lapa estão trabalhando duramente na recuperação das áreas degradadas pelo eucalipto e para viabilizar a geração de renda para seus membros através da produção agrícola. Tal processo pode ser conceitualmente caracterizado como etnoconservação (que compreende as ações praticadas por comunidades tradicionais, que realizam a extração dos recursos naturais disponíveis em determinada área

para a subsistência e com a preocupação de prevenir a degradação e/ou extinção do hábitat. Foi possível perceber em nosso trabalho, que as ações das comunidades podem, de fato, contribuir para a manutenção da biodiversidade a partir dos usos múltiplos das plantas e através da co-evolução entre o ambiente e o homem, no âmbito de uma compreensão de que não há conservação ambiental sem se levar em consideração as questões sociais; pois essas ações, além da recuperação da biodiversidade, das nascentes, e da fauna, visam estruturar as comunidades de forma que possa ocorrer a redução do fluxo migratório (como já pontuamos antes!); e evitando assim a ocorrência de problemas sociais sérios como o uso de drogas, prostituição, miserabilidade, desemprego, entre outros, que podem ser eventualmente ocasionados pela transferência compulsória e inadequação dos camponeses aos núcleos urbanos, afetando negativamente suas vidas.

E a conservação da biodiversidade assume contornos mais amplos, ao acoplar-se à sociodiversidade e se configurar como uma conservação da sociobiodiversidade o que se materializa, por exemplo, pela valorização das culturas das comunidades tradicionais e do reconhecimento do seu papel como agentes de transformação biogeográfica dos territórios, tal realidade refletindo-se, por exemplo, na adoção de estratégias complexas de subsistência, por estes grupos, que geralmente praticam, em diferentes escalas e momentos, a coleta de produtos vegetais e animais, a horticultura ou agricultura, a caça e pesca, etc. O Chapadão Virgem da Lapa- ressalte-se-, é um domínio físico-geológico que particularmente apresenta muitas potencialidades para a exploração sustentável dos recursos naturais, principalmente em função de suas características geomorfológicas, como divisor de águas e marco fisiográfico que situa-se em área considerada de alta relevância para a preservação da biodiversidade, por estar localizado - como já demarcamos -, em uma área de transição entre os os biomas Cerrado e Mata Atlântica.

A dimensão simbólica do território das chapadas envolve a memória coletiva das comunidades estando intimamente relacionada às práticas socioculturais de outrora, configurando uma memória afetiva; o que é perceptível nas falas dos entrevistados, que avaliam as épocas passadas como melhores que hoje, porque participavam, então, de muitas festas; “havia fartura”; o clima era mais favorável; havia mais mutirões e trocas de serviço (e outras práticas que demonstram que a ética e a moralidade camponesa se fazem presentes nas relações estabelecidas entre os comunitários; os quais se observa que, estão obstinados a resgatar, as terras que tradicionalmente ocupavam e resgatar suas tradições, através de ampla mobilização social).

É pertinente notar ademais que os quilombolas de Biquinha e Água Limpa, Campinho e Capim Puba têm sua territorialidade constituída também pelas interrelações mantidas com as comunidades vizinhas, com as quais desenvolveram historicamente laços de solidariedade, que não se perderam nem com a migração de boa parte deles para as cidades vizinhas.

O processo de expropriação territorial e de direitos, no âmbito das comunidades relaciona-se, como já pontuamos, com a exploração das plantadoras de eucalipto e grilagens das terras, que ocasionaram o encurralamento dos quilombolas e geraram conflitos socioambientais vinculados a ações desenvolvimentistas que configuram um processo em que é flagrante a desigualdade na correlação de forças. E foi precisamente a reação a tais processos, que discutimos no trabalho, que desencadearam o processo de busca pelo reconhecimento identitário e regularização do território pelo grupo.

É sugestivo notar que, para além da proteção e recuperação das terras tradicionalmente ocupadas pelo grupo, o processo de reterritorialização representa a mobilização e organização política¹⁴, e envolve a interação com outros atores, como o poder público e o Ministério Público, que contribuem para garantir direitos constitucionalmente assegurados, necessários à reprodução social da comunidade, como as demandas por mais investimentos em tecnologias para lidar com a seca e viabilizar fontes de renda para as comunidades. Pois como afirma O'Dwyer (2002), a emergência da identidade quilombola está estritamente ligada a processos de resistência como pude confirmar em minhas imersões na comunidade.

Hoje, os comunitários constituem sujeitos de direito, e estão se articulando para tentar agilizar o processo de regularização do seu território tradicional, mas enquanto isso não ocorre, estão coesionados, resistindo aos processos de expropriação territorial, estruturados na estratégia de auto-afirmação identitária como forma de recuperação e proteção do território; e para assegurar, inclusive, que outras ações desenvolvimentistas não sejam implementados aí e se garanta a sua reprodução sociocultural.

O processo em curso revela que a comunidade está tentando assegurar a sua permanência no território e a sua autonomia política, através do fortalecimento da associação comunitária e mobilização social na luta pelos seus direitos; e também na formulação de estratégias de produção e renda buscando, em paralelo, buscando criar alternativas para lidar

¹⁴ Observáveis em outras comunidades tradicionais brasileiras com trajetória de lutas até mais antiga e consolidada, como as sociedades indígenas, hoje também envolvidas em nítidos processos de reterritorialização, após terem sido submetidas a processos de etnocídio e confinamento territorial contínuos (DEUS, 2010, 2011; DEUS, BARBOSA & TUBALDINI, 2011).

com as mudanças climáticas e a seca, optando sempre- como a pesquisa identifica-, por práticas sustentáveis e mostrando preocupação com o meio que habitam.

Percebeu-se que, essas comunidades apresentam grande potencial para o desenvolvimento do projeto explicitado (e problematizado em segmentos anteriores deste trabalho), graças às suas próprias mobilização e articulação políticas, para lhes garantir meios de reprodução sociocultural no território; sobretudo, as mulheres e jovens, que hoje estão entre os segmentos que sentem com maior intensidade os impactos negativos da falta de infraestrutura, educação, saúde e alternativas de emprego e geração de renda.

Em síntese podemos afirmar que os(as) quilombolas de Biquinha e Água Limpa, Campinho, Capim Puba alcançaram uma consciência de seus direitos territoriais e étnicos, e estão engajados na resistência para a sua reterritorialização *in loco*, entendendo que sua ancestralidade está toda ligada ao território. Como problematizamos ao longo do texto, verifica-se que, em busca de autodeterminação, estas comunidades tradicionais hoje ressignificam-se, ao lutarem pela garantia de direitos e dignidade: apropriando-se do seu território (processo que se desenvolve, aliás, desde “o tempo dos antigos”...), e observando-se que tais iniciativas, construídas no presente (e que também rememoram, dialeticamente, o passado) apontam para a criação de condições de existência e vivência que lhes garantam também um futuro mais bem sucedido, pleno e seguro.

É relevante assinalar, ademais, que tal dinâmica remete claramente a uma contraposição (e um confronto) que se estabelecem entre duas categorias de territórios (e territorializações): territórios corporificados e territórios étnicos, ambos bastante discutidos - e criticamente debatidos -, em abordagens científicas hoje crescentemente desenvolvidas na interface entre as geografias cultural e política.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. & GOMES, M. A. O. **Ecoturismo e planejamento social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001, 103 p.

ALONSO, A. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. In: ALONSO, Angela; MIRANDA, Danilo Santos de. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc /CEBRAP, 2016, p. 08-23.

ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de territorialização, Movimentos Sociais e Uso Comum. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”. V. II. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA-UFAM, Fundação Ford), Manaus, p. 64-87, 2006.

ALMADO, R.P. **Aspectos do Reflorestamento com Enfoque à Cultura do Eucalipto**. Belo Horizonte: CAF-Santa Bárbara Ltda./ Empresa Belgo Mineira/ DPF, 1997, 33 p.

ALVES, A. N. R.; DEUS, J. A. S.; GOMES, N. L. Comunidades Quilombolas: Uma Possível Interpretação do Lugar Com o Uso de Mapas Mentais. In: OLIVEIRA, Gledson Ribeiro, RAMOS, Jeannette F. Pouchain, OKOUDOWA, Bruno. **Cá e Acolá: Experiências e Debates Multiculturais**. Fortaleza: UFC, 2013, p. 27-57.

ALVES, T. L. B.; AZEVEDO, P. V. D.; CÂNDIDO, G. A. Indicadores Socioeconômicos e a Desertificação no alto curso da Bacia Hidrográfica Do Rio Paraíba. **Ambiente & Sociedade** n. São Paulo v. XX, n. 2 n p. 19-40 n abr.-jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n2/pt_1809-4422-asoc-20-02-00019.pdf. Acesso em: 12 Mar. 2020.

AMORIM FILHO, O. B. **Os Estudos da Percepção como a Última Fronteira da Gestão Ambiental**. In: II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 1992, Belo Horizonte. Anais do II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 2002. p. 16-20. Disponível em: http://sigcursos.tripod.com/percepcao_ultima_frenteira.pdf. Acesso em 01 julho 2018.

AMORIM FILHO, O. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente, OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: A Perspectiva Brasileira**. São Carlos: UFSCar/ Studio Nobel, p.139-152, 1999.

ANJOS, R. A. **Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil**. Revista Africana Studia, n. 9, 2006. Edição do centro da Universidade do Porto (CEAUP). Disponível em: www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_337.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019. p. 337-365.

ARRUTI, J. M. **A emergência dos "remanescentes"**: notas para o diálogo entre indígenas e Quilombolas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-38, out. 1997.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru: EdUSC, 2006, 370 p.

BANDEIRA, M. **Território negro em espaço branco**. São Paulo, SP : Editora Brasiliense; [Brasília] : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1988, 346 p.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Tomke Lask (Org.) **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, 243 p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevista: como fazer entrevista em Ciências Sociais**. Em tese. v. 2, n. 1 (3), janeiro-julho/ 2005, p. 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 14 Abril 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 498 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88 Livro EC91 2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)> Acesso em: 26 de Julho 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. 3 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm> Acesso em: 19 de Janeiro 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Ano CXLIX, n. 102,28 maio 2012. Seção 1, p.1. Disponível em <http://portal.in.gov.br/> . Acesso em 10 Mar. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.092, de 21 de Maio de 2004**. Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente. 2004. Diário Oficial da União. Seção 1. 24/05/2004. p. 2. Imprensa Nacional.

BRASIL, 2004b. **Portaria nº 126, de 27 de maio de 2004**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil, 28 maio 2004. Seção 1: p. 142

BRASIL. **Decreto nº 750, de 10 de Fevereiro de 1993**. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. 1993. Diário Oficial da União. Seção 1. 11/02/1993. p. 1801. Imprensa Nacional.

BRASIL. **Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Presidência da República.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente (MMA). Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm. Acesso em: Mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6660.htm. Acesso em: Ago. 2019.

BRILHA, J. B. R. **Patrimônio Geológico e Geoconservação: A Conservação da Natureza na sua vertente geológica**. Coimbra: Editora Palimage, 2005, 190 p.

BRILHA, J. B. R. **A Importância dos Geoparques no Ensino e divulgação das Geociências.** Revista do Instituto de Geociências da USP. Publ. Espc., v. 5, p. 27-33, 2009.

BUTTIMER, A. Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia.** Rio Claro: Difusão Editorial/ UNESP, 1995, p. 165-193.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade – A era da Informação: economia, sociedade e cultura.** Volume II, São Paulo: Paz e Terra, 1999, 602 p.

COSTA FILHO, A.; MENDES, A. B. V. CARTILHA. **Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais.** 52 p. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>> Acesso em: 26 Jun. 2018.

COSTA FILHO, A. **Direitos territoriais no Brasil.** Landrechte in Brasilien. Brasilicum, v. 238-239, 2015, p. 12-15.

COSTA FILHO, A. Gurutubanos, caatingueiros e geraizeiros: identidades rurais, territorialização e protagonismo social. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro: **Anais.** 2008. p.23-40.

COSTA FILHO, **Quilombos e Povos Tradicionais.** GESTA – UFMG. 2011. Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/COSTA_FILHO, Ader val Quilombos e Povos Tradicionais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/COSTA_FILHO_Ader_val_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf)>. Acesso em 15 de junho de 2017.

COSTA FILHO, A. Os Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil In: **Os Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar.** 1ª ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, v.1, p. 77-98.

COSTA FILHO, A. Povos e Comunidades tradicionais: Por um outro desenvolvimento. In: DE PAULA, A. M. N. R. *et al* (Org.). **Povos e Comunidades tradicionais: contribuições para um outro desenvolvimento.** Montes Claros: Unimontes, 2016ª, p. 32-47.

COSTA FILHO, A. **As comunidades dos quilombos, direitos territoriais, desafios situacionais e o ofício do(a) antropólogo(a).** Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia / Associação Brasileira de Antropologia. V. 2, n. 2, junho de 2016. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2016b, p. 27-48.

CPRM. **Mapa Geodiversidade do Brasil. Escala 1:2.500.000.** Legenda expandida. Brasília: CPRM/Serviço Geológico do Brasil, p. 68, CD-ROM, 2006.

CUNHA, M. C.. **Antropologia do Brasil.** São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986. IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 12 Abr. 2019.

DARDEL, E. - **O Homem e a Terra:** Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, 159 p.

DAYRELL, C. Os geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros: CAA-NM/Rede Cerrado, 2000, p. 189-272.

DEUS, J. A. S. **Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 135 p.

DEUS, J. A. S. Identidade, Etnicidade e Paisagens Culturais Alternativas no Vale do Rio Doce/ Minas Gerais- Brasil. **Revista Geográfica de América Central,** San José (Costa Rica), nº especial/ EGAL 2011, p. 1-14, 2º. sem. 2011.

DEUS, J. A. S.; BARBOSA, L. D.; TUBALDINI, M. A. S. Realidades Culturais na Organização do Espaço: Lutas Pela Terra e Emergência de Identidades Coletivas no Contexto da Amazônia Sul-Americana e Brasileira. **Geografia**, Rio Claro, v. 36 (Nº. Especial), p. 157-167, set. 2011.

DEUS, J. A. S.; CASTRO, H. M. Protagonismo político, etnodesenvolvimento e processos de reterritorialização de comunidades quilombolas, em curso, no Vale do Jequitinhonha/MG. In: Lima, I. B. **Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas**. Curitiba: Ed. CRV, 2014, p. 141-153.

DIEGUES, A. C. A. Etnoconservação da natureza. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2000, p. 1-46.

DIEGUES, A. C. *et al.* **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001. 211 p.

DINIZ, R.; TUBALDINI, M. A. O uso da biodiversidade local e da agroecologia na recuperação de áreas degradadas em territórios quilombolas nos municípios de Minas Novas e Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha/ MG. **Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 2, p. 123-153, 26 ago. 2011.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, 2002, p. 139-154.

FOGAÇA, S.; SYDOW, E. “Um mar de eucalipto” – Entrevista de Mauro Gonçalves. **Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória**. São Paulo, Nota Musical Comunicação, 2017, 361 p.

FRANCO, A. R. **Etnocartografia e Análise dos Valores da Geodiversidade com Comunidades Tradicionais de Artesãos em Pedra-Sabão da Região do Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais**. 2014. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais, Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. 2. Ed. Belo Horizonte: **Fundação Biodiversitas**. 2005. 222 p.

GÓMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A.C. (Org.). Etnoconservação. Novos Rumos para Conservação da Natureza. São Paulo: HUCITEC. 2000. p.125 -147.

GONTIJO, B. M. Implicações do Plantio Generalizado de *Eucalyptus* no empobrecimento Social e da Biodiversidade do Alto/Médio Jequitinhonha-MG. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 77, p. 57-77, Abr. 2001.

GONÇALVES, M. T. **Aspectos da economia e política florestal de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980**. Belo Horizonte: BDMG, 1991. [Dissertação de Mestrado]. 140 p.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. Londres: John Wiley & Sons Ltd. 2004, 434 p.

GRAY, M. Othernature: geodiversity and geosystem services. **Environmental Conservation**, LOCAL DE EDIÇÃO?, v. 38, n. 3, p. 271-274, 2011.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. Londres: Wiley Blackwell, 2013, 495 p.

GUERRA, C. (ORG). **Meio ambiente e Trabalho no Mundo do Eucalipto**. Associação Agência Terra, 1995, 143 p.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997. 277 p.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006, 186 p.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A.D; SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 55-90.

HAESBAERT, R. & LIMONAD, E. O Território em tempos de globalização. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n.5, p. 7-20, 1999.

HAESBAERT, R. & LIMONAD, E. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 19-44, 2007.

HIRSCH & O’HANLON. **The anthropology of landscape: perspectives on place andspace**. Oxford: Clarendon Press, 1995. 342 p.

HISSA, C. E. V. **Entre notas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: UFMG, 2017, 196 p.

HOLZER, W. A. **Geografia Humanista: Sua Trajetória- 1950/ 1990**. Londrina: EdUEL, 2016, 392 p.

HOLZER, W. A. A Geografia Humanista: Uma Revisão. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: Uma Antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p.165-178.

HUSSERL E. **Investigações lógicas: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)**. 1. Ed. Abril Cultural, São Paulo: 1975, 184 p.

KOZEL, S. Comunicando e representando: mapas como construções socioculturais. **Geograficidade**, v. 3, n. especial, 2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/120/pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

KOZEL, S. Mapas mentais – uma forma de linguagem: Perspectivas metodológicas. In: KOZEL S. *et al.* (org): **Da percepção e cognição à representação**. São Paulo: Terceira Margem, 2007, p.114-138.

KUCHENBECKER, M. **Evolução geológica dos vales do Jequitinhonha e Mucuri: uma revisão**. Revista Espinhaço, 2018, 7 (1): 53-64. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/2253-1534774372.pdf>. Acesso: 11 Fev. 2019.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**. Florianópolis. v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LE VEN, M. M.; FARIA, E.; MOTTA, M. H. S. História oral de vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, O. R. V. (Org.). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Unicamp, 1997, 361 p.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia, Brasília, 2002, 40 p.

LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. **Lugar e Mapa Mental: Uma análise possível**. Geografia - v. 18, n. 1, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/> Acesso em: 08 fev. 2019.

LIMA, L. N. M. O Cerrado como território-lugar de resistência e de identidade das comunidades Kalunga. Borges (Org). **Etnodesenvolvimento e Gestão territorial: Comunidades indígenas e quilombolas**. 1. Ed. Curitiba, PR: CVR, 2014. 234 p.

LOWENTHAL, D. Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a Uma Epistemologia Geográfica. In: CHISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. Rio Claro: Difusão Editorial/ UNESP, 1995, p. 103-141.

MARANDOLA Jr., E. Geografias do Porvir: a fenomenologia como abertura para o fazer geográfico. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C. A.; SANT'ANNA NETO, J. L. MELAZZO, E. S. **A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e Dimensões da Análise e da Ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016, p. 451-466.

MARANDOLA, Jr. E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA, Jr, E HOLZER; W.; OLIVEIRA, L (orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-248.

MAXAKALI, João Bidé *et al.* **Tikmuúnmaxakani`yogmimati' ãgtuxyogtappet/ O livro Maxakali conta sobre a Floresta**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1978, 223 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**, Brasil, Brasília, 1998. 271 p.

NOGUEIRA, Mônica. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. 233 f. Tese de Doutorado em Antropologia Social – UnB, Fev. 2009

O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.?

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT /Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 2011 1 v. ISBN: 978-92-2-824257-7 (print); 978-92-2-824258-4 (web pdf) Organização Internacional do Trabalho; Escritório no Brasil. 10 p.

OLIVEIRA, L. Representação Cognitiva do Mundo Interior. In: OLIVEIRA, Livia *et. al.* **Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**. Londrina: Humanidades, 2006, p. 35-47.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. (Org) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, 350 p.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2016, 232 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 269 p.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estradas da Vida: Terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013, 348 p.

RIBEIRO, W. C.; LOBATO, W.; LIBERATO, R. C. **Notas sobre fenomenologia, percepção e educação ambiental. Sinapse Ambiental**. 2009. Disponível em: <http://ws4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=012969c96e8c2637fb6d56754f66d4c3> Acesso em: 16 set. 2018.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.

RUCHKYS, U. A. **Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a Criação de um Geoparque da UNESCO**. 2007. 211 f. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

SACHS, W. (Ed.) **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000, 399 p.

SANTOS, T. C. **Relações entre Território e Educação na Comunidade Quilombola de Vila Santo Isidoro - Berilo/MG**. 2015. 188 f. [Dissertação]. UFMG, 2015.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 121-147.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 192 p.

SCHMIDT, M. V. C. **Etnosilvicultura kaiabi no parque indígena do Xingu: subsídios ao manejo de recursos florestais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Carlos. São Carlos, 2001, 199 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo São Paulo: Gala, 2003. 240 p.

SILVA, C. R.; RAMOS, M. A. B.; PEDREIRA, A. J.; DANTAS, M. E. Começo de Tudo. In: Silva, C. R. (org.). **Geodiversidade do Brasil**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008, p. 11-19.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. 5, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SOARES, G. C. Vale do Jequitinhonha: Um Vale de muitas Culturas. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte v. 5 n. 6, p. 1-72, jul. 2000.

SOUSA, C. N. I.; ALMEIDA, F. V. R. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. LACED, Mec/Unesco, Coleção Educação para todos, Brasília, 2013, p. 113-135.

SPONSEL, L.E. *et al.* **Tropical deforestation: the human dimension, methods and cases in conservation science**. Columbia University Press, 1996. 323 p.

SOUZA, M. J. L.; O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116. SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Marcelo L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu (orgs.) **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 258 p.

STANLEY, M. **Geodiversity**. Earth Heritage, Londres, v. 14, 2000. p. 15-18.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012, 175 p.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Tradução de Rosa L. Pereira. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 272 p.

TUAN, Y. - **Espaço & Lugar: A Perspectiva da Experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina (PR): EdUEL, 2013, 248 p.

TUAN, Y. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005, 374 p.

TUAN, Y. **Topofilia**. Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2012, 342 p.

VEIGA, A. T. C. **A Geodiversidade e o Uso dos Recursos Minerais da Amazônia**. Terra das Águas, Brasília: NEAz/UnB, n.1, 1999. p. 88-102.

WOORTMANN, E. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora UNB, 1997. 266 p.

WOORTMANN, K. Com parente não se “Neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, p. 11-73, 1990.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (orgs) **A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005, 287 p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 484 p.

ZHOURI, A.; VALÊNCIO, N. (Orgs). **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, 395 p.

9. APÊNDICE

I. Roteiro semiestruturado	
1. Identificação do informante	
1- Nome	
2 - sexo	
3 - Idade	
2. Ancestralidade de Lugar	
4 - Há quanto tempo a família está na comunidade (em anos):	
5 - Você nasceu nesta comunidade? (1) Sim (2) Não; veio de _____	
6 - E seu pai nasceu? (1) Sim (2) Não; nasceu onde? _____	
7 - Ele mora/morou na comunidade? (1) Sim (2) Não. Morou onde _____ (3) Intermitente	
11 - E sua mãe nasceu? (1) Sim (2) Não; nasceu onde? _____	
12 - Ela mora/morou na comunidade? (1) Sim (2) Não. Mora em _____ (3) Intermitente	
13 - E seus avós paternos? (1) Sim (2) Não; nasceram onde? _____ (3) NR/NS	
14 - Eles moram/moraram na comunidade? (1) Sim (2) Não. Moram em _____ (3) Intermitente	
15 - E seus avós maternos? (1) Sim (2) Não; nasceram onde? _____ (3)NR/NS	
16 - Eles moram/moraram na comunidade? (1) Sim (2) Não. Moram em _____ (3) Intermitente	

3. Situação fundiária	
17 - Condição de posse e uso da terra:	
(1) Proprietário	(2) Arrendatário
(3) Parceiro	(4) Posseiro(a)
(5) Ocupante	(6) Agregado
(7) Comodatário	(8) Herdeiro
Terra de santo/patrimônio	(9) Outro
(10)	
18- Se as terras foram herdadas:	
(1) Com formal de partilha	(2) Sem formal de partilha
(3) NS/NR	
19 – Você tem mais de uma propriedade? (1) Sim (2) Não. Se sim, informe localização e área de cada propriedade:	
20 – Área total da(s) propriedade(s):	
21 – Sua(s) propriedade(s) situa(m)-se em vales/vãos ou nas chapadas?	
5. Participação comunitária	
22 - Participa de associação de moradores (1) Sim (2) Não (3) Eventualmente	
23- Participa de Cooperativa qual _____	(1) Sim, (2) Não (3) Eventualmente
24 - Participa de Grupo cultural qual _____	(1) Sim, (2) Não (3) Eventualmente
25- Participa de Sindicato de Trabalhadores Rurais (1) Sim (2) Não (3) Eventualmente	
26 - Participa de outro tipo de grupo	

(1) Sim, qual _____	(2) Não	(3)
Eventualmente		
27. Festas tradicionais?		
6. Produção e renda		
28 - No passado, quais eram as principais atividades produtivas/fonte de renda da família? E hoje?		
29 - Planta roça/lavoura?		
30 - QUINTAIS (hortas, frutas, produtos medicinais)?		
31- CRIAÇÃO?		
32 - Produção de artesanato?		
33 - Pesca?		
6. Migração		
34 - Alguém da sua família migrou?		
a) Para onde?		
b) Quem migrou permanentemente volta à comunidade?		
7. Conflitos		
35 - Quais conflitos a comunidade enfrenta?		
(1) Nenhum (2) Mineração (3) Monocultura (4) Barragem (5) O Parque (6) Conflito Fundiário (7) Acesso à água (8) Acesso à terra (9) Estradas (10) Acesso à Saúde (11) Acesso à Educação (12) Acesso a moradia (13) Programas sócio assistenciais (14) Alimentação (15) Fomento à produção (crédito, assistência técnica, comercialização, etc.) (16) Falta de emprego (17) Continuidade das atividades econômicas (18) Outros.		